

A Defesa Nacional

3390

10 DE SETEMBRO

1 9 4 2

NÚMERO

3 4 0

Diretores responsáveis

Gen Heitor A. Borges

Cel Orozimbo M. Ferreira

En. C. Lima Figueiredo

Sen. C. Ojalvo Dias Ribeiro

Major Patrício Gonçalves

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXIX

Brasil — Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1942

N.º 340

SUMÁRIO

	Págs
Editorial	303
Proclamação ao Exército — Gen. Eurico Gaspar Dutra	305
A Doutrina Francesa e a Guerra de 1940 — Cel. T. A. Araripe	307
A tática alemã na Rússia — Tradução e adaptação — Ten.-Cel. Paulo Mac Cord	323
Os santos militares — Cel. Silveira de Mello	333
Revisão da Doutrina de Guerra — Major Ivano Gomes	341
Reflexões sobre a Doutrina do emprego dos Carros de Combate — Major Olimpio Mourão Filho	345
Cavalo ou Motor — Major Xavier Leal	359
O emprego da Cavalaria — 1.º Ten. Fernando Belfort Bethlehem	361
Dever Militar — Major A. de Lyra Tavares	363
Comentário sobre a transposição à viva força do Estreito de Johore — Tradução — Antonio M. Espanha	373
Defesa Passiva — Cap. José Campos de Aragão	389
O sistema legal de unidades de medidas — Major Alberto Ribeiro Paz	401
A artilharia de apôio numa divisão blindada — Cap. Antonio H. A. de Moraes	413
Livros do Exército — 1.º Ten. Umberto Peregrino	421
Noticiário e Legislação	429

EM TODOS
OS LARES...

... só entram os
produtos garantidos da
S.A. MOINHO SANTISTA
INDÚSTRIAS GERAIS

Banco Nacional de Descontos

Contas Correntes Populares

Juros de 5% ao ano

Paga e recebe até às 7 horas da noite

Pague com chéque.

— Quem paga com chéque paga certo.

— 50 —
ALFANDEGA
— 50 —



Cooperar com o comércio, com as indústrias e com as autoridades do país, na solução de todos os problemas relacionados com o petróleo, é o verdadeiro intuito da Organização SHELL.

Com o máximo prazer atenderemos a todas as consultas que nos forem dirigidas.

ANGLO-MEXICAN PETROLEUM COMPANY, LTD.

Praça 15 de Novembro n. 10

Rio de Janeiro



INDANTHREN

tem-se applicado para tingir o BRIM VERDE OLIVA, a tricoline cinzenta, a MESCLA e as LO-
NAS. para o uso do EXERCITO E MARINHA
Os corantes

INDANTHREN

— As cores dos tecidos tintos com —

INDANTHREN

Satisfazem plenamente as condições de solidez e
resistencia exigidas pelos Ministerios da Guerra e

Marinha

Produtos Químicos Para Industrias



Ácido clorídrico, nítrico e súlfurico (puros e comerciais)
— Ácido sulfúrico para acumuladores (puro e diluído)
— Ácido sulfúrico para análise de leite — Alumen de potássio — Amoníaco — Benzina retificada — Bióxido de manganês — Carbonatos — Cloretos — Enxofre — Essência Terebentina — Eter de petróleo — Eter sulfúrico — Glicerina — Litargírio — Naftalina — Nitratos — Oleos sulfuricinados de amônio e de sódio — Percloroeto de ferro — Solução "Júpiter" (para envenenar couros)
— Sulfatos (puros e comerciais) — Tintas para marcar carne — Zarcão, etc., etc.

PRODUTOS QUÍMICOS "ELEKEIROZ" S. A.
RUA S. BENTO, 503 São Paulo Caixa Postal, 255
Representante no Rio de Janeiro:
POLTO & ROUVIERE LTDA. — Rua General Camara, 60

Caixotaria Brasil Ltda.



RUA GENERAL CAMARA 313
Rio de Janeiro

Srs. Oficiais! Ide viajar?
Procurai a "Caixotaria Brasil"
Trabalha 90% para militares
Centenas de atestados.
Engradamento de moveis, cristais, louças etc.
Encarrega-se de embarque e despacho
Orçamento sem compromisso

Rua General Camara, 313
Fone 43-4339

CRUZEIRADAS!!!

Agosto, mês de alegria
Está em festa a **CASA CRUZEIRO**
comemorando os seus 33 anos de existência
A **CASA CRUZEIRO** vem por este meio agradecer ao Povo amigo
deste imenso Brasil a preferência dispensada e oferecer-lhe Ferragens
e Ferramentas, Brocas e Parafusos a preços quasi dados. Louças,
Talheres de alpaca Wolff, Alumínio para cosinha e Artigos domésticos A PREÇOS COMO NINGUEM.

CASA CRUZEIRO
8, RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 8
a cinco passos da Praça Tiradentes

EDITORIAL

A data magna do Brasil, aquela que assinala o início da sua existência como nação livre, tem este ano a mesma carinhosa e entusiástica celebração. Os corações de todos os brasileiros pulsam no mesmo ritmo, com o mesmo orgulho e a mesma fé no destino da estremecida pátria que vimos criando há mais de quatro séculos.

Em verdade, desde muito cedo o Brasil começou a afirmar a sua personalidade nacional. Seus filhos nos albores da vida do país, logo aos primeiros dias da colonização, sofreram a dura prova da guerra, para recuperar o solo invadido por elementos estranhos à sua índole, aos seus costumes, à sua crença.

Era a primeira afirmação brasileira, mas já tão viva, tão poderosa, tão bela !

* * *

Esse recuado embate pode ser tomado como o primeiro sinal do processo de formação da nacionalidade, que se desenvolveria sempre, daí por diante, no tempo e no espaço, em etapas mais ou menos dilatadas, porém fatais. E são os graves atritos entre brasileiros e portugueses, são as bandeiras, são as lutas com os espanhóis no Sul, é a Inconfidência Mineira, é a revolução pernambucana de 1817, até chegarmos ao grito do Ipiranga.

Mas justamente devemos refletir, à luz dessa evolução histórica, que a conquista representada pelo rasgo alegórico de 7 de setembro de 1822, não seria definitiva nem suficiente. Foi, sim, uma etapa avançada, cujo valor, porém, era sobretudo moral, pois que significava a soberania política do Brasil, os destinos da pátria entregues aos seus próprios filhos.

E a partir daí é que começaria verdadeiramente a construção da nossa independência, que só pôde ter sentido real quando o Brasil haja atingido a plena posse

de si mesmo. Isso tem sido a aspiração suprema e deve consumir o esforço de todos os bons brasileiros.

* * *

Bem sabemos que a autonomia das nações é cada vez mais função de fatores econômicos. Não queremos, é claro, excluir as condições geográficas, a cultura, os valores psicológicos, todos elementos de suma importância, e cujo desprezo se paga a alto preço, por vezes alto demais... Porém, incontestavelmente, a base da verdadeira autonômia está numa sólida estrutura econômica. Pelo menos podemos dizer que sem isso todo esforço será precário, toda esperança será vã.

De pouco valerão, por certo, o nosso heroísmo físico, a nossa consciência política, a nossa cultura já definida, se não tivermos em nós mesmos, nas nossas mãos, ao nosso alcance, os meios para exercê-las. E' assim, pois, que se evidencia o primado das forças econômicas no quadro da soberania das nações.

O Brasil, que possui em potencial riquezas das mais cobiçadas, bem comprehende essas realidades.

* * *

A conquista da nossa independência continua. Continua ainda agora, entrando numa fase decisiva quando procuramos instalar a grande siderurgia nacional, quando damos amplo aproveitamento ao carvão do Rio Grande e de Santa Catarina, quando nos lançamos resolutamente à localização dos nossos lençóis petrolíferos, quando avançamos na construção naval e nos preparamos para encetar a construção aeronáutica.

E' esse o sentido do momento histórico que vivemos. E a etapa de hoje, podemos estar certos, não será menos grandiosa, nem menos árdua, nem menos necessária ao Brasil que a vencida há cento e vinte anos passados.

**O Gen. Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra,
endereçou ao Exército a seguinte proclamação:**

“Oficiais e praças do Exército.

O Brasil atravessa momentos de intensa gravidade.

O afundamento dos nossos navios, ato monstruosamente criminoso, perpetrado friamente dentro dos nossos próprios mares, acarretando-nos perdas inestimáveis, cobrem de luto os corações de todos os brasileiros, sangrando de dor com o desaparecimento de indefesos patrícios arrastados à morte brutal e traíçoeiramente.

Aos nossos sentimentos de amargura juntam-se também os de revolta fremente, justa e insopitável.

Nesta hora grave de nossa nacionalidade, o Exército confunde-se com o povo, ambos partilhando as mesmas emoções, ambos arrebatados na mesma intensa e pura vibração de um patriotismo sincero e profundo.

A atitude do Exército é firme e serena.

Diante do rude golpe, diante da trágica realidade, diante da ousadia inglória de destruir, à vista de nossas praias, embarcações costeiras que, em despreocupado cruzeiro, ostentavam nos seus mastros a Bandeira do Brasil, — o Exército ergue-se, unido e confiante, disposto, como sempre, a todos os sacrifícios na defesa do nosso grandioso patrimônio moral e material, imperecível legado de nossos antepassados.

Nesta hora enlutada de nossa história, enfrentando os acontecimentos com coragem e segurança, não conhecemos indecisões ! O Exército é um só bloco, uma força coesa, — e cada soldado saberá cumprir o seu dever, sacrificando-se até a morte pelo Brasil.

Aceitamos os fatos como nos foram impostos, — e, em revide, empregaremos nossas forças, em sua totalidade, para repelir a agressão, com destemor e energia.

Nenhum filho do Brasil faltará ao seu dever nesta hora sombria que exige a união de todos na defesa das nossas tradições e dos nossos direitos. Só assim seremos dignos da grande Pátria Brasileira que, honrada e respeitada, receberemos de nossos maiores e que, honrada, respeitada e gloriosa havemos de transmitir aos nossos descendentes.

E bem na certeza de que o Exército e o Povo, como sempre estreitamente ligados por afeição e confiança, obedecerão fielmente a voz de mando do Chefe Supremo da Nação, o Exmo. Sr. Presidente da República, cujas decisões devemos aguardar com calma, serenidade e disciplina confio em que, seguindo a trilha rígida do Dever, unidos e presos à mesma única e sagrada obrigação, não faltaremos à nossa, certamente rude, mas gloriosa, missão para com a Pátria, defendendo-a ciosamente e guardando-a, sem medida de sacrifícios, na integridade territorial e na sua honra impoluta !

Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1942.

(a) Gen. EURICO DUTRA".



A DOUTRINA FRANCESA E A GUERRA DE 1940

Pelo Cel. T. A. ARARIPE

I — INTROITO

A reputada revista espanhola "Ejército" trouxe a súmula do oportuno artigo do General BOURGET, publicado na "Revue de l'Armée française", sob o título acima.

Vamos repassar aqui os comentários do chefe francês, que viveu a batalha ao lado do comandante eminentíssimo, procurando referir-nos aos fundamentos da Doutrina que temos utilizado em nossos regulamentos e em nossas Escolas. Cremos assim ir ao encontro da natural curiosidade dos que meditam sobre os problemas táticos e da orientação que deve ser impressa à revisão da nossa regulamentação.

Não entraremos no âmago dos problemas mas tentaremos fixar os pontos principais e a linha mestra da Doutrina desejada.

Com o autor, evitaremos as referências às causas políticas e morais da derrota e à atuação do Comando supremo e do Governo, para atermo-nos à análise:

- dos traços fundamentais da Doutrina de guerra francesa;
- da aplicação efetiva dessa Doutrina;
- dos desmentidos que essa Doutrina encontrou nos acontecimentos;
- dos ensinamentos gerais que daí resultarão para o futuro.

II — A DOUTRINA FRANCESA

1.º — A Doutrina de Guerra francesa acha-se compendiada na “Instruction sur l’Emploi Tactique des Grandes Unités — 1937”, que substituiu o I. G. U. (provisória) de 1921. Nas duas, encontramos as bases de nossa regulamentação e dos estudos táticos de nossas Escolas.

Os redatores da I. G. U. de 1937, no Relatório ao Ministro, afirmam: “Sem desconhecer a importância dos progressos realizados a partir dessa época (1921) no domínio dos meios de combate e de transporte, a Comissão de redação da presente Instrução estimou, contudo, que esses progressos de ordem técnica não modificavam sensivelmente, no domínio tático, as regras essenciais estabelecidas por seus antecessores”; e que: “o corpo de Doutrina, objetivamente fixado no dia seguinte ao da vitória por chefes eminentes que acabavam de exercer altos comandos, devia continuar sendo a base para o emprego das nossas grandes Unidades”.

Dessa afirmação capital se depreende que nem a Organização das frentes fortificadas, nem a criação de Unidades motorizadas e mecanizadas, nem o aumento dos engenhos anti-carros, nem o desenvolvimento das forças aéreas e dos meios de defesa anti-aérea e, enfim o aperfeiçoamento dos meios de transmissão (tais são os progressos táticos enumerados), são de molde a abalar os ensinamentos da Guerra 1914-18, tais como foram codificados pelos artífices da vitória.

2.º — Pondo de lado, por enquanto, a organização das frentes fortificadas, consequência natural de quatro anos de guerra de trincheira e de uma política, pode-se dizer, imposta ao país, apreciemos a **influência concedida à Arma blindada e às Forças Aéreas** no desenrolar dos combates.

A Comissão destaca a criação de grandes unidades modernas, formando “um sistema capaz de executar a batalha com os próprios meios”: a Divisão Ligeira Mecanizada e a Divisão de Infantaria Motorizada, obedecendo “aos princípios imutáveis que regem o emprego das forças armadas”.

E' bem verdade, que até então, ainda não tinham surgido as Grandes Unidades encouraçadas ou Blindadas e só se falava nos Carros de Combate, nos Autometralhadoras e Autocanhões.

A Comissão dá a entender, entretanto, ter pensado na existência dessas Grandes Unidades; porém, sua regulamentação restringe-se ao emprego dos carros e as modalidades de defesa contra os engenhos blindados adversos. Ainda mais, freia, de algum modo, a ousadia no emprego dos carros, ressaltando no que diz respeito ao emprego dos carros, é preciso insistir em que hoje a arma anti-carro se ergue contra o carro, como, na última guerra, a metralhadora contra a infantaria". E, tomando em conta esse perigo formidável, opina que, dado o considerável aumento do número e da potência dos engenhos anti-carros em todos os exércitos estrangeiros, não será possível o emprego dos carros no ataque senão com a proteção e o apoio de uma artilharia onipotente. E, por essa razão, "não encarou sua ação em profundidade enquanto não se tiver operado a desorganização do sistema defensivo do adversário".

Em relação ao progresso das Forças Aéreas, a Comissão assinala que esse progresso proporciona aos Exércitos de terra possibilidades de cooperação ampliadas, quer quanto à observação e informação, quer quanto ao ataque, em toda a profundidade do campo de batalha, "Esforça-se ainda por atrair a atenção para todos os progressos realizados no domínio do ar, seja para utilizá-los em benefício próprio, seja para evitar os efeitos (autogiro, descida aérea, etc.).

3.º) — A I.G.U. que não deixa de ressaltar ser "o fogo fator preponderante do combate" (115), afirma que "a ofensiva é o modo de ação por excelencia" (108); porém, apela para a prudência frisando que, de maneira geral e sobretudo no início da guerra, convém evitar as **batalhas de encontro**. Deixando sempre margem as iniciativas oportunas, é conveniente travar **batalhas conduzidas**". (201).

Ela preceitua: "O ataque é o ato que caracteriza a batalha ofensiva" (222). — "Contra inimigo em guarda, a

disposição das tropas para o ataque incompleto sobre posições do atacante, será vantajoso, recorrer a ação brusca e brutal, em vez da preparação minuciosa". (223).

"Os resultados que se podem esperar de um ataque são, em geral, tanto mais importantes quanto maior for a envergadura inicial da frente de ataque". (224).

Mais adiante repisa: "O ataque sem preparação é excepcional. E' então, chamado ataque de surpresa". A preparação é, principalmente, tarefa da Artilharia; mas dela podem igualmente participar a Infantaria e a Aviação". (232).

Os carros de combate, que a I.G.U. considera como Infantaria (Tit. II, Cap. I, art. 2), são particularmente aptos para apoiar os infantes (227). Os que constituem os grupamentos de manobra de conjunto, à disposição do comando da Grande Unidade, "precedem largamente a Infantaria e os carros nos seus objetivos" (38) e recebem "missões sucessivas, precisas e limitadas" (230). Estas missões, "desde o momento em que o dispositivo inimigo parece suficientemente abalado", consistem "em penetrar profundamente nesse dispositivo para alcançar assim as armas mais afastadas e os órgãos do comando" (38).

Pode-se aí bosquejar o quadro de ataque desejado pela I.G.U: O ataque é iniciado com intensa ação de toda a massa da Artilharia (235), quer se disponha ou não de carros (236 e 398). "A aviação prolonga com suas bombas o tiro da Artilharia contra as retaguardas do inimigo. Algumas vezes, quando os seus meios o permitem, precede também o primeiro escalão do dispositivo de ataque com os fogos de suas metralhadoras" (238 e 295). "Excepcionalmente, pode ser chamada a desembarcar no campo de batalha adverso destacamentos encarregados de efetuar certas missões particulares" (295). Tímida aproximação com os paraquedistas.

Se o ataque conseguir bom êxito, este é aproveitado sem perda de tempo para acabar de desorganizar inimigo e impedir que reconstitua suas forças; o que geralmente se consegue, não entulhando com os meios disponíveis a brecha

aberta, quasi sempre demasiado estreita, mas aumentando a zona de rutura" por ações contra os flancos (240).

Quando a situação autorizar o seu emprego (ausencia de resistencias importantes), confia-se o aproveitamento do êxito a destacamentos mecanizados e à Aviação (241). Os carros "podem" constituir a ossatura desses destacamentos (38). As unidades de cavalaria e depois as motorizadas intervem progressivamente para conservar os resultados dessas ações (241).

4.º) — Pode-se realizar o mesmo trabalho de síntese, em relação à defensiva. Nesta, emprega-se para barrar o caminho do adversário, a combinação dos fogos e do terreno, reforçado na maioria dos casos por uma organização permanente ou improvisada" (111).

A I.G.U. declara formalmente, nesse mesmo número, que a atitude defensiva não pode proporcionar resultados decisivos. Admite, que, em determinadas condições e mediante perda de terreno, a defensiva pode ser organizada e transportada sucessivamente para várias posições; chama, porém, a atenção para o perigo de semelhante manobra em presença de engenhos blindados e conclue que "a defesa a fundo em posição escolhida constitue a regra corrente" (113).

Nessa posição se manterá um sistema de fogos contínuos e profundos, o qual, preparado, instalado e combinado com a organização do terreno, possue poder consideravel para deter o atacante e graças ao qual a frente só poderá ser forçada por este se puser em ação meios poderosos e cuja reunião exige "prazo longo".

Um dos elementos essenciais dessa capacidade de deter reside no obstáculo, natural ou artificial, combinado com as destruições (251). O relatório ao Ministro, a que já nos referimos, especifica que sob esse conceito de obstáculo apresentam-se, em primeiro lugar, os cursos d'água, cuja transposição supõe sempre um problema difícil, mesmo em face da generalização possivel dos meios anfíbios. O obstáculo colocado na frente da posição de resistência deve ser batido por uma

barreira de fogos de todas as armas, chamada **barrage principal**, densa, contínua e profunda.

A I. G. U. insiste, repetidamente, no escalonamento dos órgãos de fogo da defesa, grupados em “**centros de resistência e pontos de apoios**”, solidamente mantidos, bem protegidos por sistema de fogos cruzados, enquadrando as **cortinas**, viadas, batidas e dispondo de obstáculo (256). Esta profundidade do dispositivo impõe-se, principalmente na defesa contra os engenhos blindados e dela participam a Aviação, a Cavalaria e a Artilharia. Esta última e as armas anti-carro combinam a sua ação com o obstáculo, enquanto as Unidades de Carros, mantidas em reserva, ficam dispostas para atuarem ofensivamente contra os meios blindados que tenham conseguido infiltrar-se através das barragens sucessivas de fogos. A Defesa anti-carro “processada em toda a profundidade do campo de batalha”, prevê cuidadosamente a proteção dos flancos e da retaguarda, tendo em vista o grande raio de ação dos meios atuais (259).

No tocante à Aviação, muito embora não esteja especialmente estabelecido o seu papel na batalha defensiva, pode deduzir do Cap. IV, Tit. V, o seguinte: “Como as outras armas, a Aviação empresta à batalha esforço capital seja para informar ao comando e às tropas, seja para neutralizar a Aviação adversa, seja ainda para completar, com os seus fogos levados a grande distância na retaguarda do campo de batalha, a ação da artilharia” (295).

Outra noção primordial da defesa é que se “a atitude defensiva limita a iniciativa do chefe, consente, ao menos, e isso constitue dever absoluto, fazer previsões sobre a defesa com a maior antecipação possível em face das circunstâncias” (254). Essas previsões formam no seu conjunto um plano.

Pode-se deduzir dessas prescrições, embora isso não esteja expresso, que, se a instalação em uma posição corresponde ao propósito de defender-se a fundo, não leva em conta o prazo necessário. Aliás é o que se depreende das prescrições do artigo 2, Cap. II do Tit. II, já citado.

5.º — Para completar esta exposição, em largos traços da Doutrina francesa, convém ressaltar o desenvolvimento dado à **noção de segurança** e as recomendações feitas a esse respeito, tanto no que concerne à proteção contra os engenhos blindados em todas as circunstâncias do combate, como à defesa contra as ações aéreas do inimigo (reconhecimentos, bombardeios e ataques ao solo, desembarques aéreos, etc.).

6.º — Finalmente, examinando-se em seu conjunto a Doutrina definida pela I. G. U. de 1937 e pelo Regulamento de Infantaria de 1939, chega-se à conclusão que os seus redatores procuraram manter a Doutrina estabelecida em 1921 pelos que haviam feito a guerra e alcançado a vitória.

Para eles continuava de pé a lição essencial da guerra de 1914/18: — a **potência do fogo**, previamente instalado, confere à defesa força considerável, só rompida mediante grande acumulação de meios, capazes de neutralizá-la ou destrui-la por fogos ainda mais poderosos do que os seus, com esbanjamento de projéteis; assim mesmo, para permitir ao atacante uma penetração lenta e mediocre através do dispositivo inimigo.

A impressão era de que o armamento moderno havia rompido o equilíbrio entre o choque, meio ofensivo e o fogo, meio defensivo, em benefício deste último. E se o aparecimento do carro de combate deixava esperar nova rutura de equilíbrio no sentido inverso, o desenvolvimento da arma anti-carro paralisou esse surto.

A consequência imediata dessa submissão à doutrina de 1921 é certa timidez no emprego dos engenhos blindados. Seria injusto deixar de reconhecer que os redatores do documento de 1937 pensaram nos transtornos que causariam as massas de carro irrompendo na retaguarda inimiga e cortando as suas linhas de comunicações e de retirada; porém, só admitiram essa possibilidade depois do desmantelamento metódico da frente de defesa e da desarticulação do dispositivo desta.

Há a preocupação do emprego de tais massas; porém, isso só se traduzirá em ação quando estiver ganha a batalha

ou prestes a sê-la. Existe também a preocupação de fazer intervir o avião em proveito do atacante; porém unicamente quando "os meios permitirem".

No tocante à combinação dessas duas possibilidades — o avião lançado na batalha terrestre em benefício de massas blindadas audaciosamente impulsionadas para a frente — não há referência clara.

Ora, justamente essas últimas noções são as que permitem, pelo menos momentaneamente, romper o equilíbrio entre os meios ofensivos e defensivos, com vantagem para o ataque, isto é, o choque ou, se se prefere, do movimento que leva o fogo para a frente.

III — APLICAÇÃO DA DOUTRINA DE 1937 NAS OPERAÇÕES DE 1940

Ao em vez de proclamar apressadamente que a Doutrina francesa foi a causa da derrota e de levá-la ao descrédito, convém verificar lealmente se foi aplicada.

Mais uma vez acentuamos que este exame se baseia em fatos, sem tentar buscar as causas, principalmente as que são função das decisões do Comando, que evidentemente não poderia deixar-se guiar pela aplicação única de aplicar determinadas regras, nem tão pouco os motivos, justificados ou não, de ordem militar e política, que o fôrçaram a abandonar estas regras (*).

1.º) — A primeira comprovação que se impõe é a seguinte:

Enquanto a I. G. U. de 1937 assinalava, de maneira formal e terminante e pondo de lado as iniciativas justas (201) que se devia evitar as **batalhas de encontro**, foi a uma bata-

(*) É interessante ler os artigos do Gen. Chadebec de Lavalade, no "Jornal do Comércio", sob os títulos **Considerações do Tempo de guerra** e **Na defensiva não se vencerá esta guerra**, aquele transscrito na "Revista Militar Brasileira".

lha dessa natureza que deu lugar a entrada das tropas francesas na Bélgica em Maio de 1940.

Não podia haver dúvida sobre a intenção ofensiva do adversário e nada indicava que os alemães, depois de invadir os territórios holandês e belga, se detivessem para fazer face ao inimigo, cobrindo-se com organizações defensivas e ajustando os fogos de infantaria e de artilharia" (201).

Era justamente o Comando francês que contava empregar esse sistema, depois de haver atingido o curso do Mosa e o planalto de Gemblaux, porem nada garantia que ele dispusesse de tempo necessário para chegar a essa linha com os seus grossos, mesmo a despeito da ação retardadora realizada pelas D.L.M., lançadas para a frente. Se não procurou o combate de encontro, ele aceitou implicitamente os riscos.

Em tais condições e se nos lembarmos que para levar para frente as tropas, pouco preparadas para semelhante aventura nos oito meses anteriores, abandonavam-se posições organizadas, podemos afirmar que a Doutrina de 1937 não foi deliberadamente aplicada. Não se procurou "a batalha conduzida".

Não estamos autorizados a decidir se o caso estava incluído nas "justas iniciativas", admitidas pela I. G. U.

2.º — Para conseguir êxito, a defensiva de Maio de 1940 precisava ter sido preparada por largas previsões, planos detalhados, reconhecimentos de todos os escalões de comando, organização do terreno tão completa quanto possível. Isso exigia largo tempo, o que não podia ser conseguido apenas com a capacidade retardadora das D. L. M. Os alemães chocaram-se na Bélgica contra uma posição sem consistência.

3.º — Para que uma posição defensiva possa resistir ao ataque inimigo há que ter à frente uma barragem densa, continua e profunda de fogos, o que exige certa correlação entre a frente e os meios. Se não é razoável essa relação a densidade sacrifica a profundidade ou então a continuidade. A I.G.U. não contem dados sobre a frente e a profundidade da posição de resistência; o Regulamento de Infantaria, 2.ª Parte, fornece dados precisos (frente normal de Btl. na P.R.

de 1000 a 1200 m, com profundidade que não deve exceder a 1500 m). São tambem os elementos usados nas Escolas. Isso importa em admitir para as D.I. 6 a 8 km de frente quando se trata de resistir a todo o transe.

Em Maio de 1940, as D.I. do IX Ex. mantinham 15 km de frente; no fim desse mês e no começo de Junho, antes do ataque do dia 5, certas D.I. dos VI, VII e X Ex., com ordem de resistir sem idéia de recuo, ocupavam frentes ainda mais extensas.

Agravou-se a situação com o fato de ter o Comando prescrito, judiciosamente, como único meio para dissociar as massas blindadas inimigas, aumentar o escalonamento em profundidade dos pontos de apoio, o que só foi conseguido reduzindo a densidade de ocupação no sentido da frente. As cortinas entre os pontos de apoio imediatos tiveram então dimensões exageradas; não podiam ser batidos e só com dificuldades eram vigiados. Por outro lado, a falta de tempo impedia a colocação de obstáculos, que, de qualquer modo, não sendo batidos por fogos perderiam a eficácia.

4.º — Vimos a importância que a I. G. U. empresta ao curso d'água como obstáculo da P. R.

Mas é preciso que o obstáculo seja contínuo e, uma vez transposto em alguns pontos deixar de ser considerado como tal.

Em 5 de Junho, a margem S. do Somme não estava em poder dos franceses, em Perone, Amiens, Abbeville e Saint Valéry.

Além disso, qualquer que seja a importância do obstáculo perderá o valor se não for batido pelo fogo. Se tal não acontecer a ação retardadora corresponde apenas ao tempo necessário para transpõe-lo ou vadeá-lo. Pois bem, segundo as informações do Comando do 17 Ex., algumas unidades, que deviam utilizar o Mosa como obstáculo, tomaram o dispositivo de maneira a não ter fogos sobre o leito do rio. Inumeros outros exemplos têm sido citados.

Não se bate o leito do rio com metralhadoras instaladas a varias centenas de metros à retaguarda, na crista militar.

5.º — Não foi organizada no seu conjunto e na maioria dos casos, a defesa contra-carros e contra-aviões, a que a I. G. U. emprestou grande importância.

6.º — Chegaremos a conclusões da mesma espécie se busarmos as causas da maior parte dos fatos ocorridos.

Para aplicar a Doutrina ofensiva preconizada, o armamento era deficiente. No tocante às armas anti-carros e anti-áerea as dotações teóricas ficaram longe da realidade.

Depois das perdas sofridas no Norte, os efetivos já não correspondiam às necessidades da defesa, tal como preconizam os Regulamentos, o que constitue uma razão para a não observância destas. O Comandante teve que estender as frentes das unidades no Somme e Aisne. Havia a manobra em retirada, montada com escalões instalados em posições sucessivas mas não era possível com os fracos efetivos guarnecer luas posições. Por outro lado, não se executa a manobra em retirada indefinidamente; o seu limite lógico reside, quer no espaço, na posição que possa ser ocupada com a densidade suficiente para aceitar a batalha sem idéia de recuo; quer no tempo, quando o jogo de reservas permitir a constituição de uma massa de manobra suficiente para passar à ofensiva.

Nem o armamento, nem as tropas permitiram nenhum dos dois processos. E veio a necessidade de defender-se no Somme, quando o obstáculo só cobria parte da posição, por estar em alguns pontos nas mãos dos alemães.

Os preceitos da I. G. U. de 1937 foram olvidados ou desenhados em outro ponto de não menor interesse. A I.G.U. proclamava, sem negar o valor da defensiva, que a ofensiva é o modo de ação por excelência e o único que proporciona resultados decisivos.

Apesar disso o Exército francês nunca tomou a ofensiva, no período de 3 de Setembro de 1939 a 10 de Maio de 1940.

E' inutil insistir. "A causa primordial de nossos fracassos", diz o General BOURGET, "não reside na nossa Doutrina, apesar dos erros que ela possa apresentar, e sim no fato de ter lastimavelmente faltado os meios necessários para aplicá-la; falta que longe de ser atenuada foi aumentada à me-

dida que se passavam os dias. Já se vê que se trata aí de um ponto de vista muito pessoal do articulista francês.

IV — DESMENTIDOS INFRINGIDOS À DOUTRINA FRANCESA

O que foi exposto até aqui não significa que se a Doutrina francesa tivesse sido aplicada, tal como os meios necessários, teria resistido à prova dos fatos. Sabido é que um Regulamento nunca asseverou a vitória a ninguém, por isso que, se permite avaliar o jogo das forças materiais, não abarca a influência das forças morais, que escapam a qualquer cálculo.

Os alemães puseram em ação, com os meios necessários, uma Doutrina ofensiva e conseguiram bom êxito. Os franceses aplicaram, como puderam, Doutrina defensiva adaptada evidentemente à sua concepção de ofensiva.

Apriciemos os pontos principais em que as duas Doutrinas ofensivas parecem estar em contradição.

1.º — A Doutrina alemã caracteriza-se pela autonomia concedida à Arma Blindada e à cooperação em massa, da Aviação na batalha terrestre com o primeiro escalão do ataque.

“Os carros alemães não pertencem à Infantaria, os homens que os tripulam distinguem-se dessa arma e das outras pela cor do uniforme. Não precedem à Infantaria nos objetivos; recebem objetivos próprios, frequentemente tão afastados que a Infantaria leva vários dias para atingí-los. O sistema alemão não é, certamente, o sistema previsto pelo regulamento francês, de Divisões Ligeiras, explorando e cobrindo as D. I. motorizadas. As Panzerdivision buscam a informação e a segurança por meio da Aviação. Atacam por si mesmas e tem a proteção dos flancos e retaguarda garantidos pelas D.I. motorizadas que as acompanham de mais perto possível”.

Aí há íntima ligação entre a Aviação de bombardeio e a Arma blindada; como aliás se dá com as outras armas, graças grande treinamento no trabalho em ligação.

2.º — Parece que os alemães não dão muita importância entre as frentes ofensivas e defensivas, os meios e os resultados a alcançar, como também não se arreceiam de impedir todas as disponibilidades em uma brecha de amplitude reduzida.

Isso não quer dizer que não procurassem alargar as brechas abertas no dispositivo adverso, mas que as utilizaram inicialmente tal como foram criadas para a passagem das Divisões blindadas (Sedan em Maio, Aumale em Junho).

No caso da rutura em Aumale, encontrou-se em poder de oficial ferido uma carta de 1:80.000 na qual estava traçado o horário, da base de partida até 70 ou 80 km na direção de Ruão, embora a brecha aberta tivesse apenas 20 km de largura. A brecha por onde passaram as Panzerdivision em 8 de maio em direção ao Canal da Mancha tinha apenas 40 km entre Cambrai e Peronne.

O emprego das D. I. motorizadas para guardar os flancos do corredor constitue prova evidente de "tática prudente" combinada com "grande audácia estratégica".

4.º — É evidente que esse sistema de ataque que a I.U. de 1937 só havia concebido de modo fragmentário e incompleto causou geral surpresa; surpresa para os combatentes, submetidos durante horas aos efeitos de bombardeios desorizadores, talvez pouco eficazes, em certos casos, contra pessoal, porém aniquiladores dos animais e material; surpresa para o Comando, cujos postos mais afastados eram atados pelos carros antes que chegassem as notícias da rutada frente; para as reservas em condições analogas; surpresa para os elementos de contra-ataque, sempre ultrapassados pelos acontecimentos; surpresa para a Artilharia, atacada pelos carros, enquanto ainda atirava a vários quilômetros naente.

Surpresa total em virtude da insuficiência do armamento.

5.º — A consideração dos cursos d'água como obstáculo já foi apreciada. E' verdade que os alemães utilizaram grande virtuosidade nas operações de transposição mas houve defeitos do lado francês, de má aplicação: leito do rio não batido, descontinuidade do obstáculo, efetivos desproporcionados, decisão do Governo de não defender cidades com mais de 20.000 almas.

Cremos que, quando bem defendidos, os cursos d'água são obstáculos muito sérios.

6.º — Não nos referimos aos fatores novos — às frentes fortificadas de que tratou a I.G.U. A crítica tem batido a Linha Maginot com maior violência do que os alemães.

Ora, uma posição fortificada precisa ter profundidade e proteção nos flancos. E isso se torna mais evidente se observarmos que, salvo certos casos particulares, essas posições foram conquistadas graças à manobra e não por ataque frontal. A conquista a viva força das posições fortificadas não foi realizada.

A I. G. U. de 1937 indicava para essas posições o triplice papel: (*)

- cobertura sólida e pouco onerosa da mobilização;
- proteção das zonas industriais e pontos sensíveis da fronteira;
- apoio e base para as manobras dos Exércitos.

Este último não foi desempenhado pela linha Maginot porque não houve ofensiva e quanto às outras, o prestígio da linha Maginot, longe de facilitar as missões as prejudicou de algum modo. Por isso, para esses papéis, o Comando teria preferido massas de unidades blindadas.

V — ENSINOS PROVISÓRIOS

1.º — A conclusão principal é que “para que dois adversários se enfrentem em igualdade de condições, é indispensável equivalência de seu armamento”.

(*) Ler os artigos do General De Lavalade, já indicados e o artigo “Revolução, não; Revisão da Doutrina, sim”, publicado nesta revista em 1941.

2.º — O perigo está em toda parte. A defesa deve ser organizada em toda a extensão do território.

Se nas posições defensivas da frente cada ponto de apoio, dispostos em grandes profundidades deve poder valer a si mesmo, na retaguarda e mesmo no interior deve haver organismos capazes de se defenderem, principalmente contra armas blindadas e os meios aéreos (bombardeios e des- das aéreas). Daí se conclue que alem das armas anti-carros e anti-aéreas das formações combatentes empenhadas, deve haver grande dotação delas na reserva geral e nas formações fixas para a defesa da retaguarda. (P. C., serviço de comunicações, etc.) e dos pontos importantes do interior.

3.º — Embora a Doutrina dêsse o máximo valor à guerra de movimento, concebia a batalha ofensiva sob a forma de ações de força sucessivas, precedidas de tempos de parada dispensáveis para a sua preparação e seguidas de períodos de movimento mais ou menos amplos; ações de força lentas e radas prolongadas que davam ao inimigo para refazer-se. Na realidade, a campanha da França foi uma guerra de momento com amplitude e rapidez de que não se suspeitava. Na seu conjunto a mobilidade do Exército Francês foi insuficiente. O General BOURGET investe contra a artilharia inimiga, pouco manobreira em presença dos carros, mas quece-se que as A. D. alemãs são hipomóveis; mas em compensação os alemães possuem o material anti-carro, anti-aéreo os calibres superiores motorizados.

4.º — A noção do escalonamento em profundidade (ainda mais acentuado do que até então) e a mobilidade têm grande influência sobre o dispositivo e principalmente a localização das reservas.

A manobra francesa foi prejudicada, em face da rapidez do inimigo, pela colocação das reservas locais muito próximas das posições; e mesmo as Grandes Unidades de reserva (Divisões couraçadas, por ex.) reunidas para os contra-ataques davam muito próximas das brechas que se abriram.

Maior afastamento das reservas teria proporcionado maior profundidade ao dispositivo e mais tempo para preparar sua intervenção.

5.º — Depreende-se dessa guerra de movimento de grande amplitude a interessante consequência que a conservação das frentes tem importância menor do que a salvaguarda dos eixos de comunicações. É concepção tão antiga quanto a guerra mas que havia perdido o valor com lentidão da guerra de estabilização.

A preocupação de não ceder terreno, muitas vezes, criou a impossibilidade de retirar em boas condições.

A rutura da frente com a ameaça do desbordamento não pede, então, a colmatagem ou o colchete defensivo. A parada reside na constituição de um núcleo de força, capaz de atuar em tempo na direção eficaz, contra a surpresa, a velocidade e a violência dos engenhos mecanizados.

6.º — Os regulamentos são elaborados à luz dos ensinamentos da guerra ou das guerras, mas eles devem ser impulsionados por sério esforço de imaginação para que o progresso de meios e de processos não surpreenda os executantes na hora trágica. A imaginação dos que são responsáveis pela preparação para a guerra nunca deve ficar em repouso. Certo é que deve ser orientada pela lógica, sem contudo ser freizada pelo comodismo.



A TÁTICA ALEMÃ NA RÚSSIA

Pelo Ten. Cel. C. A. Edison, Instrutor de
Infanteria da Escola de Estado Maior, de Forte
Leavenworth, Kansas, E. U. A.

(Tradução e adaptação do Ten. Cel. PAULO MAC CORD)

A estratégia alemã, desde o tempo de Moltke, tem procurado a destruição do inimigo por meio do envolvimento, resultante de uma ação dentro das linhas adversas. Nesse princípio baseava-se o plano Schlieffen, que, se tivesse sido executado da forma pelo qual fora inicialmente concebido, poderia muito bem ter causado a destruição prematura do Exército Francês, durante as primeiras semanas da guerra mundial passada.

KEIL UND KESSEL

As grandes massas de homens e as tremendas distâncias a vencer na campanha alemã na RÚSSIA, em combinação com a vigorosa resistência oferecida pelos russos, deram lugar a uma interessante variação da tática até então seguida, com a adoção de um processo a que os alemães denominaram KEIL UND KESSEL, e que nós, fugindo à tradução literal, para maior clareza, designaremos pelo título: CUNHAS E TÉNASES. Os chefes militares norte-americanos estão se dedicando ao estudo dos vários aspectos dessa operação, não apenas com o objetivo de poder mais claramente interpretar os métodos táticos de um inimigo que eventualmente possam enfrentar no campo de batalha, em dias próximos, e oferecer-lhe a defesa adequada, mas também afim de desenvolver as lições aprendidas em benefício da sua própria tática ofensiva.

KEIL UND KESSEL é, em essência, um conjunto de ações táticas visando tomar grandes porções de uma posição inimiga e a destruição de suas forças em um denominado setor, repetindo-se depois a operação em outro setor.

A CONCEPÇÃO

O desenvolvimento da operação é mais ou menos o seguinte: Um reconhecimento aéreo, estendendo-se a 300 quilômetros da frente (ver fig. 1), fornece informações quanto à localização e aos movimentos das forças inimigas. Esse reconhecimento não somente precede a ação mas é mantido durante o desenrolar desta. Uma vez localizadas grandes forças inimigas concentradas em determinada área, os pontos fracos dos seus flancos são convenientemente assinalados.

A primeira força atacante é lançada por dois ou três desses pontos, judiciosamente escolhidos. Em cada um deles, uma brecha é aberta nas linhas inimigas.

Vigorosas forças blindadas, apoiadas por forças motorizadas, avançam rapidamente, a fundo, na retaguarda inimiga. A reação usual do inimigo é contra-atacar, visando a retaguarda das forças invasoras, para isolá-las. Todavia, tropas a pé, fazendo tremendas marchas de 45 a 55 quilômetros por dia, seguem, tão de perto quanto possível, as forças blindadas e motorizadas, e, por sua vez, isolam e destroem qualquer força contra-atacante que tenha conseguido penetrar na retaguarda daquelas. Alguns elementos das forças blindadas, quando necessário, invertem sua direção, para tomar parte nesta fase da operação, golpeando a força contratracante em um flanco, enquanto as tropas a pé, avançando, esmagam-na, pelo outro flanco. As forças blindadas e as tropas de infantaria continuam então seu avanço primitivo para meter uma cunha — KEIL — a fundo da posição inimiga.

Geralmente, duas dessas cunhas são lançadas a uma distância considerável uma da outra. Entremedes, um ataque frontal é lançado contra a principal posição inimiga, para atrair a esta e nela manter o maior número de reservas possível. Enquanto os detalhes da operação possam variar em cada caso, o seu aspecto geral é nitidamente definido. Sua concepção é simples. Sua execução, complicada e dependente de muita precisão.

A operação ordinariamente se desenvolve em um movimento de duplas tenazes (ver fig. 2). As forças dotadas de maior mobilidade, que constituiam as pontas de lanças das cunhas, convergem para um mesmo ponto, a fundo da retaguarda inimiga, formando um tenaz externa. As tropas de infantaria, mais lentas, dirigem-se para o interior das colunas blindadas para formar uma tenaz interna, a qual, em junção com as forças encarregadas do ataque frontal (de fixação), completa o envolvimento das forças principais inimigas existentes no setor. Esse envolvimento constitue a ação a que os alemães denominaram KESSEL. Literalmente, Kessel significa caldeira. O inimigo está na caldeira, ou melhor, empregando o termo da gíria, "no papo". O termo provém, entretanto, de um método de caça alemão, KESSELJAGEN, no qual a caça, depois de ter sido cercada (envolvida) por um grande número de caçadores, é impelida para o centro do círculo para ser morta. Também, na operação que se descreve, as forças envolventes convergem para o centro, vindo de todos os lados, afim de destruir o inimigo cercado.

A operação KEIL UND KESSEL exige normalmente o emprego de grandes forças. Assim, o ataque é geralmente feito por um grupo de exércitos, em uma frente de 300 a 750 quilômetros.

A fig. 3 mostra esquematicamente o desenvolvimento de uma KEIL UND KESSEL. Na situação presumida, três exércitos azuis estão em contacto com fortes efetivos inimigos. À retaguarda dos dois exércitos dos flancos estão reunidos dois exércitos "panzer", constituídos de forças blindadas e motorizadas (fig. 3 - a).

Os três exércitos em posição lançam um ataque (fig. 3 - b). O exército do centro limita-se a fixar o inimigo. Os exércitos dos flancos fazem penetrações, distantes de 300 a 450 quilômetros, insinuando-se pelos pontos fracos da linha inimiga.

Apenas a necessária pressão é exercida inicialmente na frente primativa, ou nas suas proximidades, pelo ataque destinado a fixar o inimigo, ou pelas ações de flanco das brechas, afim de atrair o maior número de tropas ao interior do local da batalha, ou de suas imediações, ai as fixando. É indispensável que o inimigo não inicie uma retirada geral antes que as pernas da tenaz externa tenham penetrado bem a fundo, afim de evitar que escapem do cerco.

Os exércitos blindados passam rapidamente através das brechas e penetram a fundo na retaguarda inimiga, talvez a uns 220 a 300 quilô-

metros (fig. 3 - c). Cada exército blindado forma assim uma profunda cunha (KEIL) na posição inimiga. Os exércitos dos flancos inicialmente acompanham os exércitos blindados, detendo as forças nos flancos da brecha e em seguida esmagando-as.

Os dois exércitos blindados procuram encontrar-se (fig. 3 - d) em um ponto designado, frequentemente um nó de comunicações da retaguarda da força envolvida, formando a tenaz externa. Os dois exércitos dos flancos dirigem-se para o interior do círculo constituído pelos exércitos blindados, formando assim a tenaz interna.

O exército encarregado da missão de fixar o inimigo e os que constituem a tenaz interna envolvem, assim, uma grande força adversa, talvez dois exércitos.

A escolha de objetivos vitais é um importante aspecto das operações germânicas. Para as forças blindadas são aqueles frequentemente importantes centros de comunicações pelos quais se escoam os reabastecimentos da força envolvida. Para a tenaz interna, são eles os acidentes do terreno dos quais as tentativas de evasão da força envolvida possam ser frustradas.

Os dois exércitos blindados, formando a tenaz externa, impedem qualquer fluxo de reabastecimento para a força envolvida. Eles também impedem qualquer tentativa de auxílio por forças vindas de fora, no sentido de aliviar a força envolvida (fig. 3 - d). Isso normalmente é conseguido por meio de uma ação ofensiva de flanco. Os outros três exércitos procedem ao aniquilamento da força envolvida.

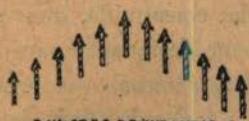
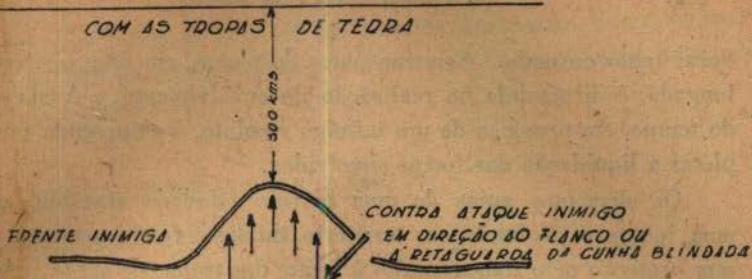
A força envolvente faz pressão para dentro em todas as direções, restringindo a área de manobra disponível para o inimigo, e descobrindo pontos fracos, e explorando estes para reduzir a força envolvida a pequenos fragmentos (fig. 3 - e).

A força envolvida é assim gradualmente comprimida, subdividida e aniquilada.

À proporção que a diminuição da frente for deixando tropas disponíveis, são estas utilizadas para aliviar a força blindada. Logo que a última possa ser substituída por essas ou outras tropas, empenha-se ela na perseguição de forças inimigas que tenham conseguido escapar do envolvimento (fig. 3 - f).

A operação no conjunto, desde o início até a conclusão, pode durar de uma a quatro semanas. A organização preliminar do plano pode

LIMITE DO RECONHECIMENTO SEDO EM LIGACAO



LEGENDA.

No figura acima e nos seguintes são usados os seguintes símbolos:

Forças atacantes (alemães) { De infantaria - - -
blindadas - - - - -

Forças defensoras (rusas) - - - - - - - - -

FIG 1: A CUNHA

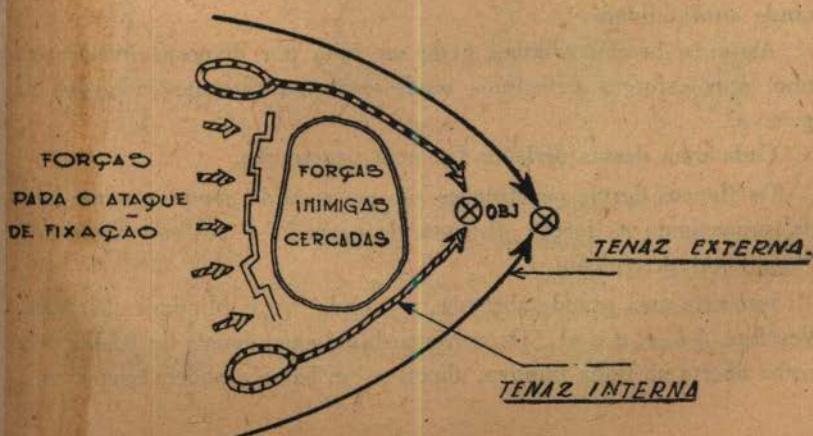


FIG. 2: AS TENAZES

durar tanto ou mais. Pequena parte do tempo, em uma operação prolongada, é dispendida na realização do envolvimento. A maior parte do tempo, em presença de um inimigo resoluto, é empregada para completar a liquidação das forças envolvidas.

Os elementos guias de uma divisão blindada atacante, ao fazer uma incursão profunda em território inimigo, frequentemente operam sem proteção pelo flanco, muito à frente das tropas de apoio. Analogamente, a divisão blindada guia pode operar muita à frente do resto do exército blindado. Todavia, o grosso, em cada caso, é normalmente provido de flanco guarda adequada, constituída, quer seja por obstáculos naturais, quer forças especialmente designadas para a missão. No caso das forças já constituindo a tenaz externa, essa proteção reside principalmente no seu flanco externo. A possibilidade de aproveitamento dos obstáculos naturais deve ser prevista no plano da KEIL UND KESSEL.

As condições atmosféricas também desempenham um papel importante e muitas vezes decisivo no modo de conduzir essa operação, devendo com antecedência ser tomadas as precauções no sentido de enfrentar as más condições do meio, delas decorrentes. O emprego da cavalaria pelos alemães em GOMEL e BRYANSK (a ser mencionado abaixo) é uma ilustração disso. A possibilidade de vencer os obstáculos do terreno deve ser assegurada com a provisão de grandes elementos de engenharia e de amplos recursos em materiais de pontes, quando necessário.

Não devemos supor que essas cunhas sejam constituídas de longas e estreitas colunas facilmente seccionáveis à retaguarda por um pequeno avanço inimigo, mas — como as futuras tenazes, em que se transformarão — por forças que operam tanto em grande largura como em grande profundidade.

Assim, a brecha original pode ser feita por diversas divisões em linha, seus esforços principais sendo esquematicamente indicados na fig. 4 - a.

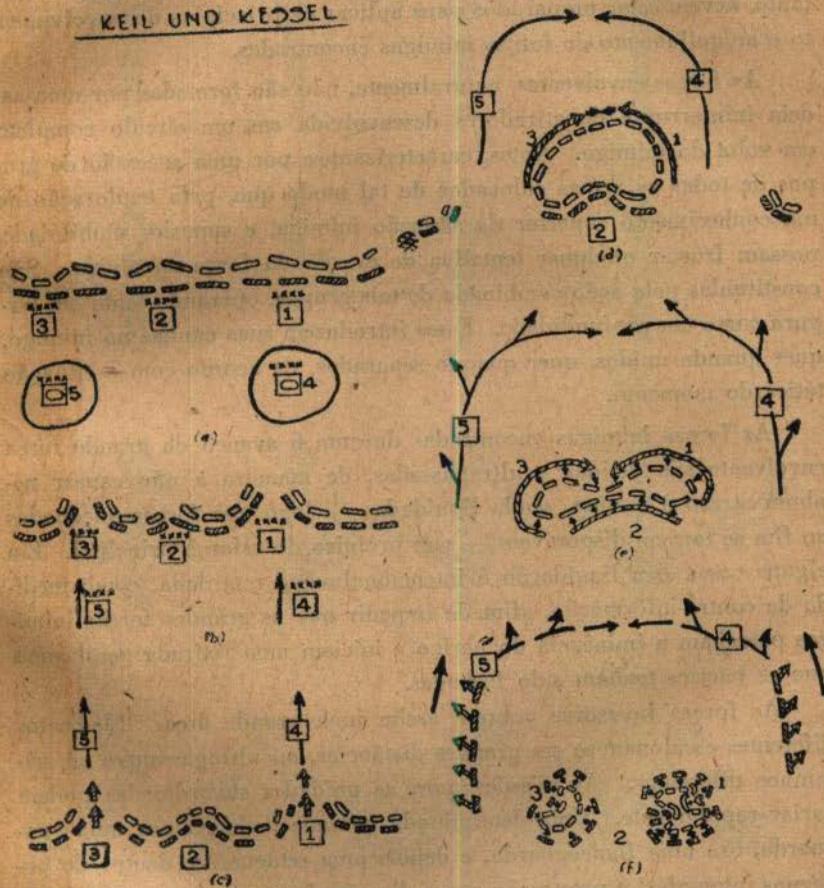
Cada uma dessas divisões faz uma penetração.

Os flancos dessas penetrações são em seguida completamente batidos, submetendo as forças adversas, de perrengue, a um envolvimento e a uma total destruição.

Isso cria uma grande abertura, por onde forças blindadas avançam. (Ver figs. 4 b, c, d e e). Os exércitos blindados, depois de passar pela brecha aberta na linha inimiga, abrem-se em leque e podem ocupar uma

área com uma frente de 75 a 150 quilômetros. Da mesma forma, os exércitos a pé que os acompanham podem passar a ocupar uma frente de 150 a 300 quilômetros.

FIG 3: DESENVOLVIMENTO DA
KEIL UND KESSEL



A proporção que a operação progride, uma série inteira de pequenos envolvimentos é realizada. Primeiramente são os envolvimentos feitos na altura da linha inimiga, por ocasião da abertura da brecha inicial. Pode haver envolvimentos das forças contra-atacantes que tentem seccionar as tropas blindadas em avanço e que sejam apanhadas

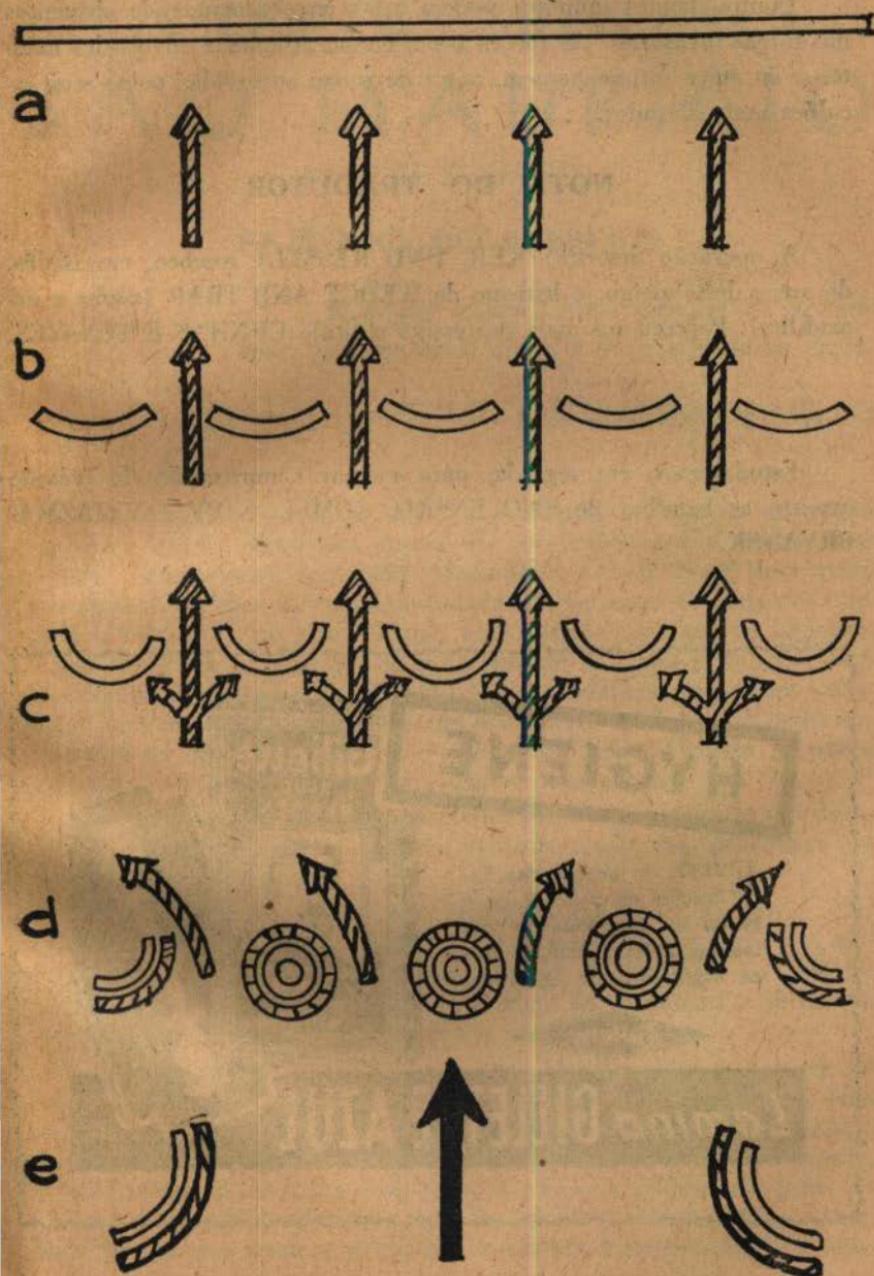
entre as últimas e a infantaria de acompanhamento. Depois há os envolvimentos dos elementos de reserva e dos reabastecimentos apanhados entre as tenazes interna e externa, ou dentro das zonas de avanço de qualquer das tenazes. Há ainda os menores envolvimentos nos quais se desdobra gradualmente o grande envolvimento original. Todos os escalões, portanto, devem estar preparados para aplicar os princípios do envolvimento e aniquilamento de forças inimigas encontradas.

As forças envolventes, naturalmente, não são formadas por uma cadeia ininterrupta de atiradores desenvolvida em um círculo completo em volta do inimigo. Antes, caracterizam-se por uma sucessão de grupos de todas as armas colocados de tal modo que, pela exploração de um conhecimento superior da situação inimiga, e superior mobilidade, possam frustrar qualquer tentativa de evasão da força envolvida. São constituidas pela ação combinada de tais grupos, operando tanto em largura como em profundidade. Esses introduzem suas cunhas no inimigo, quer quando unidos, quer quando separados, de acordo com a situação tática do momento.

As forças inimigas encontradas durante o avanço da grande força envolvente são detidas e ultrapassadas, de maneira a não causar nenhum atraso à mesma, sendo liquidadas — logo que forças adequadas ao fim se tornem disponíveis — sem prejuízo do esforço principal. Em alguns casos essa liquidação é intencionalmente retardada, como medida de contra-informação, afim de impedir que as grandes forças inimigas percebam a iminência do perigo e iniciem uma retirada geral antes que as tenazes tenham sido fechadas.

As forças invasoras cobrem assim uma grande área. Elementos diferentes escalonam-se em grandes distâncias, ou ultrapassam-se em caminhos diferentes. As missões para as unidades subordinadas podem variar rapidamente. Uma determinada unidade pode ser ora uma vanguarda, ora uma fiancoguarda, e depois uma retaguarda, dentro de pequenos intervalos, a proporção que a direção do movimento muda. Esses elementos de marcha — particularmente nas unidades blindadas e motorizadas — sendo altamente manobraveis e flexiveis, podem efetuar qualquer movimento desejado. Assim podem eles empenhar-se rapidamente em qualquer flanco, e se a situação o exige, inverter repentinamente a direção. Podem num instante articular-se para sobrepujar qualquer elemento inimigo encontrado, ou para cravar uma cunha em um

Fig. 4: - ABRINDO A BRECHA



ponto fraco do inimigo, e depois novamente se separar para desempenhar outras missões.

Contra-ataques inimigos podem criar envolvimentos de elementos das forças invasoras. As forças assim temporariamente envolvidas manter-se-ão até o último homem, antes de serem socorridas pelos seus es-calões mais elevados.

NOTA DO TRADUTOR

A operação descrita (KEIL UND KESSEL) recebeu, em inglês, do autor deste artigo, o batismo de WEDGE AND TRAP (cunha e armadilha). Pareceu-nos mais expressivo o título CUNHAS E TENAZES.

Estudaremos, em seguida, para melhor compreensão do método exposto as batalhas de SMOLENSKO, GOMEL, KIEV e VYIAZMA-BRYANSK.

OS SANTOS MILITARES SÃO MAURÍCIO

(† 22 DE SETEMBRO)

PATRONO DO EXÉRCITO

A mocidade militar, como exemplo de austeridade, de integridade moral e de fidelidade ao dever.

Cel. SILVEIRA DE MELLO

Um exército romano, no ano 286, transpunha os Alpes na região do Baixo Valoá. Tratava-se de sufocar uma rebelião que estalara nas Gálias. Comandava-o Imperador Maximiano, homem cruel, com quem Deocleciano dividira as responsabilidades do Governo do Império. Chegado a Octodurus, no alto Ródano, proximidades do lago de Genebra, o Imperador fez um grande alto para repouso da tropa e reajustamento do dispositivo do exército. Mandou que se celebrassem solenes sacrifícios para implorar a assistência dos deuses. Era normal esse proceder. No culto da divindade funda-se o culto da Pátria. Quando os povos ignoram o verdadeiro Deus, criam deuses para adorar.

Destacava-se, no grosso do Exército, por seu destemor e sua disciplina, a Legião Tebana, grande unidade vinda das províncias do Oriente.

Essa tropa havia operado na Palestina, no Egito, na Síria. Por via de regra, seus principais chefes eram romanos. Os quadros das unidades, porém, e seu recrutamento procediam da Tebáida, no vale do Nilo, onde começavam a florescer os viveiros de anacoretas e de santos, que sublimaram a Igreja dos primeiros séculos.

Aquelas regiões do oriente, por onde irradiou logo a palavra do evangelho, ficaram impregnadas de fé, mau grado as perseguições. Não admira, pois, que as Legiões organizadas nas orlas do Mediterrâneo recebessem numerosos conscritos cristão. Aliás, no fim do 3.º século, o cristianismo já se havia insinuado, a pouco e pouco, em todos os recantos do império, mórmente entre as classes populares. Mesmo em Roma não poucos eram os prosélitos no seio do Exército. Oficiais már-

tires, como Eustáquio (+118), Acácio (+120), Hipólito (+258), Vitor (+275), deixaram traços indeléveis de heroísmo e de virtudes, que se transmitiram de geração em geração e de unidade em unidade. A centelha da fé, que eles aítearam no seio da tropa, propagou-se a todas as guarnições.

A Legião Tebana, pelo recrutamento de um lado, pela catequese de outro, tornara-se inteiramente cristã.

Não havia ali divergência de idéias. Todos afinavam pelo mesmo sentimento de fé fundada em sólidas convicções e na prática da vida cristã.

Disfarçados com a couraça de oficial velita, ou revestindo a indumentária do cirurgião, ministravam a assistência religiosa, à tropa, os primeiros capelães militares.

Como se poderá compreender tal unanimidade de opiniões, como explicar vínculos tão fortes de disciplina? Evidentemente fundavam-se no ascendente inconfundível do Comandante e de seus oficiais. De fato, a solidez da hierarquia repousa na superioridade da cultura, do caráter e das virtudes dos chefes.

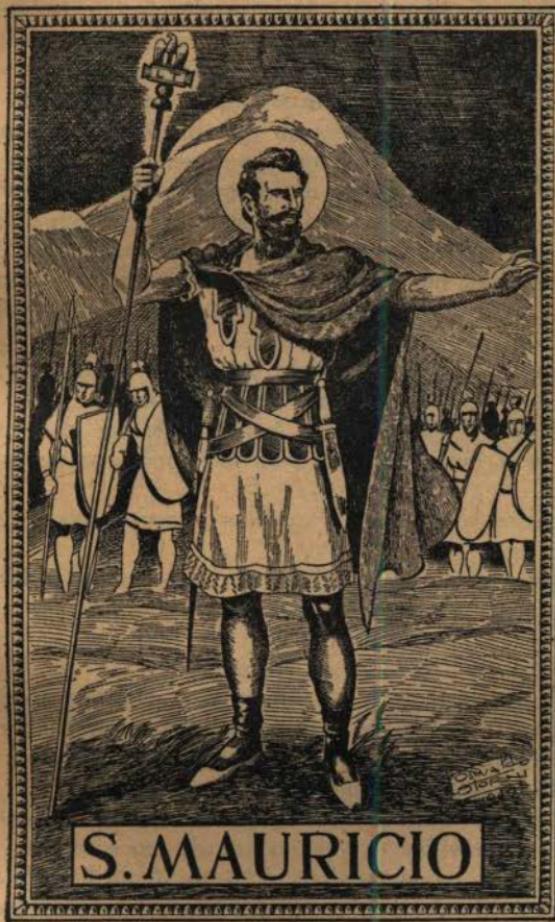
S. Maurício, Comandante da Legião Tebana, era um General que empolgava a todos, a subordinados, a chefes e a estranhos, por sua inteireza moral. Ele seguia à risca o que sentenciara nos Salmos o antigo rei-soldado: "Comanda pela verdade, pela brandura e pela justiça e tua dextra fará maravilhas".

Seus principais oficiais, únicos nomes que chegaram até nós, eram: Exupério, sub-comandante, Cândido, intendente-mór da Legião, Vitor, Inocêncio e Vidal.

A Legião Tebana, como as demais legiões do Império, era uma espécie de Divisão de Infantaria moderna, dotada de todas as armas e serviços, de modo a poder agir isoladamente, isto é, como diríamos hoje, unidade estratégica. Compunha-se de 10 coórtex, ou unidades táticas, cada uma com 6 centúrias de 100 legionários, que correspondiam a companhias de infantaria ou a esquadrões de cavalaria. A 1.^a coórte, chamada Prima, destinada à guarda da Águia, constituía a reserva pessoal do Comandante e tinha efetivo duplo. Nessas condições, a Legião contava 6.600 homens, entre os quais: unidades de *velitas* ou infantes ligeiros, compostas de jovens armados de espada, dardo, pequeno escudo, capacete, eram empregadas nas Vanguardas, nos Postos Avançados e nos preliminares do combate; os *hastários*, equipados de espada, lança, couraça e escudo, formavam o grosso, parte dos quais em unidades a cavalo, que agiam nos flancos; os *trírios*, unidades compostas de homens maduros, formavam à retaguarda, como 3.^º escalão de combate.

* * *

Querendo Maximiano sufocar rapidamente a insurreição das Gálias, fez vir do Oriente a Legião Tebana, tropa de escol, cuja disciplina e bravura fizera renome em todo o Império.



Encarnação de UCM

S. Maurício bem sabia que, incorporada ao Exército de Maximiano, seria impossível à Legião Tebana, não obstante a discreção com que exercia o culto, disfarçar seu acentuado caráter cristão. Que importa! O martírio nesse tempo era a maior aspiração do bom cristão. Passando em Roma, a Legião visitou o túmulo dos mártires e foi haurir, nos mistérios das catacumbas, a fortaleza dos heróis da fé.

S. Maurício e os oficiais receberam benção do Papa S. Marcelino. E a Legião partiu para as Gálias, saturada do espírito de Cristo.

* * *

Quando o Exército acampou além dos Alpes para render sacrifícios aos deuses, S. Maurício, por prudência, prosseguiu marcha mais meia etapa e estacionou em Agône, para escapar às vistos do Imperador e poder prestar culto ao verdadeiro Deus.

Informado Maximiano de que a Legião se distanciara do grosso, ficou surpreendido com a explicação que lhe deram, de que ela procurava eximir-se ao sacrifício pagão por ser tropa cristã.

O Imperador, supersticioso, na suposição de que semelhante dissidência viria desagradar os deuses, entrou em assomos de cólera e determinou: "Se a Legião não obedecer, será dizimada". Este terrível castigo consistia no seguinte: formada a tropa e numeradas as filas da direita para a esquerda, seriam lanceados ou degolados todos aqueles sobre os quais caisse o número dez.

Feita a intimação, S. Maurício reuniu a Legião e mostrou-lhe as pontas do dilema: de um lado, a vida com os falsos deuses, de outro, a morte com o Deus vivo. A resolução foi unânime: "Somos fieis a Cesar pelo dever militar, mas não podemos negar a Deus o que é de Deus".

Os legionários abateram os escudos e apresentaram ao martírio os peitos generosos.

Os executores contaram as filas com as pontas das lanças e, chegados às de número 10, descarregavam nestas as lâminas ponteagudas. Este primeiro sacrifício ceifou a vida de 660 legionários. Mas os 9/10 restantes ficaram firmes, em fórmula.

Sabendo o Imperador que nenhum dos soldados sacrificados vacilara no martírio e que todos e cada um dos sobreviventes porfiavam resolutamente na fé de seu Deus, preferindo a morte à apostasia, mandou que dizimasse a Legião pela segunda vez.

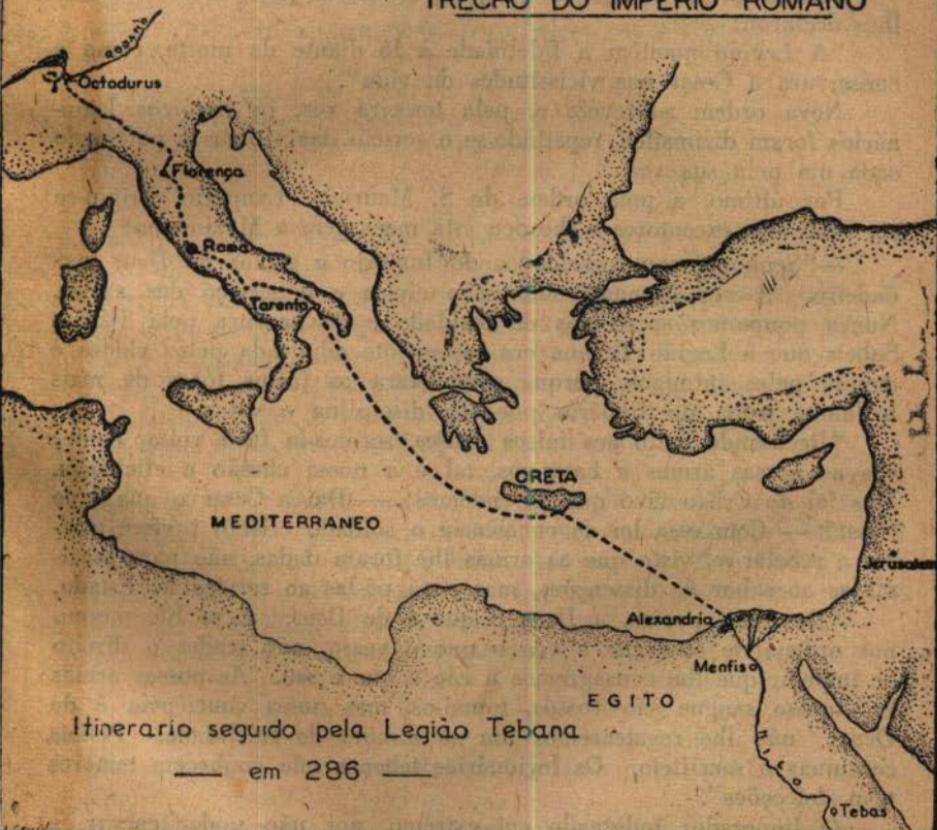
Novo sorteio de vítimas e a mesma cena de intrepidez se repetiu. Os ferros homicidas se enristaram de novo e 594 legionários tombaram ao solo, ensanguentados. E os 8/10 da Legião perfilaram-se de novo, aguardando por sua vez o sacrifício cruento.

Terminada a segunda execução, S. Maurício dirigiu vibrante alocução à Legião, exaltando suas virtudes heróicas:

"Camaradas e irmãos, qualquer Exército, com soldados de vossa tempera, conquistaria o mundo. Mas os governantes e chefes ainda não se aperceberam de que vossa força e valor vêm da Fé; ainda não sabem que é da formação da consciência cristã que decorre o vosso destemor e a fidelidade ao dever militar. E com ardente entusiasmo que contemplo vossa intrepidez e vossa emulação ao mar-

tirio. Pela lei do Cristo — “que vos impõe respeito à autoridade” — é que se vos atam as vontades valorosas para não oferecerdes resistência às imposições do tirano. Dotados como sois de armas invencíveis e de bravura sem igual, poderíeis sacudir o jugo do tirano, reivindicando a liberdade de consciência e impedindo a carnificina de vossos irmãos. Mas com isso os privaríeis do martírio por uma glória efêmera e deixaríeis de pleitear o vosso próprio sacrifício.

TRECHO DO IMPERIO ROMANO



Itinerario seguido pela Legião Tebana

— em 286 —

“Temos ouvido da galhardia dos mártires que arrostavam sorriindo feras e carrascos pela fidelidade ao Cristo. Agora, Camaradas, sois vós que dais exemplo ao mundo de como é facil imolar a vida pelos ideais da fé.

“Ontem mostrastes a Cesar de como lhe éreis fieis e dedicados na vigilância do Império, na luta contra os inimigos. Servindo a Cesar obefecíeis ao Cristo. Agora, porém, é Cesar mortal e tirano que vos quer privar do Deus eterno. Camaradas, pelo dever militar as nossas armas não se podem erguer contra Cesar; abater-as aos pés, em sinal de submissão à autoridade. Nossas almas, porém, receberam o signo da cruz e foram santificadas pelo Espírito Santo. Levantai a Deus o espírito e, quando o ferro homicida varar os vossos corações, ofereci a Deus o último pensamento, pela espiação dos verdugos e pelo bem da Pátria”.

Terminada sua arenga, S. Maurício voltou-se para os executores e lhes declarou:

“A Legião mantém a fidelidade à fé diante da morte, como a conservara a Cesar nas vicissitudes da vida”.

Nova ordem sobreveio e, pela terceira vez, os heróicos legionários foram dizimados, repetindo-se o sorteio das vítimas e porfiando cada um pela sua vez.

Por último, a uma ordem de S. Maurício, Exupério dirigiu-se ao Chefe dos executores e lhe deu esta mensagem a Maximiano:

—“Senhor: somos soldados do Império e servos do Deus verdadeiro. A vós devemos submissão cívica e o serviço das armas. Nunca pouparamos sacrifícios de lealdade e de bravura pela Pátria. Sabeis que a Legião Tebana era justamente admirada pelos chefes e temida pelos inimigos, porque conquistara os justos fóros da mais brilhante tropa do Império por sua disciplina e valor.

“Recusando culto aos falsos deuses, ser-nos-ia fácil voltar contra vós as nossas armas e bater-vos, tal é a nossa coesão e eficiência. Mas foi do Cristo vivo que aprendemos: — Dai a Cesar o que é de Cesar! — Com essa lei de consciência o soldado cristão prefere morrer a rebelar-se, visto que as armas lhe foram dadas, não para esgrimir-las ao sabor de dissensões, mas para pô-las ao serviço do Estado.

“Devemos, porém, a Deus o que é de Deus. E se Ele mesmo nos ordena de outorgar a vós o que é vosso, não tendes o direito de impedir que lhe consagremos a Ele o que é seu. As nossas armas e o nosso sangue são vossos, tomai-os, mas nossa consciência é de Deus; não lhe regatearemos um só minuto de fidelidade. Podeis continuar o sacrifício. Os legionários tebanos não conhecem temores nem defecções”.

O Imperador indignado em extremo, por não poder curvar, a seu modo, a vontade heróica daqueles bravos, mandou que as demais formações do grosso envolvessem o acampamento da Legião Tebana e procedessem ao massacre dos 7/10 de seus remanescentes.

Espetáculo comovedor. A Legião formou em linha como nos belos dias de parada. Seus oficiais a postos. O Comandante e o Estado-Maior à frente. As buzinas tocaram: — “Ao Deus dos Exér-

citos, apresentar armas!" Os escudos tiniram em sinal de triunfo. E a um aceno do Comandante todos os legionários baixaram aos pés as armas invictas. Ia começar o extermínio. Foi trabalho facil. Cada legionário aguardou impávido, sereno, como o Cristo, o *consumatum est*. S. Maurício, à frente, caiu primeiro, dando o seu último brado de Comando:

—“Legião, firme! Viva o Cristo!”

E a Legião repetiu: — “Viva o Cristo”.

E seguiu-se o morticínio, no meio de urros dos legionários gentios, que arremetiam com fúria contra os tebanos inermes, jamais vencidos na guerra.

O campo tornou-se rubro de sangue e o sol magníficente desse dia, banhando de ouro aquela cena, confirmava em jorros de luz a lição do Mestre:

—“A Cesar o que é de Cesar!”

—“A Deus o que é de Deus!”

* * *

No solo de Agône, ensopado do sangue dos 6.600 mártires, foram sepultados seus corpos em extensas valas pelos camponeses do lugar. Mais tarde, S. Teodoro, Bispo de Octodura, descobriu aquelas relíquias que foram pleiteadas e distribuidas depois a muitas igrejas. O próprio S. Martinho, antigo soldado de cavalaria, fez uma viagem a Agône para conseguir algumas e com elas enriqueceu sua catedral de Tours. Conta-se que as próprias armas de S. Maurício foram conservadas e delas se serviu Carlos Martel, em Poitier, para repelir os sarracenos.

Amadeu VIII, 1.º Duque de Sabóia, em 1434, fundou a ordem militar de S. Maurício, cujos cavaleiros traziam, como distintivo, uma cruz branca terminada em trifólio, chamada cruz de S. Maurício. Centenas de paróquias e de capelas francesas são dedicadas ao grande soldado. Agône, local de seu martírio, chama-se hoje S. Maurício e ostenta magnífica basílica em seu nome.

* * *

COMENTÁRIOS :

S. Maurício foi eleito Grande Patrono do Exército e da U. C. M. pelos ensinamentos que inspira a sua vida.

1.º) *Cristão de fé robusta.* Conforme se depreende da História, S. Maurício era oficial gentio, provavelmente romano, quando teve conhecimento do cristianismo. Conhecendo-o, estudou-o e professou-o com entusiasmo. Homem de caráter, não admitia vacilações em coi-

sas de consciência: ou cristão integral, ou nada. E fez-se cristão em tudo.

A fé é comunicativa, construtiva, dinâmica. Ser cristão é pautar a vida por Cristo, criar ambiente cristão em torno de si, levar a verdade a todos os corações. E assim fez.

A Legião Tebana dessa arte tornou-se visceralmente cristã, como seu Chefe.

2.º) *Soldado às direitas.* O soldado é um homem do dever. Suas armas lhe foram dadas para a defesa da Pátria, para o prestígio da lei e da autoridade.

As armas do soldado agem num sentido único, como a lâmina de um florete: é para a frente, no sentido do Dever. A revolta, as sedições, a indisciplina, são inversões do Dever. E' da lei de Deus.

S. Maurício fermou solidamente sua consciência e a de seus comandados nos imperativos da doutrina cristã que nobilita a obediência dos súditos e dignifica a autoridade dos Chefes.

Nessas condições, a Legião Tebana tornou-se uma escola de virtudes militares e morais, onde cada um aprendia a orientar-se com justeza e agir com intrepidez. Daí seu renome de bravura e sua disciplina. Ali não se admitia voltar as costas ao inimigo, nem fazer frente hostil às leis e aos Chefes.

3.º) *Firmeza de convicções.* Deus é autor dos seres e das coisas. O homem é imagem de Deus. Marca-lhe o Criador os rumos de conduta moral e o seu destino eterno. Nos transes da vida o homem se há de regular pelas leis naturais, mas sem violar as leis divinas, de onde derivam aquelas. Assim, pois, nas coisas do Estado, exige Deus fidelidade às leis do Estado, porque isso convém à ordem natural e ao bem da nação.

Se, pois, a lei de Deus tanto exige dos homens para o fim de assegurar a ordem e o prestígio dos Governos, por que motivo estes constrangem, por vezes, a consciência dos súditos, prescrevendo o absurdo dos absurdos: abjurar a criatura ao Criador?

Quando os fatos tocam a este extremo, então chega para o homem de consciência a escolha entre duas estradas: ou a das mesquinhas conveniências humanas, que deslustram o caráter, ou a da fidelidade a Deus, que sublima o espírito.

Foi nessa conjuntura que S. Maurício, ariosamente, sem vacilar, apelou para o martírio. E com que elegância o fez. As armas que a Pátria lhe confiou, ele as depôs aos pés em sinal de fidelidade. O que estava em cheque era a fé, não era o dever militar.

Triunfou a fé e o dever militar ficou intangível.

REVISÃO DA DOUTRINA DE GUERRA

Major IVANO GOMES

Uma “Doutrina de Guerra”, parece, é função:

- a) do que se deseja conseguir na política internacional (a missão);
- b) das possibilidades dos adversários prováveis (o inimigo);
- c) dos prováveis teatros de operações onde a Doutrina será empregada (o terreno, o clima);
- d) das possibilidades industriais, econômicas e financeiras do país que vai empregá-la (os meios).

Tanto isso é verdade que, atualmente, estamos vendo o gigantesco Exército Alemão, não obstante a sua arrojada “Doutrina de Guerra”, estar sendo levado de vencida pelos russos, apenas porque dois dos elementos acima enumerados variaram, impedindo, assim, a continuação vertiginosa de suas vitórias anteriores.

Influenciados pelo rigorosíssimo inverno russo, variaram “o terreno” e parte de seus “meios”, isto é, os seus 47° abaixo de zero mudaram a fisionomia do terreno e, congelando seu carburante, reduziram ou impossibilitaram o emprego das unidades motorizadas e moto-mecanizadas alemãs.

Resultado: a *audácia, a rapidês e a surpresa* da “Doutrina Alemã” ficaram ao sabor da “cavalaria a cavalo” do Exército russo. Estão eles, agora, empregando, para ganhar tempo, a defensiva e tão sómente a defensiva.

(*) Por falta de espaço deixou de ser este artigo publicado há três meses atrás. (A Redação).

A França, comparativamente com sua inimiga secular — a Alemanha — sempre foi ávara com o seu Exército; nunca seus políticos dotaram esse Exército dos meios suficientes em homens e materiais que pudessem fazer face a seus prováveis adversários. As suas últimas campanhas — 1870, 1914 e a atual — provam esta asserção e, seus generais, no momento da derrocada são os primeiros, e quasi os únicos, a serem atirados à “Rua da Amargura”.

Daí poder-se concluir que *apenas essa secular e orgânica* diferença de “meios” faz com que as suas “doutrinas” respectivamente sejam *também* diferentes.

Quer o soldado francês quer o alemão, são valentes, patriotas e sabem lutar; entretanto, a “outrina francesa”, contando sempre com reduzidos meios, é cautelosa e preconisa: — a prudência, a centralização e a segurança. A “Doutrina alemã”, ao contrário, prega: — a audácia, a descentralização, a rapidez e a surpresa.

Tudo isso, em conclusão, resume-se, simplóriamente, no seguinte adágio popular de comesinho bom senso: “Contra a força não há resistência”. Quinhentos carros de combate de 8 e 12 toneladas não podem ser atirados contra cinco mil de 20 e 30 toneladas!!!! Este foi o caso da última derrota da França.

Se o que acaba de ser exposto é lógico e certo, já se conseguiu alguma cousa: conseguiu-se que a pomposa, enfática e irritante expressão “Doutrina de Guerra” se tornasse mais humana, mais ao alcance das inteligências comuns como a nossa, tal como está acontecendo com o ótimo curso da E. E. M., onde o ingresso já é facilitado e onde já se admite turmas anuais de 60 alunos, para bem do Exército.

Então, “Doutrina de Guerra”, reduzida à sua expressão mais simples, nada mais é do que: — o estudo comparativo dos quatro clássicos fatores da “Decisão”. Ela é, portanto, uma cousa essencialmente variável e deve ser constituída por um certo número de PRINCÍPIOS e PROCESSOS DE EXECUÇÃO que devemos possuir uma flexibilidade e uma plasticidade a toda prova.

O emprego de uma “Doutrina de Guerra”, varia não só com os quatro fatores da “Decisão”, como ainda, dentro de cada teatro de operações onde ela é empregada e, *principalmente*, com o temperamento mais ou menos ardoroso do CHEFE que a emprega.

Não fosse assim, uma "Doutrina de Guerra" acabaria por se assemelhar a um livreco de regrinhas de gramática. Nós militares nada mais teríamos a fazer que nos despirmos da nossa personalidade e do nosso poder de raciocínio, adquirí-lo nas livrarias e retornarmos aos MEMENTOS, tão nocivos aos que cursam os primeiros anos da E.E.M.

Enquanto um CHEFE, num determinado teatro de operações, balanceia a situação e julga que, para o caso a resolver, a solução adequada será um ataque brutal e ousado, outro, menos ardoroso, poderia mesmo apelar para uma cômoda e simpática defensiva.

Ora, ainda que se comparem essas duas atitudes possíveis, tão diferentes e antagônicas, jamais se poderá concluir pela inexistência duma "Doutrina de Guerra"; ela subsistirá sempre, integral e ostensiva! Entretanto, no caso vertente, fôra empregada por cérebros, nervos e caractéres completamente diversos.

Ultimamente, tem-se dito muito que a Missão Militar Francesa nos impregnou duma mentalidade defensiva. Parece não ser exata uma tal asserção. Não há um só documento que nos tenha sido deixado por essa excelente Missão que prove tal cousa; ao contrário, todos eles afirmam, categóricamente, mais ou menos o seguinte: — "só a ofensiva conduz à vitória; toda situação defensiva deve ser momentânea, passageira e imediatamente seguida de um ataque".

Tem-se discutido também, com certa frequência, a revisão da nossa "Doutrina de Guerra". Parece que ainda não temos uma "Doutrina"; a francesa, que adotamos, ainda não foi completamente adaptada aos nossos prováveis teatros de operações, às nossas possibilidades industriais, às nossas estratégias, às nossas possibilidades econômicas, etc. etc.

Na América do Sul, ainda, por muitos anos, parece, não se poderá pensar em "guerra relâmpago" e em "paraquedistas"; teremos sim, e tão somente, a "guerra de movimento", aquela praticada na Europa durante o período 914-918.

Quem diz "guerra relâmpago", subentende, particularmente:

- a) uma rede de comunicações terrestres ótima e densa;
- b) uma indústria adiantada e autárquica;
- c) carburantes em abundância;
- d) rádiotelefonia generalizada.

Quem diz "paraquedista" subentende implicitamente a possibilidade duma "guerra relâmpago". Como empregar o "paraquedista" — que atua em profundidade no dispositivo inimigo e, por isso mesmo exige um socorro rápido e imediato — se não podemos dispôr duma *massa* de elementos moto-mecanizados para romper a frente que nos for apresentada? Seria deixá-los morrer em pura perda.

Parece pois, não podemos pensar, *tão cedo*, nessas *trivialidades* europeias.

A nossa "Doutrina de Guerra" reside nas magistrais aulas que nos foram dadas pelos nossos mestres franceses. Creemô-la primeiro, praticuemô-la e estudemô-la depois (manobras) e, finalmente, revisemô-la por último. Sua revisão, talvez seja obra para os nossos futuros netos.

Curitiba, 14 de Janeiro de 1942.

instrução
da Observação
nos Corpos de Tropa

do Major BATISTA GONÇALVES

Livro indispensável na biblioteca
DE QUALQUER MILITAR

PREÇO 8\$000 - PELO CORREIO 9\$000

À venda na A DEFESA NACIONAL

Reflexões sobre a Doutrina do emprego dos Carros de Combate

Pelo Major OLÍMPIO MOURÃO FILHO

I) — RESUMO DOS ESTUDOS ANTERIORES

1 — Vimos, na primeira parte, que o emprego das unidades mecanizadas comportava dois aspectos:

O ESTRATÉGICO — em missões análogas às Grandes Unidades de Cavalaria — ora numa brecha, ora num flanco descoberto, indo até às retaguardas inimigas, fazendo desmoronar as frentes estratégicas e convertendo a batalha em uma luta generalizada em toda a profundidade, com o indispensável apôio aéreo numa verdadeira ação a três dimensões. Tal emprego pôde ser observado na Campanha da Polônia, bem como nas da frente ocidental — na batalha de Flandres — na qual os franceses não tinham um dispositivo defensivo adequado para resistir às Grandes Unidades Couraçadas Alemãs, dispositivo esse que ficou apenas esboçado na organização da LINHA WEYGAND, mas muito incipiente por falta da profundidade necessária, impossível no momento, em face da penúria em material, pessoal e tempo.

Depois, na campanha da Rússia, em junho de 1941, novamente os Alemães fizeram o emprêgo citado, explorando ao máximo a surpresa e conseguindo realizar penetração da ordem dos 500 quilômetros em pouco mais de 13 dias e depois de cerca de 300 quilômetros até meados de agosto, em batalhas espetaculares.

Todavia, daí em diante, refeitos da surpresa, puderam as Russos realizar os dispositivos defensivos de acordo com seus regulamentos, aproveitando-se dos ensinamentos colhi-

dos na batalha da LINHA WEYGAND e os Alemães foram obrigados a desistir do emprego das Divisões Encouraçadas como até aqui, apelando para o processo da cunha e cérco, (**Keil und Kessel**).

O TÁTICO, isto é, o emprego de engenhos couraçados agindo em proveito imediato da infantaria e em estreita ligação com todas as armas, afim-de abrir uma brecha de passagem, nas posições inimigas.

Neste caso, os carros agem ora no quadro da Divisão de Infantaria, em ações de conjunto, articulando-se com as demais armas por um jogo de linhas sucessivas a atingir (linhas a ocupar pela Infantaria e linhas a serem apoiadas pela Artilharia Divisionária), ora, no quadro dos Grupamentos Mixtos (Infantaria e Carros), segundo o mesmo mecanismo, mas em ação de acompanhamento.

Nas operações de **Keil und Kessel**, quando os Alemães ficam impossibilitados de fazer o emprego estratégico dos carros, esbarrando diante de dispositivos modernos de defesa os quais restabeleceram o equilíbrio, não dispondo assim dos indispensáveis espaços livres para as manobras de grande envergadura, fazem o emprego tático dos carros em estrita cooperação com as demais armas, para a abertura das bréchas; uma vez produzida a rutura, alarga uma passagem, aprofundam-na atacam à direita e à esquerda e fecham o cerco formando os célebres bolsões e reduzem-nos em ações concêntricas.

Agora, na terceira fase da guerra Germano-Russa, nas operações do Cáucaso, voltamos a observar nitidamente nessas operações uma variante notável: recuo do Exército Russo, sem a formação dos bolsões do ano passado, numa típica retirada estratégica.

E' notável, porque na Campanha da Polônia e na da França, os exércitos não conseguiram realizar retiradas em face do ataque das PANZER DIVISIONEN e em breves dias assistiamos às batalhas espetaculares que terminaram na trituração de Exércitos inteiros cortados em vários pontos e digeridos rapidamente em alguns bolsões.

Entretanto, desde que se iniciou a nova fase (campanha do verão de 1942), depois da batalha perdida pelo Russo em KARKOW, assistimos a uma grande e importante ofensiva Alemã no Cáucaso, de Voronesh até o Kuban, com um avanço de cerca de 500 quilômetros em média, em cerca de 30 dias, sem contudo a formação espetacular dos grandes bolsões observados no início da ofensiva em 1941.

As operações do Exército Russo, nesta guerra, qualquer que seja o seu resultado, vêm demonstrando duas causas:

- que se os dispositivos clássicos de defesa estudados até o irrompimento da guerra atual mostraram-se incapazes diante do ataque de G. U. couraçadas, era possível realizar novas concepções e parar as ações massivas das Divisões Couraçadas;
- que se aparentemente, conforme ficou demonstrado nas campanhas da Polônia e França, não eram mais possíveis as retiradas estratégicas nos moldes conhecidos até então, havia ainda **métodos e sistemas** de eficiência para, com o emprego dos mesmos, conseguirem-se executar com êxito as ditas operações, embora, talvez, em moldes diferentes.

2 — Examinamos depois, na 2.^a parte, com introdução indispensável ao estudo do emprego tático de unidades, o modo de combater do carro.

Estabelecemos que a missão normal de um carro é sempre a destruição e que a neutralização é missão eventual, não sendo o carro uma arma de choque.

Fixamos os seguintes pontos essenciais:

1.^º — os carros fazem neutralização com suas armas automáticas, não só para defenderem a infantaria que os acompanham, como também para se defenderem contra os tiros das mesmas, disparadas de curta distâncias contra as seteiras e outras partes vulneráveis, e contra as armas anti-carros da Infantaria inimiga;

2.º — que o tiro de destruição (tiro de canhão) só é efetuado pelo carro à distância tipo (de acordo com o seu armamento) e normalmente parado, momento altamente crítico para o engenho que se torna magnífico alvo para as armas anti-carros e para a Artilharia, em geral, exigindo, por isso, grande rapidez de ação para reduzir ao mínimo as paradas;

3.º — logo que o carro se sente alvo das armas anti-carros, abandona o **caminho mais curto** que vinha seguindo em busca do seu objetivo e passa a manobrar, em verdadeiros zig-zags, a-fim-de se furtar da área ótima para a perfuração de sua couraça, área que é definida por uma curva da qual a arma anti-carro ocupa um dos pólos;

4.º — que ele não é a melhor arma anti-carro e que só pode aceitar combate de engenhos de mesmo valor de couraça e armamento que o seu ou inferior, do contrário estará fadado a uma destruição certa;

5.º — que as unidades mecanizadas não têm capacidade de ocupação de terreno e que uma vez atingida uma linha (a do horizonte visível, limite máximo de apoio de artilharia com observatórios terrestres, ou intermediária), terão de manobrar durante todo o tempo da espera pela infantaria, ou de ancorar (manobra de torre e crista) por pouco tempo e ainda assim em condições precárias, ou de regressar ao interior das linhas, à coberto da artilharia inimiga e armas anti-carros.

II) — NOÇÕES SUCINTAS E MUITO GERAIS DA DEFESA ANTI-CARRO

1 — Esta parte do nosso trabalho não visa, em absoluto, o estudo da defesa anti-carro, sómente possível à parte, pela complexidade e extensão do assunto. Mas, sem um rápido exame dos elementos essenciais da defesa não é possível uma compreensão perfeita do modo de combater e, conse-

quintemente, das cautelas a serem tomadas no emprego dos engenhos.

2 — A defesa repousa sobre a utilização judiciosa e levada ao máximo dos meios que podem ser classificados como se segue:

A) — MEIOS POSSÍVEIS.

- a) obstáculos naturais;
- b) obstáculos naturais melhorados;
- c) obstáculos artificiais.

B) — MEIOS ATIVOS articulados de forma a obter-se profundidade máxima do dispositivo.

- a) armas automáticas e outras de infantaria, especializadas;
- b) canhões;
- c) minas e explosivos;
- d) carros caçadores e eventualmente outros tipos de carros.

A articulação geral dos meios passivos e ativos resulta no Plano de Defesa contra Carros formando o arcabouço do Plano Geral de Defesa, numa frente dada. Convém observar que a concepção defensiva resultante da guerra 14-18, girava principalmente em torno da idéia de defesa contra a Infantaria e Artilharia levando-se em conta a necessidade de defesa contra os engenhos couraçados.

Por outras palavras: na organização geral defensiva, incluiam-se medidas de proteção contra os carros.

Hoje a concepção é totalmente diversa.

A organização defensiva apoia-se estruturalmente na articulação de todos os meios contra os carros; o resto é função deste arcabouço.

3 — Passemos em revista rápida os vários meios classificados acima.

A) — OBSTÁCULOS NATURAIS.

a) — Consideremos, em primeiro lugar, o terreno. Ele reage diretamente sobre o carro e em mais de uma circunstância o vence. Os únicos terrenos que lhe são favoráveis verdadeiramente são os unidos e firmes. Os pedregosos gastam o trem de rolamento, atraçam a marcha e produzem frequentes panes nas lagartas. Os pantosos são ordinariamente intransponíveis e os moles ou lamacentos oferecem dificuldades à marcha, produzindo derrapagens, obrigando o engenho a patinar no mesmo lugar. As formas do terreno igualmente influem de muito. Assim, por exemplo, certos cortes mesmo aparentemente de pouca importância, impedem totalmente a marcha do carro; quando se trata de subir, as rampas maiores de 45° tornam-se em obstáculos cada vez piores e qualquer rampa, mesmo fraca, conforme a natureza, diminui a velocidade do carro e em certos momentos, no ato de subida, obriga-o a expor aos tiros partes muito sensíveis como a couraça inferior.

Impõe-se, pois, quando é possível, a escolha do terreno onde o Chefe deseja resistir; de qualquer maneira, aproveita-lo ao máximo quando tiver de articular os fogos da defesa, tendo em vista a possibilidade de ataques de carros.

b) — Córtes, rios, regatos de certa largura e profundidade, constituem obstáculos a serem explorados.

c) — Bosques, matas, cidades e povoações em geral. As cidades e povoações em geral constituem, quando barricadas convenientemente as saídas e entradas das ruas, ótimos obstáculos.

Quanto aos bosques, são úteis não só porque suas orlas oferecem boas cobertas para abrigar as armas anti-carros, como também pela dificuldade, em muitos casos invencível, que oferecem os troncos, ramos, galhos e cipós entrançados; além disto, o efeito moral produzido sobre o infante é muito menor pelas facilidades em se esquivar do carro no labirinto das matas;

d) — Aterro das estradas de ferro e rodovias.

B) — OBSTÁCULOS NATURAIS MELHORADOS.

E' evidente que certos obstáculos naturais, com pouco trabalho em muitos casos, podem se transformar em obstáculos intransponíveis: corte de um metro e meio na vertente de uma colina, talude vertical, idêntica providência numa ou em ambas as margens de um simples regato de 3 metros de largura, obras que, de acordo com seu vulto e categoria, ora são executadas pela própria infantaria, ora pela engenharia.

C) — OBSTÁCULOS ARTIFICIAIS

Citaremos apenas os mais comuns:

- a) trincheiras de perfil apropriado;
- b) abatizes duplos, no mínimo;
- c) barricadas de troncos de árvores;
- d) fossas disfarçadas;
- e) rête de arame de grande profundidade;
- f) arame entrançado e solto sobre o solo, a-fim-de provocar "pane" nas lagartas;
- g) os obstáculos construídos pela Engenharia, tais como barragem de trilhos ou de estacas de cimento, blócos de concreto, etc. etc..

D) — MEIOS ATIVOS, ARTICULADOS DE FORMA A SE OBTER A PROFUNDIDADE MÁXIMA DO DISPOSITIVOS.

A profundidade do dispositivo é essencial. As campanhas da Polônia e França e o início da ofensiva contra a Rússia, conforme assinalamos no início, provou à saciedade a impotência total dos dispositivos quasi lineares consagrados na guerra de 1914-18. A primeira tentativa no sentido de sanar o mal, redundou na linha WEYGAND que, embora não tivesse conseguido êxitos essenciais, em certas partes obrigou os Alemães a fazerem ataques nas formas clássicas da grande guerra, à procura da brécha.

Coube aos russos, aproveitando-se das experiências ainda recentes, revolucionar por completo o sistema clássico. Não é objeto deste trabalho, entrar em minúcias.

Diremos apenas que o sistema russo baseia-se na organização de formidáveis núcleos de defesa, com profundidades que atingem às vezes até 70 quilômetros, inteiramente fechados, em redutos, verdadeiros **porcos-espinhos** de armas de todos os calibres batendo obstáculos de toda a natureza e impossibilitando por completo o emprego das Grandes Unidades Couraçadas.

E' evidente que a adoção de tal sistema fica inteiramente amarrada às possibilidades em material e pessoal de cada país.

O que devemos fixar é que a profundidade do dispositivo tem uma influência absoluta na defesa contra carros, muito mais sensível do que contra tropas das demais armas.

Isto posto, examinemos, embora superficialmente os vários meios ativos já enumerados.

a) — Armas automáticas e outras armas especiais, de calibres pequenos.

O Fuzil Metralhadora, a Metralhadora Leve e a Pesada, mesmo atirando a munição usual, devem ser empregadas.

A menos de 400 metros, seu tiro contra os órgãos de visão, quando bem executados, podem produzir consideráveis danos na guarnição devido aos estilhaços de chumbo que penetram nas seteiras. Além disto, atirando com munição especial a bala perfurante, sob incidência normal fura 12 milímetros de couraça, a 50 metros (experiências feitas para o calibre 8).

Além das armas automáticas, há Fuzis especiais de calibres variando de 7,9 (o Alemão) a 14 mm (o Inglês) que atiram uma bala perfurante de considerável eficiência contra as couraças leves. Tais fuzis são de emprego no escalão Companhia. O Exército Americano usa também uma Metralhadora de 13 mm, órgão de fogo do Batalhão (1 Pelotão para cada Batalhão).

b) — **Canhões:**

Os calibres variam de 25 a 75 e mesmo 88. O característico comum é que todos tem grande velocidade inicial e, em consequência, trajetória muito tensa e capacidade de penetração.

- **Canhão de 25** — podendo atirar cerca de 20 projéteis por minuto, com eficácia até 800 metros sobre couraças de peso médio e até 1.500 metros sobre couraças fracas;
- **Canhão de 40** — característica pouco diferente das de 25;
- **Canhão de 37** — atira um projétil cujo peso varia entre 0,800 e 0,900 kg, podendo furar couraças entre 31 e 64 mm, como o tipo Americano que tem uma velocidade inicial de 830 m/s;
- **Canhão de 47** — (tipo Alemão) — atira um projétil de 1,485 kg e pode perfurar 51 mm de couraça;
- **Canhão de 57** — usado no Exército Inglês, características próximas do 47;
- **Canhão 75** — utilizando o obús de rutura, carga plena, eficaz até 1.500 metros contra couraças pesadas;
- **Canhão 88** — capaz de perfurar qualquer couraça das usadas atualmente, segundo informam observadores e reporteres de jornais. Não se possuem suas características, nem mesmo há ainda confirmação do seu emprego;
- **Canhão anti-aéreo** — segundo informações de revistas Alemãs, empregado casualmente como arma anti-tanque, revelou-se a melhor de todas até então conhecidas.

c) — **Minas**

Há várias espécies. As mais comuns são:

- minas portáteis;
- obús explosivo enterrado;
- petardos de carga forte.

As minas portáteis são diseminadas no chão, mal enterradas e disfarçadas. Funcionam à passagem dos carros. Há vários tipos.

Como exemplo citaremos o tipo que era usado pelo Exército Francês. O peso era de 5 quilos e 20 homens trabalhando 8 horas podiam estabelecer uma barragem de 1 quilômetro, com 1.500 minas.

Quanto aos obuses e petardos, igualmente usados pelo Exército Francês, não funcionam automaticamente, necessitando de dispositivos especiais de inflamação.

A mina Americana pesa cerca de 4,8 kg e sua dotação no escalão D. I. é de 500, ao Batalhão de Engenharia.

d) — Carros de combate.

No estudo precedente já tivemos oportunidade de afirmar que o carro não é a melhor arma anti-carro como se pensava até 1939.

Quando dois engenhos do mesmo tipo se defrontam, isto é quando ambos possuem armamentos capazes de perfurar a couraça do outro, o duelo terá de ser rápido e a vitória será do que acertar primeiro.

Se, porém, um carro é alvo de outro mais potente em armamento, ou se deixa sacrificar se é necessário ou há que fugir porque não é possível a luta em condições técnicas inferiores.

Na presente guerra, ao que parece, estão sendo usados os carros caçadores, de forte couraçamento e armados de canhões potentes, destinados a agir contra os engenhos mecanizados.

Segundo informes de jornais, a Rússia tem empregado carros caçadores de 70 toneladas.

4 — Como meio passivo artificial, poderíamos citar a neblina artificial ou a nuvem produzida por munição ou aparelhos apropriados e que dificultam extraordinariamente a marcha atrapalhando a visão da equipagem.

Todavia, é uma faca de dois gumes, porque, mergulhados na nuvem artificial, tornam-se alvos muito difíceis para os anti-carros e artilharia em geral.

III — CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISPOSITIVO

1 — No presente estudo adotaremos a seguinte organização possível das unidades:

- a) Pelotão de Carros Leves..... 5 Carros;
- b) Pelotão de Carros Médios..... 3 Carros;
- c) A Cia. de Carros Leves ou Médios é a 3 Pelotões;
- d) O Batalhão tem 3 Companhias;
- e) O Regimento tem 2 Batalhões de Carros Leves e 1 Batalhão de Carros médios.

2 — A zona de neutralização eficiente para um Carro Leve é da ordem de 50 a 60 metros de frente, não devendo ser maior, salvo em casos especiais.

Um carro médio pode neutralizar uma zona de 100 metros de largura.

3 — **Dispositivo do Pelotão:** O Pelotão age segundo um dispositivo único — a linha de batalha — os carros colocados uns ao lado dos outros, intervalados de 50 metros se são leves e de 100 se são médios.

Nestas condições, a frente de ataque de um Pelotão Leve é da ordem de 250 metros, e a de um Pelotão Médio, de cerca de 300 metros.

4 — **Dispositivo de Companhia:** O dispositivo comum da Cia. é com dois Pelotões em primeiro escalão. Poderá, menos frequentemente ter ocasião de empregar os três Pelotões em linha e mais raramente ainda, apenas um Pelotão em primeiro escalão.

No caso de ter dois Pelotões em 1.º escalão, tratando-se de Pelotões Médios, a Companhia, ordinariamente terá uma zona de ação de 600 metros de largura por 400 a 600 metros de profundidade, dando lugar a três dispositivos diferentes, conforme mostram as figuras.

Para facilitar nossos trabalhos, daqui para o futuro, vamos denominar os dispositivos representados nas figuras de 3 a 6.

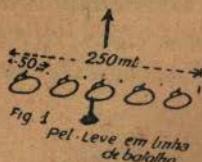


Fig. 1
Pel. Leve em linha de bolinha

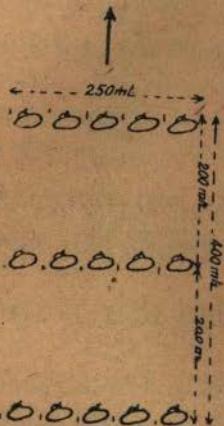


Fig. 3
Cia Leve em coluna de Pelotões

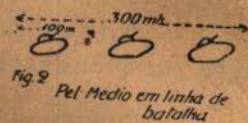


Fig. 2
Pel Medio em linha de bolinha

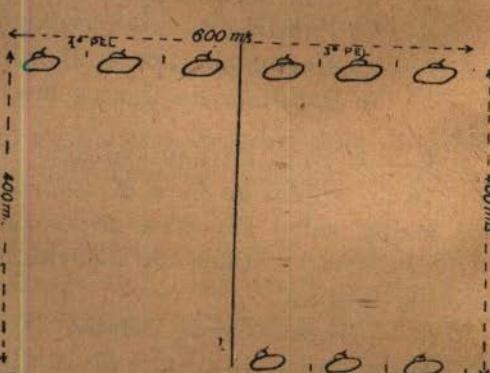


Fig. 4
Cia Média, 2 Pel em 1º escalão, direita dobrada. (Este diagrama pode dar as seguintes variações: Esquerda dobrada, centro dobrado.)

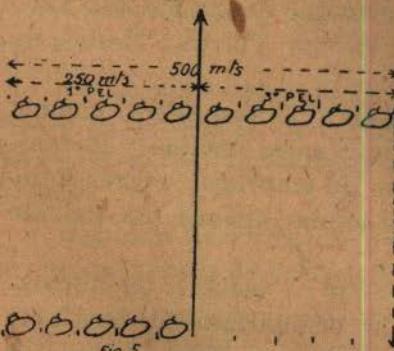


Fig. 5
Cia Leve - 2 Pel em 1º escalão e esquerda dobrada

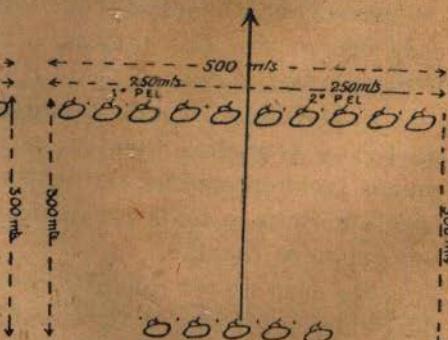


Fig. 6
Cia Leve - 2 Pels em 1º escalão, centro reforçado

Quando a Cia. afetar o indicado na figura n. 3, será chamado "Coluna de Pelotões em Batalha. Distância X metros". Sua abreviatura para o caso de transmissão em Morse ou sinalização, será: C B seguida de um ou mais algarismos indicados da distância entre os escalões, e, no caso em que a ordem dos Pelotões não seja a normal, ela será dada antes das letras da abreviatura. **Exemplo:** o Cmt. da Cia. quer transmitir a seguinte ordem: Cia. em Coluna de Pelotões, com o 2.^º Pel. na testa e o 3.^º na cauda, distância de 200 metros entre os escalões: 23CB2.

Se a ordem coluna de pelotões (formação de ordem unida), sua transmissão seria simplesmente 23CB ou simplesmente CB desde que a ordem de colocação na coluna fosse a normal, isto é: 1.^º, 2.^º, 3.^º Pelotões.

No caso do dispositivo com dois Pelotões em 1.^º escalão, com as 3 variações das figuras 4, 5 e 6, chamaremos de N (normal) seguida das letras D, C ou E, indicando a posição do segundo escalão e seguida ainda do algarismo indicativo da distância. **Exemplo:** transmitir o dispositivo da figura 4 — 1.^º e 3.^º Pel. em 1.^º escalão e 2.^º Pelotão em 2.^º escalão direita dobrada, 400 metros de distância entre os escalões; 13 N. D 4.

A abreviatura do indicado na figura 5 é: 13 N 3; a da figura 6 é: N C 3, porque no normal completo os 1.^º e 2.^º Pelotões estão no 1.^º escalão e não há necessidade de indicá-los na abreviatura.



TIRO E EMPRÉGO DO

ARMAMENTO DA INFANTARIA

O Maj. Pavel, em face do excelente êxito e crescente aceitação da 1.^a Edição do seu livro "Tiro e emprego do Armamento da Infantaria" decidiu lançar uma 2.^a Edição, em torno da qual de há muito reinava intensa expectativa do nosso meio profissional. A DEFESA NACIONAL indo ao encontro das aspirações dos seus leitores, resolveu tomar a seu cargo a reedição da obra, para facilitar a tarefa do seu antigo e dedicado colaborador e corresponder aos constantes apelos que lhe têm sido endereçados.

Entretanto, é justo salientar que não se trata, a rigor, de uma simples reedição do tão divulgado trabalho, pois, além da sua remodelação geral e adaptação à nova organização da nossa Infantaria, apresenta novos aspectos do estudo da Mtr. Madsen mod. 1935 F. e, principalmente um novo Capítulo sobre o momentoso assunto da "Defesa contra-carros" que vem atender às necessidades da instrução dos novos elementos especializados com que foi dotado o nosso Exército.

A mecanização dos Exércitos na guerra atual, tomou aspecto tão preponderante, que os meios de defesa contra os engenhos blindados ainda não chegaram a proporcionar uma solução cabal para a proteção das tropas combatentes contra a sua ação fulminante nas diversas fases da batalha, não só pela qualidade e quantidade das armas necessárias, como pela instabilidade ainda existente sobre o emprego tático desses órgãos sob as reações de uma guerra maldita que ainda não nos transmitiu seus ensinamentos.

Por todos esses motivos, mais premente se torna a necessidade de uma maior difusão de conhecimentos muito objetivos, que estabeleçam inteira uniformidade no emprego de tão preciosos meios de ação.

Partindo do estudo (Capítulo IX) das características dos engenhos contra-carros e das dotações nos diferentes escalões da Infantaria, o Autor focaliza a seguir, a Organização da D. C. C., inclusive o Plano de defesa contra-carros nos seus mínimos detalhes: — características do dispositivo de defesa, particularidades das barragens e proteção dos flancos.

Em seguida, aborda as Condições de realização da D.C.C. nas diversas fases do combate ofensivo ou defensivo.

Finalmente, passa a tratar da Elaboração dos Planos de D.C.C., terminando com um exemplo de emprego da Cia. Regimental do Eng. C.C.

No desenvolvimento do estudo das Condições de realização da D.C.C., encarou o autor os diversos aspectos de que a mesma deve se revestir nas marchas e nos estacionamentos, situações extremamente delicadas na guerra moderna, pois no seu transcurso ficam as tropas com a sua capacidade combativa muito limitada, embora expostas às intervenções dos blindados inimigos de grande raio de ação. Também nos preliminares do combate ofensivo (aproximação e tomada de contato), a situação não é de menor responsabilidade. Em se tratando de canalizar meios para a batalha, é necessário que eles cheguem à fase de execução (ataque) na plenitude de suas forças, protegidos à frente e nos flancos contra a perigosa intervenção dos engenhos blindados inimigos.

E', entretanto, na defensiva que a D.C.C. toma o seu máximo desenvolvimento, e o autor o comprehendeu bem. O estabelecimento da barragem contra-carros, com a sua característica estática, presta-se a um aperfeiçoamento constante, em função das informações que se colhe sobre o inimigo e das características do terreno.

O autor estuda ainda as missões que se podem atribuir às unidades elementares contra-carros, isto é, aos Pels., Secs., e Peças agindo isoladamente.

Esta síntese do Capítulo IX dá bem uma idéia da importância de que o mesmo se reveste, atribuindo uma nova feição a esta Edição de "Tiro e emprego do Armamento da Infantaria".

A DEFESA NACIONAL, com a responsabilidade que lhe cabe no erguimento do nível da cultura profissional do Exército, recomenda o livro do Major Pavel a todos os militares, sem exceção.

CAVALO OU MOTOR

Major XAVIER LEAL

Já se tem escrito muito, ultimamente, sobre a organização da nossa Cavalaria. Se a passada guerra, com os progressos acentuados da Aviação, restringiu, até certo ponto, o papel da Cavalaria a cavalo (o pleonasmo hoje é permitido) na busca de informações, a guerra atual, com a motorização em grande escala, inclusive para a própria infantaria, coloca o elemento cavalo e tudo que é hipomovel num plano verdadeiramente secundário. Isto na Europa, onde, paralelamente à motorização, estão resolvidos os problemas das estradas e do combustivel.

Mas o fato é que, na guerra moderna, cavalaria no sentido mesmo do termo — tropa que se desloca e age a cavalo, não tem mais cabimento, e por dois motivos óbvios: o poder de fogo das armas automáticas, que acabou com o ímpeto das cargas e, por outro lado, pela reduzida velocidade dessa Cavalaria. O ráio de ação da cavalaria a cavalo, que antigamente, constituía alguma cousa de admável, hoje não passa de um fator mediocre comparado às possibilidades das Unidades motorizadas, das transportadas em avião e dos paraquedistas.

No que se refere, portanto, aos fatores tempo e distância, a organização da Cavalaria hipo, pode-se considerar como imprópria para os fins da guerra moderna. E quanto às resistências a vencer no campo de batalha, parece que os meios dessa cavalaria não satisfazem.

Podemos, entretanto, mudar completamente, a organização da nossa Cavalaria? Devemos acompanhar integralmente o que se passa nos exércitos europeus? O assunto, na nossa opinião, já foi brilhantemente ventilado, nas conferências realizadas na Inspetoria da Arma de Cavalaria, a última das quais, do Cap. Hugo Garrastazú, tenho à mão.

Nessas conferências, o problema foi encarado sob os seus diversos aspectos:

- mobilidade e potência de fogo
- estradas e obras de arte
- parque industrial

- desgaste e reparações do material
- produção equina
- particularidades dos teatros de operações sul-americanos.

De todo esse estudo, de todas as comparações feitas, resultou a unanimidade de opinião de que a Cavalaria não deve permanecer mais inteiramente hipo, nem pode ser inteiramente motorizada. O que nos convém, balanceando todas as condições pró e contra, é a cavalaria mixta — uma parte hipo e outra moto-mecanizada.

Ao nosso ver, não há argumentos fortes que possam impedir, no Brasil, a introdução nas D. C. brasileiras, do Grupamento moto-mecanizado, assim como da ala moto-mecanizada nos R. C. D. Os argumentos de falta de industrialização e falta de combustível não são bastantes para sustar a transformação. A indústria poderá ser adaptada e o combustível já se revelou no nosso sub-solo, além do sucedâneo representado pelo alcool-motor, cuja produção vai em escala ascensional.

O terreno no Sul do Brasil é ideal para a motorização; convida aos movimentos envolventes, às ações de larga amplitude; é permeável em toda parte.

A motorização no Rio Grande do Sul, no Paraná e em certas zonas de Santa Catarina, não precisa de estradas. O dorso das coxilhas permite a passagem livre. Apenas as enchentes, em consequência dos regimens de certos cursos d'água, poderia dificultá-la, mas não impedí-la. Seria uma paralisação temporária nas operações, o que qualquer outro fator poderia causar. Por outro lado, convém considerar que a motorização das Unidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, implica em Engenharia motorizada, justamente para resolver esses problemas que lhe dizem respeito.

No começo da guerra atual sempre ouvimos dizer que a motorização alemã não venceria os grandes obstáculos na Noruega e, particularmente, nos Balcãns. Entretanto, o célebre desfiladeiro das Termópilas foi vencido pelas unidades motorizadas germânicas.

Se o problema é de buscar uma organização conveniente, nada nos parece melhor do que a organização da Cavalaria adotada nos estudos da Escola de Estado-Maior. Uma cousa, entretanto, é preciso ser levada em grande consideração. Nos teatros de operações do Sul, sem o domínio do ar e sem uma defesa anti-aérea eficiente, as operações terrestres estarão grandemente prejudicadas.

A D. C. em estudo na Escola de Estado-Maior não dispõe de elementos especializados para a defesa anti-aérea, como bem frisa o cap. Garrastazú na sua conferência. Isto parece uma falha importante. Entretanto, estes meios lhe poderão ser adicionados pelo escalão superior.

O EMPREGO DA CAVALARIA

(Baseado em um estudo da "Revista de Cavalaria Norte-Americana")

1.º Ten. Cav. FERNANDO BELFORT BETHLEM

O sucesso de uma força de cavalaria depende de vários fatores. Primeiro, do modo pelo qual é empregada pelo Comando em Chefe; segundo, da maneira pela qual é conduzida pelo seu Chefe de Estado Maior; terceiro, do conhecimento e da iniciativa dos comandantes subordinados, especialmente de Regimento e Ala.; quarto, do estado de treinamento da tropa. Naturalmente sabemos que há uma série de outras exigências, tais como, facilidades de comando, equipamento e cavalos, terreno e inimigo, tempo, mas, apresentada uma boa força de cavalaria o primeiro dos quesitos acima citados, é o mais importante. A cavalaria de Napoleão deveu seus sucessos à maneira pela qual era empregada pelo grande Cabo de Guerra; o mesmo podemos dizer da cavalaria de Lee e de Stonewall Jackson, na guerra civil norteamericana. O pouco êxito obtido pela cavalaria federal nesta mesma guerra foi devido ao modo pelo qual a empregaram os comandantes de exército. Os grandes comandantes da História empregaram bem as suas forças de cavalaria. A presente grande guerra não tem apresentado grandes forças de cavalaria; como todo mundo sabe isto é devido ao grande crédito posto nas forças moto-mecanizadas, e na injusta campanha movida contra a cavalaria hipomovel. Os alemães não sentiram necessidade dela pelo fato de possuirem uma grande superioridade, em relação aos outros exércitos, de aviação e material mecanizado; tivessem os exércitos componentes força aérea adequada e material mecanizado, em quantidade suficiente, os alemães teriam necessitado poderosas forças de cavalaria.

Todos os grandes exércitos, de hoje, necessitarão de uma numerosa cavalaria; naturalmente estamos falando sobre uma cavalaria moderna e não sobre a antiga cavalaria européia da primeira grande guerra.

As missões desta cavalaria hodierna deveriam ser estudadas a fundo nas escolas de aperfeiçoamento, estado maior e no curso de informações para oficiais superiores. Conforme ficou dito atrás, uma das qualidades necessárias a todo comandante de exército, nos dias atuais, é o conhecimento da cavalaria e do modo pelo qual empregá-la habilmente. Vejamos alguns desses conhecimentos:

— Em problemas escolares e em manobras parece haver uma tendência em dar-se à cavalaria missões muito além das suas possibilidades.

Por exemplo, um regimento de cavalaria recebe, algumas vezes, ordem para cobrir a frente de uma divisão de infantaria que esteja marchando em duas colunas, largamente dispersas. Isto resulta num desmembramento da unidade de cavalaria, tirando-a do controle de seu comandante e enfraquecendo-a em todos os pontos da frente. Dessa maneira, este regimento não cumpriria, na realidade, a sua missão de cobertura; seria preferível que esta unidade fosse enviada para cobrir um dos flancos da divisão de infantaria, aquele que parecesse mais importante. Qualquer outro meio seria empregado na cobertura do outro flanco. Nenhuma unidade de cavalaria deverá receber a missão de cobrir ou reconhecer frentes demasiadamente largas, que a obriguem a agir fora do controle de seus chefes. Da mesma maneira um exército composto de diversos corpos de exército e de uma divisão de cavalaria não poderá esperar desta divisão tudo que uma força adequada de cavalaria poderia dar. E' óbvio que uma tropa de cavalaria de determinada força não pode fazer mais do que aquilo que lhe permite seu efetivo.

Podemos dizer, em termos gerais, quais as missões da cavalaria na guerra moderna, mas poucos parecem compreender que, para o cumprimento destas missões, necessitamos de cavalaria em grande quantidade.

Um comandante esclarecido não usaria a sua cavalaria hipomovel da mesma maneira que a sua cavalaria moto-mecanizada. Ambas são necessárias mas tem diferentes funções. A mobilidade da cavalaria a cavalo não pode ser empregada com competição com a das forças moto-mecanizadas; a mobilidade da primeira permanece como sempre foi e como tal deve ser empregada, ao passo que a da segunda é uma matéria nova e assim deve ser utilizada. A mobilidade da cavalaria hipomovel aplica-se particularmente aos movimentos em terreno variado; a mobilidade das forças mecanizadas está relacionada com a rede de estradas e os terrenos pouco dobrados. Aí reside a principal diferença no emprego destes dois elementos. E', pois, essencial que um comandante em chefe saiba como e quando empregar a sua cavalaria hipomovel e a sua força moto-mecanizada.

Uma boa cavalaria é muito difícil de fazer-se; ela não deverá ser improvizada no decorrer de uma campanha.

Cada exército em campanha deveria dispor de um corpo de cavalaria. Cada comandante de exército que tenha estudado a moderna cavalaria e suas possibilidades haverá de ter ocasiões para empregá-la propriamente e com grandes probabilidades de êxito.

Isto, porém, não será obtido enquanto não for mudada, em todos os exércitos, a atitude para com a injustiçada arma do glorioso Andrade Neves.

DEVER MILITAR

Major A. DE LYRA TAVARES

No momento de apreensões por que passa o nosso país, A DEFESA NACIONAL aconselha a leitura meditada deste excelente artigo.

O tema tem aspectos sutis e requer, antes de tudo, uma conceituação que bem o caracterize, porque o Dever Militar ainda foi objeto de uma definição precisa, nem legal nem literária. O sentido moral que o preende, tende a imprimir-lhe traços personalísticos, porque é necessário, primeiro, bem compreendê-lo, e a compreensão resulta de uma formação educacional, que é variável. Para o soldado, entretanto, que tem como um sacerdócio, que se forma para cultuá-lo, que se educa nos seus princípios e que conforma o seu espírito aos seus preceitos e suas imposições, o modo de compreendê-lo tem que ser um único, porque a sua sensibilidade de espírito é educada, especialmente, para isso.

Se há um Dever Militar é porque há um Dever especial, próprio característico do militar, e só do militar. Não se o comprehende, por isso, em quem não seja soldado. E esse dever dita regras especiais de conduta, cria qualidades e defeitos que só podem ser apreciados no soldado, e estabelece crimes que só ele pode cometer, porque tudo resulta de uma sensibilidade moral que lhe é própria, pela natureza da sua missão especial e grandiosa, pelo papel que a função militar desempenha, no quadro da Nação, investindo o homem de obrigações morais, que requerem uma educação e uma compreensão próprias. E' o Dever Militar que dita os deveres dos militares, desdobrando-se em aspectos diferentes, morais, físicos e intelectuais, conforme as exigências da função militar, e não se limita, por isso, ao que é comum a todos os cidadãos, querante a Pátria. Não basta ao militar ser patriota nem servir à Pátria, como se exige de todos os cidadãos, nivelados indistintamente pelo tributo obrigatorio de honrá-la e de engrandecê-la. Ao incorporar-se ao Exército, o homem, uma vez instruído e preparado por ele, passa a ser soldado e a aceitar um Dever que, só então, comprehende e cultúa. E pode, assim, na consciência perfeita de toda a sua magnitude, prestar um juramento que marca uma transformação essencial na sua persona-

lidade. A educação militar visa e promove, como primeira finalidade, essa transformação que, ao atingir a sua plena finalidade, vai obter a formação de uma consciência especial e de responsabilidades não assumidas pelo cidadão, fora da função militar. A partir daí, o seu espírito, a sua cultura, as suas tendências, a sua moral, que antes lhe fixaram traços livres à personalidade, vão subordinar-se a um sentido superior, que condiciona a sua conduta, fazendo-o um disciplinado, um bravo, um abnegado, pelo sacrifício de tudo, na hora em que o desempenho da função militar o reclamar à sua consciência. Ele reagirá contra tudo e contra si mesmo, porque a missão exige e deve ser cumprida. Ele se sentirá atuado e conduzido por forças superiores, mais morais do que humanas, porque a função militar o investirá de uma personalidade especial e ele não olhará a si mesmo, mas à sua Pátria, e tão sómente à sua Pátria, deante de uma missão que lhe é dada, em nome dela.

Vê-se, assim, como o Dever Militar é imanente à função militar, e sub-entende virtudes especiais, próprias dessa função.

Ele é como que a Bíblia do soldado, dado que o culto da Pátria constitue, para ele, um sacerdócio.

PRINCÍPIOS EM QUE SE FUNDA

O Dever Militar assenta em princípios de ordem moral e social, próprios à função militar. O soldado é, sem dúvida, mais do que um simples cidadão, pois a função militar o investe de um papel especial, que decorre, por um lado, da natureza especial da sua condição de célula da Instituição Armada do país, e, por outro lado, da responsabilidade que assume, no convívio social, o cidadão investido da função de guardá-la e defendê-la, dentro do quadro legal em que se exercitam as suas atividades.

PRINCÍPIOS DE ORDEM MORAL

A mística da Pátria

Toda a magnitude do Dever Militar decorre do amor à Pátria, colocado acima de todas as forças do espírito. O culto das tradições, a educação cívica, o apego à família, as afinidades de sangue, de religião e de língua, o amor à terra natal, exercendo uma influência essencial na formação do espírito, cream, espontaneamente, no indivíduo, cuja formação moral não seja deturpada pela solicitação de forças negativas, o sentimento da Pátria. E esse sentimento, dominando-lhe as tendências egoísticas, vai influir na sua formação moral, elevando-o acima de si mesmo, e estabelecendo êlos rígidos, de que resulta a coletividade nacional.

A sua receptividade sentimental fá-lo, então, um defensor natural daquilo tudo que passa a ser uma condição da sua vida, provocando reações e atitudes psicológicas muitas vezes superiores ao ser físico. Crê-a-se-lhe uma alma; empresta-se-lhe uma expressão moral mais aprimorada e mais altruista; dá-se-lhe uma compreensão e um sentido, dentro da obra coletiva. E ele passa a ver tudo isso, nas representações simbólicas que o exprimem, na Bandeira, no hino, nos heróis nacionais, e em tudo onde a idéia de Pátria transpareça, porque tudo isso o fará vibrar, e essas vibrações se traduzem como patriotismo.

A força moral

O que o Dever Militar impõe ao homem é, muitas vezes, superior às suas forças físicas, ou não depende só delas. A audácia, a coragem, a abnegação, o desprendimento e outras qualidades, por outro lado, constituindo virtudes essenciais ao desempenho do Dever Militar, emanam da força moral, e unicamente a força moral poderá crea-las. Falandosobre os rasgos de bravura, de coragem e de sacrifício, do soldado, o General Tanant assim conclue: "Para que ele possa possuir uma tal coragem e submeter-se a tais sacrifícios, é necessário uma força invencível que o anima.

Essa força será moral ou não existirá, porque é evidente que a disciplina puramente material não basta para produzi-la e conservá-la.

Aliás, se fossemos analisar as dependências entre o Dever Militar e a Força Moral, iríamos enveredar por um assunto de esplanação longa e sugestiva, que as observações de todas as campanhas revelaram constituir um aspecto fundamental da eficiência dos exércitos nacionais.

Não seria necessário lembrar que está exatamente aqui uma diferença característica entre o mercenário e o patriota. Para o primeiro, não seria possível admitir a existência de um Dever Militar, embora o mercenário tenha, também, *deveres de militar*.

São conceitos, aliás, que não devem ser confundidos. Os *deveres do militar* podem ter noções variáveis, podem ter princípios diferentes, pois correspondem a direitos, que se modificam no espaço e no tempo, conforme os característicos dos exércitos, os regimentos e as mentalidades dos povos. No Brasil, os militares tem certos deveres; na Rússia, esses deveres são outros, necessariamente. Na Guerra da Espanha, defrontaram-se, nos mesmos teatros, soldados, nesse particular, diferentes. Eles não se compreenderiam, nos seus deveres, mas todos tinham determinados deveres.

Pelo contrário, o Dever Militar, que assenta no princípio moral, decorre do amor à Pátria, tem o mesmo conceito em todos os pontos, e, só ele pode justificar certos milagres, na luta do soldado patriota contra o homem, em si mesmo. De outra forma, não se teriam os heróis, em todos os tempos e em todos os pontos. E a compensação dos atos

de heroísmo não se exprime em coisas materiais. O soldado, para o qual existe o Dever Militar, nada mais quer do que, exatamente, o prêmio moral da consciência de o haver cumprido. Na própria Espanha, não se poderia esperar das legiões russas que lá foram defender uma teoria universalista, cujo ideal básico — se assim podemos chamá-lo —, é uma melhoria de condições de vida, é um anseio de ordem econômica, com as suas compensações imediatas, um episódio como o do Alcazar de Toledo, em que o soldado nacionalista mostrou, antes de tudo, o desapego completo, a renúncia total pelo que é material.

Para o homem materialista, existe o Dever Militar; e a filosofia sem Pátria poderá entender, como de loucura, um gesto de heroísmo. Só a noção do Dever Militar justifica, exige e cria a sua compreensão. Só a força moral, em que ele se funda, pôde conduzir o soldado a atitudes muitas vezes superiores à sua condição humana.

Sentimento do dever.

Escreveu Vigny, ao discorrer sobre os aspectos fundamentais da profissão militar:

“A abnegação do guerreiro é uma cruz mais pesada que a do martir”.

E' necessário que o sacrifício seja a causa mais bela do mundo, para que ele tenha tanta beleza em homens simples, que muitas vezes nem tem a noção do seu mérito. E' ele que faz surgir, nesta vida de tormentos e dissabores, como que por milagre, um caráter generoso, cujos traços são grandes e bons como os das medalhas antigas. A abnegação leva o sentimento do dever até às suas últimas consequências.

Realmente, o soldado não visa compensações, porque o caminho da ambição material não passa na porta do quartel. A sua consciência o mantém dentro de uma mesma linha inflexível, que é o caminho do dever, e desse caminho ele não se afasta. Nele há prêmios unicamente morais, o conceito dos chefes e, finalmente, a glória, são os grandes bens materiais que visa a sua ambição. A conduta do soldado é traçada pelo sentimento do dever, e esse sentimento é a nota principal da sua personalidade. So ele o poderia enquadrar dentro de uma disciplina austera, em que não é o homem quem ordena, nem o homem quem obedece, mas um instinto educado na escola do dever, que constitue um verdadeiro catecismo. Tudo se faz e tudo se exige, em nome de um interesse superior, que a idéia da Pátria consubstância. E todos o entendem assim. Não é para ilustrar-se a si mesmo, que o soldado estuda; não é para sacrificar a sua personalidade, que ele se submete a uma disciplina; não é para agradar que ele obedece, nem para desagradar que ele ordena, que ele exerce a sua autoridade. E' para cumprir o seu dever, que ele cultua e pratica todas essas virtudes. Sem o sentimento do dever, que assenta em bases puramente morais, as virtudes militares poderiam

ão ser compreendidas como virtudes, mas como um atentado à personalidade. As bases do Dever Militar estariam, então, ameaçadas. Eis porque o trabalho silencioso das ideologias anti-patrióticas investem sobre ele, na sua ação demolidora.

exemplo.

A idéia de Pátria implica a idéia de tradição. A obra de um século precisa estar ligada a de muitos séculos, e o trabalho de uma geração a de muitas gerações, para que a sua construção seja cada vez mais sólida e se afirme, através dos tempos. E' mais no passado que a Pátria se alicerça, pelo que setorna preciso recordá-lo. O esforço feito orienta e stimula o esforço a fazer, e a Pátria deve ser eterna e intangível. O exemplo dos antepassados sugestiona os homens, e a história das guerras constitue o repositório dos feitos em que o soldado de hoje vai inspirar-se, para a sua conduta.

Dai a grande influencia do estudo da História Militar, na formação do soldado. E' através das suas narrações que ele passa a conhecer, admirar, compreender e imitar os homens e os gestos tidos como paradigmas. Os heróis são para o Dever Militar o que os santos são para as outras religiões. Constituem sínteses das suas virtudes fundamentais e ímbolos a cultuar. E a unção patriótica com que contempla, no quartel, a efígie de Caxias é, de certa forma, semelhante à unção religiosa com que se olham, na igreja, as imagens dos santos.

Por outro lado, os laços morais de dependência entre os chefes e subordinados, mantêm-me, principalmente, pelo exemplo, pois não basta reinar a mística do Dever Militar, recordando atitudes dos que já morreram.

Impõe-se imitá-las, primeiro, para depois exigir que elas sejam imitadas. E a educação militar, pelo exemplo, é como que um fogo constante que alimenta a mística do Dever Militar, ligando, entre si, homens de épocas diferentes, dentro de uma mesma formação moral, os mesmos anseios, dos mesmos propósitos e das mesmas virtudes.

princípios de ordem social.

A idéia de Pátria não se materializa, e só se a comprehende através de uma formação moral especial. Mas, a da família e a da sociedade, nascem com homem, pois uma é instintiva e a outra é imposta pela vida. Dentro do convívio social, em que nasceu e se educou, o homem se rada a certos hábitos, cultiva certas tradições e comprehende certos deveres, decorrentes do bem coletivo, pelo qual é interessado. O papel do soldado, como responsável pela ordem social, é compreendido e admirado, e o investe de uma função essencial à vida coletiva. Essa vida apega a noções diversas e essenciais, que geram deveres, e aí pode-

riamos grigar o amor à família, à terra, aos costumes, etc... Tudo que atenta contra esses bens coletivos, exige o sacrifício coletivo, que domina o egoísmo.

E' assim que se explica, por outro lado, o aspecto social característico da função militar. O soldado é parte responsável na tarefa de defender esses bens, e o Dever Militar, como decorrência disso, tem, para ele, um aspecto social característico.

Em tempo de paz, o Exército também existe e também desempenha um papel social sobre o qual muito se teria a dizer, sendo que a magnitude desse papel cria, para o soldado, uma função peculiar. Essa função lhe dá, não só prerrogativas de autoridade, como uma condição especial que decorre da sua responsabilidade na ordem e na disciplina sociais.

Quando há uma alteração na ordem pública, quando alguém investe contra os preceitos da disciplina social, a presença do militar infunde confiança e o investe de uma personalidade bem diferente da do homem, visto em si mesmo. E' que o Dever Militar lhe impõe, então, uma conduta necessária, e todos contam com ela. O soldado o comprehende e sente, e, nessa hora, ele deixa de ser um simples cidadão, em face do papel social que decorre do seu dever militar.

Movel que o impele a cumprir.

Qual será o movel que impele ao cumprimento do Dever Militar, uma vez que ele tem aspectos tão árduos e exige tantos sacrifícios?

De um modo geral, é a consciência do dever, qualquer que seja ele, que leva o homem a cumpri-lo, e como o Dever Militar é um dever especial, é lógico que deve existir no soldado uma consciência especial. E ela existirá? — Já vimos que sim. Já vimos, mesmo, que, sem essa consciência, não seria possível a compreensão do Dever Militar. Em face dele, o homem se transfigura. Ele sofre a influência de várias forças estranhas a quem não é soldado. Comenta o General Tanant, que o homem, nesse momento, desaparece, deante do soldado, o que quer dizer que ele se reveste de uma nova personalidade. Em face do perigo, a ação do medo, dos fatores psicológicos negativos, da fraqueza física, do egoísmo e do apego a vida, sofre a dominação dessa nova personalidade, e o perigo perde a sua importância, deante de uma missão, que para o soldado tem qualquer causa de sagrada. A covardia seria, para ele, um pecado mortal, pois a sua alma não subsistiria ao seu domínio. O Código Penal Militar vê nela a figura de um crime capital, como o vê na traição, na falta de resistência ao inimigo, etc... Para o cidadão, a covardia já não seria um crime, mas uma fraqueza moral ou uma doença psíquica, sem repercussão essencial no interesse coletivo. Então, é porque domina o espírito do soldado uma noção de Moral característica. Ele a comprehende e a respeita. De outra forma, não se explicariam os seus gestos de abnegação, de heroísmo, de audácia, etc. Essa

mesma noção, que é fruto, sem dúvida, de uma formação e de uma educação especiais, condiciona a sua conduta e o impele ao cumprimento do Dever Militar. Dela deriva a disciplina que dirige a sua inteligência, que transfigura o chefe num representante da Pátria. Dela decorre o desprendimento, que dá à própria vida, uma significação secundária, deante do perigo; dela emana a força de vontade, que refreia as tendências humanas, transformando o homem em uma espécie de sacerdote. Ela cria a energia moral que tudo domina e sacrifica, quando a missão o exige.

Quando a defesa da Colonia de Dourados dependeu, no momento histórico inesquecível, apenas da atitude de Antonio João, ele deixou de ser o simples tenente do Regimento de Bela Vista, para transfigurar-se num herói, e a sua alma de soldado, grandiosa e sublime, transformou-o num símbolo nacional. O exemplo contagiou a guarnição toda. O espectro da morte lhe apareceu, de relance, não para intimidá-lo, mas, ao contrário, para inspirar a frase histórica, que é hoje uma legenda. Essa frase é menos do tenente Antônio João do que do Dever Militar que o seu gesto heróico e imortal consubstanciou.

Quando se reuniu, na luta com o Paraguai, que o partido liberal, então no poder, pudesse obter de um "conservador" extremado, a sua colaboração na defesa da causa do Brasil, Caxias, logo que solicitado, redarguiu: "A minha espada não tem partido". Era a voz do Dever Militar que falava por ele.

Foi o Dever Militar que arrojou os nossos soldados sobre a ponte de Itororó e que lhes deu ânimo e forças na epopéia de Laguna.

E assim, a História nos mostra, a todo passo, como esse Dever, que constitui a mística do soldado, supera nele as condições humanas, e o conduz a atitudes, às vezes, legendárias.

Quaisquer que sejam os aspectos por que ele se apresente, o soldado o comprehende e é induzido a cumpri-lo. E o movel que o impele a fazê-lo é tudo isso que vimos; é a sua conformação moral apurada e própria; é a educação em que o seu caráter se forja; é o sentido e a compreensão que ele tem da sua missão grandiosa; são as virtudes que ele cultivou e praticou. Tudo isso se resume e se reflete na sua consciência militar, porque é, na verdade, essa consciência, — síntese moral do soldado — o movel que o impele ao cumprimento do Dever Militar.

Importância moral do Dever Militar.

Agora, que o definimos e o conceituamos, tanto quanto é possível fazê-lo numa apreciação pessoal e sumária, a propósito de um tema tão complexo e tão difícil de objetivar-se numa figura literária, já podemos estimar a importância moral do Dever Militar.

Nenhum método mais positivo para apreciá-la do que o de imaginar a sua inexistência. Experimentemos fazê-lo. Poderíamos admitir

um Exército Nacional sem esse fundamento moral imprescindível? A disciplina, que é a condição essencial da sua organização, seria assegurada nas horas críticas que põem em cheques as qualidades e os defeitos naturais do homem? Seria possível contar-se com ele, para tudo e deante de tudo, se o abandonassemos a influência exclusiva das solicitações de ordem material? Poderíamos contar com o espírito de renúncia, que é essencial ao desempenho da função militar, se ele fosse comandado por forças insuperáveis?

E' claro que não. Seria impossível compreender um Exército sem essa disciplina peculiar, porque ela constitue um característico moral da Instituição Armada. E sem o Dever Militar, essa disciplina, certamente, não poderia existir ou subsistir.

Assim sendo, a organização nacional, dentro de fronteiras históricas, vigiadas e respeitadas, e, sobretudo, o conceito de soberânia Nacional, teriam, automaticamente, perecido. E a idéia mestra em que se fundam as nacionalidades, em que se alicerçam o caráter coletivo e a vida moral dos povos, de forma alguma poderia existir. Não há religião sem Dever, e a Pátria é, para o homem, o motivo moral da única religião comum a todos os homens.

Todos participam dos perigos que a ameaçam, e, nessa hora, todos se transformam em soldados, porque é ao soldado que cumpre velar pela sua existência. O Dever patriótico, de aspectos amplos e diversos, dentro do qual a todos cabe uma parte de colaboração da obra nacional, fecha-se, nessa hora, dentro de um conceito mais limitado, traduz-se no instinto de defesa nacional, congrega todas as forças espirituais e morais de todos os cidadãos, apurando-as, fortalecendo-as, concentrando-as, com uma expressão mais restrita, porém mais forte, capaz de produzir milagres. A importância moral do Dever Militar, é, então, imensurável, porque a existência da Pátria passa a repousar diretamente nesse Dever.

Todos os adeptos da Pátria, isto é, todos os cidadãos, transformam-se em soldados, como os adeptos de uma outra Religião o fizeram, outróra, na arremetida histórica, discutida e célebre das "Cruzadas". A mística da Pátria é, também, uma Religião, e, assim entendida, o Dever Militar se reveste do caráter de fundamento moral do catecismo cívico, que é a sua Biblia. Só ele poderia salvar a Pátria, fazendo-a atravessar intangivel, imortal e soberana, as cruzadas cívicas das guerras.

O Dever Militar, mais do que qualquer outro Dever, só pode caber numa organização moral aprimorada, sem a qual não seriam possíveis as virtudes morais que ele integra nem os sacrifícios que ele exige, nem os milagres que ele realiza, subjugando a própria natureza humana.

Afirma Laffite que "a noção do dever varia com a elevação dos nossos sentimentos que o inspiram, da nossa inteligência, que o esclarece e do nosso caráter, que o realiza. Ele varia, também, com a situação do indivíduo na sociedade". E conclue: "O homem tem tanto mais deveres quanto mais aprimora o seu senso moral".

O Dever Militar, ao contrário de constituir um contrangimento imposto, assenta numa condição moral espontânea, que antecede, como frisou Tarde, à noção do direito. "Não há dever onde não se depara perfeita conciliação entre a obrigação e a liberdade, entre o concurso e a independência. Se a independência se esmaga, se sofre violência a liberdade, o concurso se chama degradação; a obrigação, despotismo. Quanto mais se afirma nossa elevação moral, tanto mais nos sentimos dominados pela sociedade". E é então que se comprehende como os deveres crescem proporcionalmente à elevação moral.

O Dever Militar representa, por isso, a consequência de um extremado aperfeiçoamento moral, sem o qual não seria possível comprehendê-lo. Ninguem o imporia a força nem o aceitaria sob ameaça, e ele só passou a existir quando o espírito humano e quando a moral humana, aprimorados através das etapas sucessivas da civilização, libertaram-se da noção individualista primitiva, sublimando-se e fundindo-se num ideal superior de onde nasceu a instituição da Pátria.

Ao lado desse ideal, nasceu o da liberdade. O soldado passou a confundir-se com o cidadão, para a Defesa da Pátria e da Liberdade. Foi assim que chegamos à Instituição Militar de hoje. O Exército passou a repousar na formação moral do soldado, sem a qual a liberdade, que a civilização conquistou, teria que degenerar na anarquia que ela extinguiu, e a coletividade deixaria de ser dirigida por um ideal. O homem livre é o que comprehende e aceita, sem imposições nem contrangimentos, o seu dever social e o seu Dever Militar, pois esses deveres são espontâneos nos seres moralmente aperfeiçoados. O Dever Militar não se lhes impõe pela força. Ele se lhes inspira pela educação e cultivo das suas qualidades morais. E' a formação moral do soldado que cria o Dever Militar, que o faz comprehendê-lo e cumpri-lo.

Foi isso que Osório sentiu e proclamou na frase histórica de Tuiutí: "E' muito fácil comandar homens livres: basta apontar-lhes o caminho do Dever".



CARTILHA DA MOCIDADE

Noções de Higiene e Primeiros Socorros
Educação Moral - Civismo

Publicação autorizada pelo E. M. E. e aprovada pela Diretoria de Saúde do Exército

Capitão MICALDAS CORRÊA

Biblioteca de "A Defesa Nacional"

PREÇO 6\$000

OPINIÃO:

"A linguagem simples e a boa orientação deste trabalho tornam-no acessível ao ensinamento de nossas praças, que encontrarão ainda uma boa leitura quando regressarem aos seus lares.

Recomendo, por isso, aos Srs. Cmto. das Unidades do Distrito de Defesa de Costa, o uso da "CARTILHA DA MOCIDADE" como livro de leitura nas Escolas Regimentais e sua distribuição como prémios aos que melhor aproveitamento demonstrarem na instrução, em provas físicas ou outras atividades da vida da caserna".

(a) Gen. Sebastião do Rego Barros
Cmt. do D.D.C.

Comentários sobre a Transposição à viva força, do Estreito de Johore

elo Major FRANCISCO I. SCHAUMAN, na "Revista Militar" de Buenos Aires.

Tradução especial para A DEFESA NACIONAL
por ANTÔNIO M. ESPANHA

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O estudo de determinados casos de transposição de cursos d'água à viva força, realizados na atual guerra, oferecem-nos observações interessantes e deixam-nos ensinamentos verdadeiramente aproveitáveis.

Não pretendemos através destes comentários, fazer críticas sobre os prováveis erros de orientação cometidos durante a preparação e a transposição de um curso d'água, como também sobre a organização da defesa do mesmo, uma vez que cremos que os lacônicos comunicados da imprensa diária, base deste estudo, não estão isentos do espírito de parcialidade, e sofreram também a censura dos comandos das forças em luta, oferecendo, portanto, informações de valor muito relativo.

Feitos estes esclarecimentos, queremos deixar patente que neste artigo comentaremos a maneira como se realizou a transposição do Estreito de Johore e os ensinamentos que ela nos oferece.

Profissionalmente, cremos que o transcuso realizado adquire maior interesse considerando que o referido curso d'água reune características muito parecidas com determinados setores de um dos nossos grandes rios das fronteiras fluviais.

CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO ESTREITO DE JOHORE E TERRENO ADJACENTE

O Estreito de Johore é um curso d'água de grande importância, que separa o extremo meridional de Malaca do extremo Norte da ilha de Singapura.

Antigamente constituia passagem obrigatória para os navios que, procedentes da Índia, navegavam para a China e o Japão. É um curso sinuoso, de águas profundas e decorrente de pouca velocidade, características bem definidas entre ambas as margens. A margem sul é menos acidentada apresentando numerosas pequenas baías e enseadas naturais, que são aproveitadas pelos pescadores chineses e malaios como refúgios seguros de seus juncos.

O terreno da margem N. apresenta alturas dominantes sobre a margem oposta, ostentando uma abundante vegetação natural, composta, principalmente, por grandes árvores, coqueiros, bambuzais, alternadas com plantações de caucho e extensos arrozais. Mais para o N. vai-se penetrando nos domínios da jungla e nas zonas de difícil trânsito por causa da falta de caminhos e dos grandes pântanos. No geral, a região ocidental desta península é a que apresenta as maiores povoações e os melhores caminhos, sendo a região oriental muito pouco conhecida, e, no geral, desabitada.

Com respeito a esta região, tinha-se a impressão de que, por sua natureza não se prestaria para operações militares de grande monta.

O terreno da margem S. — com exceção dos arrozais e plantações de caucho, comumente inundadas — é facilmente abordável.

A verdade, porém, é que toda a ilha de Singapura é uma extensa planície que apresenta uma série de colinas cuja altura varia de 80 a 170 metros. Fóra das zonas cultivadas observa-se ainda manifestações da selva primitiva.

O Estreito de Johore é constituído por um amplo braço de mar que liga o Mar da China com o Estreito de Malaca. Tem um comprimento aproximado de 50 km e uma largura variável entre 1.200 m e 7 km.

O nível de suas águas recebe influência direta das marés e dos fortes ventos, principalmente dos alísios e monções.

No extremo nordeste da ilha de Singapura encontra-se a ilha de Ubin, de, aproximadamente 6 km de comprimento por 2 de largura. Em frente a esta ilha está a parte mais apertada do Estreito, variando entre 500 e 800 m.

Vários afluentes, de relativa importância e navegáveis em seu curso inferior por embarcações de pequeno calado, desembocam no Estreito. Suas margens estão cobertas de vegetação que facilitam a preparação e aproximação dos meios de transposição.

Em frente à importante cidade de Johore Bharú atravessa o estreito a estrada de ferro que se dirige a Singapura, conhecida pelo nome de Expresso de Penang. A ferrovia e a estrada para veículos e pedestres estão construídas sobre uma ampla calçada em base de granito, que constitui em suma um verdadeiro dique, de uma largura de 25 m, altura aproximada de 5 m e comprimento de 1.000 m. As águas do estreito se comunicam através do dique por meio de um canal situado em frente à cidade de Johore Bharú, por onde podem passar navios. A es-

rada de ferro e o caminho cruzam com este canal por meio de uma ponte de um só lance.

Na margem S. deste Estreito e junto à confluência do rio Seletar, encontra-se a base naval do mesmo nome, que serve de excelente refúgio às unidades navais.

Nas revistas inglesas "The Illustrated London News" e "The Sphere" do mês de janeiro do corrente ano, podem ver-se fotografias e ilustrações referentes ao Estreito de Johore, (dique, terreno de ambas as margens e características do terreno na Peninsula de Malaca e Ilha de Singapura).

BREVES ANTECEDENTES DAS OPERAÇÕES NA PENÍNSULA DE MALACA

Após intensos bombardeios aéreos de localidades, posições defensivas, caminhos principais e colunas de abastecimento, as tropas japonesas, depois de atravessar o território de Thailand, invadiram a Peninsula de Malaca. Executando sucessivos e poderosos ataques foram se aproximando da ilha fortificada de Singapura.

Efetivos de tropas selecionadas, calculados aproximadamente em 100.000 homens, com uma preparação especial em tática de infiltração da mata virgem, com grande domínio do terreno e adestrados para seu desempenho durante a noite, foram vencendo paulatinamente a resistência britânica e aproximando-se do Estreito de Johore.

Diante da manifesta superioridade do inimigo e seus intensos e constantes ataques aéreos, o comando britânico apelava continuamente para o retardamento do avanço nipônico, aproveitando os cursos d'água e zonas difíceis do terreno, procurando obter assim a possibilidade não só de retardá-lo, mas de desgastá-lo durante sua irresistível arrancada. E desta maneira e com uma duração aproximada de dois meses, a luta entabolada na Peninsula chega a seu fim. Pode garantir-se que o comando das forças imperiais japonesas conduziu as operações com toda a energia, sem consideração alguma pelas baixas sofridas, diante da premente necessidade de dispor para suas ulteriores operações das bases aérea e naval de Singapura.

E' fóra de dúvida que o comando britânico considerára que, ante a acabrunhadora superioridade aérea do inimigo, não era também conveniente efetuar uma defesa tenaz em um terreno tão familiar para o soldado japonês, razão pela qual resolveu preparar-se para a defesa na Ilha de Singapura.

No dia 31 de janeiro de 1942, depois de efetuar o último retardamento na extremidade meridional da Peninsula de Malaca, juntamente com a aplicação de uma série de interceptações, as tropas britânicas, após haverem destruído parcialmente a ponte da estrada de ferro de

Johore Bharú a Singapura, retiraram-se para esta última e se prepararam para sua defesa.

Desde esse momento, toda a Peninsula está em poder do invasor e a conquista do objetivo militar de Singapura exigirá do comando japonês uma preparação a fundo para a transposição do Estreito de Johore.

A PREPARAÇÃO DA TRANSPOSIÇÃO DO ESTREITO DES JOHORE

A importância deste grande curso d'água, sob o ponto de vista de suas características geográficas, já tem sido feita muitas vezes.

Sob o aspecto militar este obstáculo adquire verdadeiro valor. *A transposição à viva força do mesmo, por efetivos numerosos, impõe a necessidade de fazer uma preparação a fundo de todos os meios de transporte e muito especialmente das armas de proteção e apoio, afim de regular uma ação de conjunto harmoniosa e eficiente.*

Assim mesmo, é preciso dispor de um mínimo de tempo para proceder aos reconhecimentos locais e ter muito em conta as prováveis condições atmosféricas para o dia da transposição (estado do curso d'água marés, chuvas, velocidade e direção do vento e da correnteza, claridade da noite, neblinas, profundidade em que se encontram os bancos, etc.).

Tudo isto compreende a *preparação de um Plano de Transposição*, no qual o comando das tropas em operações determina o dia e hora do início da travessia, setores e faixas da passagem, tropas de proteção, efetivos e material de transposição, primeiros objetivos a alcançar, etc.

Tendo por base este plano de conjunto ao qual já nos temos referido em outra oportunidade (n.º 463, vol. 73, n.º 2 da "Revista Militar", agosto, 1939) cada comando de setor ou faixa, deve organizar seus homens para a travessia.

Assim, o Comando tem regulada a operação de embarque, navegação, desembarque e ataque, em íntima relação de tempo e espaço, com as armas de proteção, especialmente com a artilharia e a aviação.

Para uma acertada execução de todas as ordens correspondentes à manobra em apreço, influe de maneira importante a atividade desenvolvida pela defesa, — a qual deve ser prevista levando em conta os reconhecimentos aéreos e terrestres executados até o último instante precedente à transposição, — visando anular, na ocasião oportuna, os seus efeitos.

Neste sentido revestem-se da maior importância os reconhecimentos das posições da artilharia e das armas automáticas de que dispõe a defesa, bem como a localização dos aeródromos. Uma vez feitos estes reconhecimentos, localizados armas e aviões, é dever da artilharia e da aviação proceder à sua destruição ou neutralização.

E assim se prepara a transposição mediante a anulação sistemática, total ou parcial, das armas e elementos de defesa que podem fazer perigar, em maior ou menor grau, a segurança e êxito da passagem.

Nós, sapadores, bem sabemos que o conhecimento do curso d'água e seus menores detalhes e prováveis estados de acordo com as condições meteorológicas, é de vital importância para o êxito de uma transposição viva força. Não ter em conta estas considerações pode significar até fracasso da operação.

Se o comando japonês apreciara que as tropas britânicas não iam pôr uma enérgica resistência é lógico aceitar que se deveria ter efectuado a passagem quanto antes. Nestas circunstâncias a rápida queda de Singapura teria tido uma transcendência moral muito maior.

Qual foi, pois, a causa determinante de uma espera de quasi oito dias para que as tropas japonesas atravessassem o Estreito de Johore? Múltiplas razões podem ser invocadas:

- a) a falta de meios adequados para a travessia simultânea de efetivos numerosos;
- b) a necessidade de proporcionar um descanso às tropas que vinham combatendo havia mais de dois meses;
- c) necessidade de abastecimentos;
- d) conveniência de neutralizar as posições inimigas, especialmente a artilharia da ilha, mediante o bombardeio aéreo, com o fim de diminuir as baixas em pessoal e material durante a travessia;
- e) necessidade de completar e realizar novos reconhecimentos do curso d'água e terreno da margem oposta para garantir o êxito da operação;
- f) balisamento do terreno e execução de trabalhos próximos à margem que permitam melhor aproximação de tropa e material para transposição e ataque;
- g) destruição dos aérodromos da ilha;
- h) reparação de pontes destruídas, principalmente a ferrovia e estrada de Johore Bharú a Singapura;
- i) possível espera de meios de travessia de grande capacidade (grandes iarchões, balsas, etc.), em aproximação mediante navegação noturna;
- j) construção de grandes balsas aproveitando a abundância de material apropriado existente naquela zona;
- k) espera de condições atmosféricas favoráveis e conveniente estado de claridade da noite;
- l) possível espera de ação da esquadra para uma operação combinada;
- m) necessidade de dispor de maior quantidade de tanks para serem transportados à ilha de Singapura.

Estas as possíveis situações em que podem ter estado enquadradas, que torna evidente que o comando japonês destinou um tempo prudencial para garantir uma preparação eficiente da transposição, demons-

trando com isto ter verdadeiro domínio nas operações de ataques através de cursos d'água.

Os reconhecimentos realizados evidenciaram que a destruição pelos britânicos do aterro e da ponte de Johore Bharú a Singapura, sómente o fóra em parte, sendo, por isso, fácil e conveniente sua reparação para ser utilizado como meio de passagem.

Um comunicado dizia: "Os engenheiros militares japoneses, trabalhando afanosamente durante toda a noite, conseguiram reparar a estrutura de granito do aterro, que havia sido destruída pelos britânicos em uma extensão de 1.000 metros. O trabalho dos engenheiros foi executado sob a proteção da aviação e de intenso fogo da artilharia". (Comunicado de Tóquio captado em Melbourne, publicado em "La Nación" de 10 de fevereiro). E' de se supor que a destruição do aterro não foi total e que era perfeitamente possível sua provisória reparação com os materiais encontrados na região. Como não temos idéia das cargas e explosivos empregados, não nos podemos referir detalhadamente às destruições efetuadas, porém é preciso evidenciar que as tropas de sapa, ambos os lados, atuaram com verdadeiro espírito de sacrifício e cooperação.

Tomando como base os comunicados da imprensa, que reproduzimos a seguir, trataremos de analisar mais detalhadamente a preparação da transposição do Estreito de Johore.

"A atividade da aviação e da artilharia inimigas aumentou consideravelmente hoje. Tanto o bombardeio aéreo como o canoneio japonês, foram dirigidos, principalmente contra *nossas* posições no extremo norte da ilha" (Comunicado de Singapura, 8 de fevereiro, publicado em "La Nación", de 9 do mesmo mês).

Da mesma origem extraímos: "Enquanto o inimigo ocupava uma posição ao centro da faixa d'água que defende Singapura, seus aviões continuaram o forte bombardeio das defesas britânicas, tendo respondido a artilharia defensora. As tropas britânicas que guarnecem a costa do Estreito de Johore foram submetidas ao mais violento bombardeio registrado durante o sítio da ilha de Singapura, que já cegou ao seu oitavo dia.

Os aviões japoneses descreviam círculos a pequena altura sobre o caminho, assim de descobrir as posições da artilharia britânica. De vez em quando os aviões inimigos desciam ainda mais e suas metralhadoras varriam os alvos escolhidos.

"O inimigo está usando balões de observação, os quais são alvejados pela artilharia".

De sua leitura se depreende que se efetuou uma conveniente preparação metódica do fogo de artilharia e um intenso emprego da aviação para destruir ou neutralizar as posições de artilharia e armas automáticas estabelecidas no dispositivo de defesa.

Os resultados obtidos diariamente pelo fogo da artilharia japonesa a ação do bombardeio aéreo, deve-se, em grande parte, aos constantes intensos reconhecimentos aéreos efetuados desde o início das operações e continuado durante a preparação da passagem. Estes reconhecimentos foram completados por meio da observação direta desde bases cativas e as valiosas informações fornecidas pelos espiões.

O comando das tropas japonesas deve ter tido especial interesse e reocupação por inteirar-se a fundo pela organização da defesa britânica no terreno da margem sul do Estreito de Johore, já que não lhe leviam preocupar as obras permanentes (baterias de costa) por seus aracter e condição de estar construídas para defesa da frente marítima.

Os comandos dos sapadores devem ter-se desdobrado numa intensa atividade para a preparação da travessia e na adopção de provisões para vencer o obstáculo em caso de mudança das condições atmosféricas.

Assim mesmo devem considerar-se as multiplas tarefas desenvolvidas para preparar o terreno de aproximação de tropas e material de transposição, em uma região selvagem e de escassos caminhos.

Com toda a segurança pode afirmar-se que se adotou um disfarce realmente eficiente durante a aproximação dos meios de transcurso das linhas de partida, como também na preparação das picadas e lugares de embarque.

A característica dos pântanos que alternam com a mata-virgem, deve ter obrigado à construção de numerosas pontes sobre os referidos pântanos, tarefa muito facilitada pela circunstância de dispor em abundância de excelente madeiras da selva, especialmente de coqueiros (a revista inglesa "The Sphere" de janeiro de 1942, publica uma fotografia na qual se vê a riqueza madeireira da zona e o trabalho de um batalhão na construção de obstáculos na Peninsula de Malaca. A vegetação é de assombrosa semelhança com o palmar que no Departamento de Colón, na província de Entre-Ríos, bordeja o rio Uruguai).

Para facilitar o rápido embarque de tropas e materiais de transposição, especialmente em comportas, balsas e grandes lanchões, é de aceitar que se devem ter construído numerosos embarcadouros e rampas portáteis.

Os numerosos efetivos de tropas a transportar, põem em evidência que o invasor tinha à sua disposição numerosas embarcações, correspondente não só ao material de guerra, como de requisição (especialmente anchas blindadas, pontões de madeira de fundo chato e botes de bordas baixas).

Já que a região facilitava imensos recursos em madeira, é lógico considerar que se devem ter construído numerosas balsas, as quais seriam utilizadas nos sucessivos escalões para a travessia de tropa e material, ou seriam destinadas a completar a reserva de materiais.

Cremos que a atividade desenvolvida pelas tropas de sapadores foi muito intensa e é de lamentar que não disponhamos, no momento, de outras informações.

A preparação da transposição deste grande obstáculo, favorecia, por causa da conformação geográfica do mesmo, às tropas que intentariam a invasão da ilha de Singapura. Observando-se o croquiis pôde-se ver o pronunciado arco entrante do Estreito de Johore, o que, taticamente representa uma grande vantagem visto que permite uma melhor proteção da passagem. A característica mais notável deste arco, é que favorece inicialmente o envolvimento do terreno da margem S., especialmente a Oeste do rio Kiranji, e aérodromo Tughak. Esta conformação do curso d'água e as cobertas do terreno, favorecem a transposição em grande frente, devendo organizar-se fortes agrupamentos de tropas de ataque e proceder-se à colocação das armas de proteção dentro dos limites dos setores da travessia.

Em consequência o atacante, ao efetuar suas apreciações anteriores à resolução da passagem, levou em consideração a vantagem inicial que representava o arco do Estreito, ao rodear a metade do perímetro da ilha de Singapura, bem como a rede de caminhos que se dirigiam para sua capital, para a concentração das unidades de proteção, transposição e ataque. Estes efetivos deviam atravessar o obstáculo durante a noite em forma simultânea e por meio de ataques de frente e de flancos; em estreita coordenação com a artilharia e a aviação, tratarim de quebrar a resistência da defesa.

Uma vez conquistadas as cabeças de ponte, continuaria a travessia de maneira ininterrupta, contando com a própria proteção aérea, de maneira a auxiliar rápida e convergentemente em direção a Singapura.

Inicialmente se efetuaram concentrações de tropas na região compreendida entre o rio Kim-Kim e Kangkar Masai (especialmente ao norte da coberta que mostrava a ilha de Ubin) e a região de Johore Bharú. A importância da ocupação prévia da ilha de Ubin foi devidamente considerada.

Como resultado do que foi tratado neste capítulo podemos deduzir que *a preparação da transposição foi realizada com todo o acerto, levando em consideração até os menores detalhes, sem precipitações e com suficiente amplitude de tempo.*

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFESA DA ILHA DE SINGAPURA

A base naval britânica foi considerada sempre como inexpugnável contra ataques provenientes do mar, devido à organização e potência de fogo de suas baterias de costa de caráter permanente.

Singapura havia sido fortificada levando em consideração ataques vindos do mar; daí a razão porque foram fixas as colocações das diversas

armas, desde os canhões de maior calibre até as peças anti-aéreas e refletores (extrato do artigo "Hong-Kong e Singapura", do general D. A. Von Schwarz, da "Revista de Informaciones" n.º 203, ano XX, janeiro, 1942).

O valor desta defesa da frente marítima deve ter sido justamente levado em conta pelo comando japonês para desistir de um ataque por mar, resolvendo-se pelo ataque terrestre através do Estreito de Johore. Desta maneira se atacaria a ilha pela "porta trazeira", que, embora apresentando o inconveniente da transposição do curso d'água, era, na realidade uma frente muito mais fraca, por não contar com posições fortificadas de caráter permanente.

O comando britânico, antes da invasão da península de Malaca (quando o Japão ocupava militarmente à Indochina e exercia pressão sobre Thailand), podia ter certeza de que fôra do objetivo da rota da Birmânia, o invasor, ante seus desejos expansionistas, tarde ou cedo atacaria Singapura.

Portanto, ante esta possibilidade, é lógico aceitar que se deveria organizar a defesa do terreno da margem sul do Estreito de Johore, para o qual se contava, pelo menos, com dois meses de tempo (duração aproximada, da luta na Península de Málaca) para a construção de obras e obstáculos.

Bem sabemos os sapadores, especialmente os que já têm intervindo na organização de posições fortificadas de campanha à retaguarda de um curso d'água, que este tempo — dispondo de número em pessoal e dos recursos de requisição da zona, e, principalmente, atuando em épocas secas, — é suficiente para construir uma forte posição para oferecer grande resistência ao ataque terrestre. Porém, estas posições defensivas carecem de valor contra intensos e constantes ataques aéreos.

De acordo com publicações contidas na revista "Journal of the Royal United Service Institution", n.º 543, agosto de 1941, fôra organizada a defesa da ilha da seguinte maneira:

- a) por meio de baterias anti-aéreas móveis para defesa de localidades, diques e objetivos militares, tais como bases navais, aérodromos e acantonamentos de tropas;
- b) defesa das praias por meio de ninhos de metralhadoras contra possíveis desembarques inimigos;
- c) pelo estabelecimento de uma densa rede de arame ao redor da costa, intercaladas com defesas de moirões de cimento armado;
- d) por um reforço da aviação mediante a colaboração dos Estados Unidos, especialmente com a chegada dos aviões de caça Brewster Buffalos e peças de bombardeio, medianas e pesadas.
- d) A impressão geral dominante em Singapura era de que estava em condições de defender-se contra os mais formidáveis ataques aéreos.

Como é possível, portanto, que os resultados fossem adversos e que a defesa da ilha não pudesse impedir, ou dificultar, de maneira séria a transposição por surpresa do Johore?

Várias razões o podem justificar:

- a) o bombardeio sistemático inicial e surpreendente de todos os aérodromos da ilha, com a consequente destruição de grande número de aviões em terra;
- b) a esmagadora superioridade aérea durante a preparação e execução da travessia e o efeito de seus ataques contra as posições defensivas;
- c) a incompleta destruição da ponte e estrada de ferro de Johore Bharú a Singapura e sua oportuna reparação e utilização, como meio de passagem, pelas forças invasoras;
- d) a não instalação de numerosas armas automáticas de flanqueio (de acordo com o plano de fogo) com possibilidade de mudança de posição e em combinação com refletores que pudessem observar o curso d'água em todas as direções;
- e) a falta de instalação de numerosos obstáculos fixos e flutuantes nas proximidades da margem sul do Estreito de Johore que, em combinação com os planos de fogos, teriam dificultado os desembarques e bloqueado as desembocaduras dos afluentes;
- f) a ausência de lanchas blindadas, embarcações armadas, etc., que patrulhando o rio durante a noite poderiam haver denunciado o momento da passagem e dificultado seriamente sua realização;
- g) a característica da povoação heterogênea, que favorecia a ação da espionagem.

Não mencionemos a não intervenção de unidades navais britânicas para cooperar com a defesa do obstáculo porquanto cremos que, ante o domínio aéreo do adversário e o reduzido espaço do Estreito para as manobras de navios de guerra, teriam sido postas fora de combate.

O comando britânico, ainda sob os efeitos do surpreendente ataque aéreo japonês que representou o afundamento de duas de suas principais unidades, achou conveniente fazer retirar as demais unidades navais das bases de Seletar e Singapura.

De acordo com os comunicados da imprensa sobre a organização da defesa, extraímos o seguinte: "Encontram-se concentrados dezenas de milhares de soldados britânicos, indús e australianos. Estas forças guarnecem os pântanos e plantações de caucho situadas em frente aos pontos em que se encontram as tropas japonesas em terra firme. As patrulhas recorrem constantemente às enseadas que recortam as praias do N. da ilha e que se encontram à distância de um tiro de fuzil das posições japonesas do outro lado do Estreito de Johore, e desde as quais pode o inimigo a qualquer momento, tratar de colocar uma ponte flu-

tuante e lançar seus homens no combate. (Comunicado de Singapura com data de fevereiro e publicada em "La Nación", de 7 do mesmo mês).

Como se pôde inferir deste comunicado e de outros que se referem às posições da artilharia britânica, havia-se estabelecido um forte cor-dão defensivo, que carecendo da devida proteção de abrigos e suficientes casamatas de cimento armado, era facilmente batido pelo ataque aéreo e os fogos da artilharia inimiga.

Dada a falta de informes concretos referentes aos dispositivos adotados pela defesa, não é possível fazer comentários a respeito, particularmente sobre se existia ou não, um dispositivo de defesa em profundidade e se se contava, na retaguarda, com fortes grupações móveis.

Entretanto, em face dos comunicados da execução de alguns contra-ataques britânicos, cremos que a defesa estava bem organizada, porém a proteção que podiam oferecer as cobertas das obras não era suficiente para resistir ao bombardeio aéreo.

Em 60.000 homens era estimado o efetivo que defendia a Ilha de Singapura, em sua maior parte constituído por soldados indus, malaios e chineses.

A defesa da ilha de Singapura foi organizada dentro de um plano de estreita cooperação da aviação do exército e da armada, porém não se previu que o inimigo ia dispor de grande poder aéreo e que atuaria de surpresa para pôr fôra de combate a totalidade dos aviões, destruir as bases aéreas e afundar as poderosas unidades navais.

A EXECUÇÃO DA PASSAGEM

Depois de oito dias de intensa preparação, o comando japonês deu a ordem para a transposição ser realizada no dia 8 de fevereiro.

Já por esta data estava terminada a reparação da ponte de estrada de ferro e a passagem de veículos e pedestres de Johore Bharú a Singapura, contando-se assim com um meio de passagem de capital importância e rápido assalto das posições da margem oposta.

Para a travessia do obstáculo foram organizadas aparentemente, dois grandes agrupamentos de tropas: um na região de Johore Bharú e outro ao N. da ilha de Ubin. Ambos os agrupamentos correspondiam a dois setores de transposição, cujo limite interno, estaria representado pelo prolongamento da linha do rio Seletar. No interior destes setores foram organizados agrupamentos menores de travessia, com missões especiais.

Para desorientar a defesa de Singapura sobre os verdadeiros logares em que se daria a passagem foram distribuídas tropas em toda a margem N. do Estreito, que mantinham constante atividade de fogo contra as posições britânicas.

Esta distribuição inicial de dois grandes agrupamentos de transposição obedecia a uma acentuada e lógica escolha de setores de transposição:

- a) aproveitamento dos lugares mais estreitos do curso dágua;
- b) utilização da estrada de Johore Bharú a Singapura, para passagem no momento oportuno;
- c) aproveitamento da ilha de Ubin para encurtar a travessia e poder empregar com maior eficácia as armas de proteção;
- d) transposição e ataque sobre os flancos e retaguarda das posições defensivas;
- e) aproveitamento dos afluentes do curso dágua para a preparação dos meios de travessia;
- f) utilização dos caminhos principais que conduzem a Singapura;
- g) aproveitamento dos lugares mais favoráveis e cobertos para o embarque e desembarque.

Antes da transposição ocupou-se a ilha de Ubin, que foi tomada sem encontrar resistência “Tropas de choque japonesas efetuaram seu primeiro movimento ameaçador contra a ilha de Singapura, ao desembarcar e estabelecer-se, sem encontrar resistência, na ilha de Ubin, situada no extremo E. do Estreito de Johore”. (Comunicado de Singapura, do dia 8 de fevereiro publicado em “La Nación”, de 9).

Não se tinha tentado defender esta ilha, porquanto se considerava “que a permanência de uma guarnição alí teria representado um sacrifício enorme e estéril de forças que teriam sido varridas pela artilharia japonesa”. Não obstante estes fundamentos, deve considerar-se que o estabelecimento oportuno de algumas armas automáticas, bem disfarçadas e com abrigo para o pessoal, teria tido uma grande influência para retardar as operações nipônicas.

Em seguida, vamos dar a conhecer, de maneira abreviada, alguns dos comunicados referentes à travessia:

“As tropas japonesas conseguiram nas primeiras horas de hoje, 2.ª feira, desembarcar na ilha de Singapura, cruzando o Estreito de Johore”. (De Nova York, 9, publicado em “La Nación do dia 9).

“O desembarque de tropas inimigas que chegaram em botes à costa NE. da ilha, realizou-se entre os rios Kranai e Pasirhabar, desde 23 horas de ontem, até 1 hora da madrugada de hoje”. (Singapura, 9 — “La Nación”, do dia 10).

“A manobra foi precedida por forte bombardeios da artilharia inimiga contra nossas posições avançadas da zona. Depois que amanheceu, o bombardeio foi completado pela ação de numerosos aviões de bombardeio e combate”. (Singapura, 9; “La Nación”, 10).

“As forças japonesas utilizaram pequenas embarcações especiais equipadas para suas operações de desembarque na zona Noroeste da ilha”. (Singapura, 9; “La Nación, 10).

“No meio das trevas as tropas japonesas, agachadas no fundo de seus botes, aproximavam-se, lenta e silenciosamente de Singapura, durante um terrível canhoneio. Haviam transcorrido algumas horas desde o momento em que as incontaveis unidades suicidas começaram a avançar, por toda a extensão do Estreito de Johore no meio do estrépito provocado pelas explosões das granadas.

“Estava próximo à meia-noite, quando foram acesos, repentinamente, os refletores do inimigo, e a noite pareceu converter-se em dia. Simultaneamente, de entre as plantações de caucho, a artilharia inimiga abriu fogo e disparou durante quatro horas.

“No momento em que nossas embarcações se acercavam da ilha, o canhoneio inimigo se fez mais intenso. Em seguida, os aviões japoneses bombardearam as posições inimigas, apesar do violento fogo anti-aéreo” (Da rádio-emissora oficial de Tóquio — Nova York, 9 — “La Nación”, de 10 de fevereiro).

Dando idéia do intenso emprego da aviação japonesa, extraímos: “O intervalo mais prolongado durante o qual não se viram aparelhos inimigos, desde o amanhecer até às 16 horas, foi de 31 minutos”. (Singapura, 10; “La Nación”, 10).

De acordo com outra breve notícia publicada, verificámos que durante a preparação se intensificaram os reconhecimentos, especialmente das condições do terreno da outra margem do Estreito de Johore, mediante o emprego de nadadores, que atuaram até momentos antes da travessia.

“Antes de sair a lua, estes se dirigiram a nado até a costa para explorar a profundidade das águas e procurar os melhores lugares para efetuar desembarques”. (De Zurich, 10 — “La Nación” do mesmo dia).

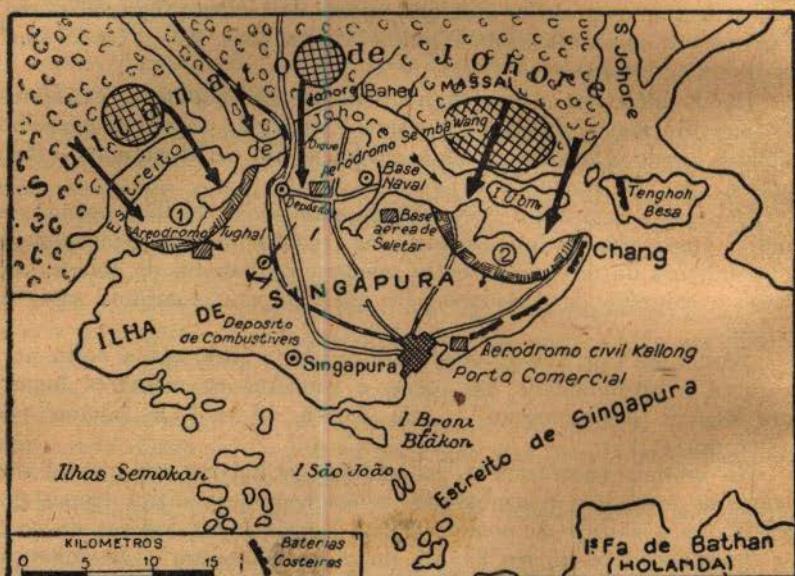
No croquis encontram-se assinalados os lugares em que se efetuaram os primeiros desembarques e, em consequência, as tropas que constituiam a cabeça de ponte. O N.º 1 assinala os lugares da costa e a desembocadura do rio Krænji, donde se efetuaram o desembarque da agrupação oeste. O N.º 2 indica os lugares de desembarque da grupação este.

A operação, iniciada simultaneamente em ambos os setores, foi ininterrupta durante todo o dia 9 uma vez que a cabeça de ponte conquistára seu objetivo. Sob a proteção da artilharia, foram atravessados numerosos *tanks*.

Finalmente, podemos tirar algumas conclusões sobre esta operação:

1) — a transposição do Estreito de Johore foi efetuada de surpresa e simultaneamente, em uma larga frente, no meio da densa obscuridade da noite e mediante um intenso fogo de proteção da artilharia, morteiros e metralhadoras;

2) — empregaram-se embarcações especialmente preparadas (pontões de madeira de fundo chato, como os empregados na Península de Málaca para transportar tropas por mar e aparecem na retaguarda das posições britânicas encarregadas de retardar a operação; foram transportadas por estrada de ferro desde Thailand até Penang. (Dados extraídos de "The Illustrated London News", janeiro de 1942). Também se utilizaram comportas e balsas de emergência, estas últimas construídas com o excelente material oferecido pela mata-virgem durante os oito dias empregados na preparação da operação. Assim mesmo dispunham de lanchas patrulhadoras blindadas com capacidade aproximada para 30 homens;



Referencias:

→ Itinerários de travessia.

① ② Pontos de desembarque.



Cabeças de ponte



Prováveis lugares de concentração de tropas
de transposição.

3) — o reconhecimento do obstáculo e lugares de desembarque da margem oposta foram feitos até o último momento, afim de assegurar o êxito da travessia:

4) — foram tomadas em consideração as condições atmosféricas e luminosidade da noite, de maneira que ao sair a lua, à 1 hora da madrugada, já tivessem desembarcado os primeiros escalões integrantes da cabeça de ponte e pudesse assim locomover-se com maior facilidade na margem ocupada pelo inimigo;

5) — a aviação protegeu a travessia dos subsequentes escalões e apoiou o ataque das tropas de cabeça de ponte desde as primeiras luzes do dia 9 de fevereiro, os efetivos de ataque de ambos os agrupamentos continuaram atravessando durante todo o dia 9 e 10 de fevereiro, ao mesmo tempo que realizavam a passagem pela estrada de Johore Bharú a Singapura;

6) — que se contava com tropas de transposição de cursos d'água e especialmente de sapadores, perfeitamente instruídas e disciplinadas para agir durante os imprevistos que pudessem surgir no executar de suas missões;

7) — que para os reconhecimentos se contou com pessoal tática e tecnicamente capaz, que conhecia as características do terreno e os cursos d'água;

8) — que a transposição se efetuou com toda a precisão e celeridade, sem consideração alguma pelas baixas sofridas.

CONCLUSÕES

Com estes comentários damos por findo um simples estudo da transposição do Estreito de Johore, com o qual se evidencia uma vez mais, a importância que assumem os ataques através dos cursos d'água, na guerra moderna.

Estas difíceis operações põem em evidência que é preciso dispor de comandos e de tropas de sapadores dotados de uma instrução eficiente e de um espírito de sacrifício a toda prova, o que só se pode conseguir se desde os tempos de paz se trabalhar com consciência e enquadrar-se as tropas em exigências cada vez maiores.

E nas proximidades dos cursos d'água de maior importância, no interior das ilhas cobertas de matas, capinzais e pântanos, nas zonas difíceis e intransitáveis do terreno, onde a prática da instrução e demais atividades a desenvolver, lhes permitirão adquirir a verdadeira experiência e domínio.

Finalmente e como conclusões, podemos estabelecer:

1) — que a transposição à viva força deste obstáculo não constitui uma operação essencialmente de surpresa, desde que a preparação do mesmo era conhecida pelo comando britânico. De certo modo tem características que se aproximam a uma transposição à viva força em guerra de posição. A surpresa desta travessia o foi sómente quanto aos lugares, dia, e hora de execução.

2) — que quando se adquire o domínio aéreo e se dispõe de esmagadora superioridade em artilharia, pôde efetuar-se o preparo da transposição em presença do inimigo. Assim mesmo e se a situação o impõe a operação é possível de realizar-se em pleno dia;

3) — que a surpresa na transposição dos grandes cursos d'água na guerra moderna, reside, principalmente, em manter o mais absoluto segredo quanto aos lugares e data da execução;

4) — que a escuridão da noite e sempre que se dispunha de pessoal capacitado para orientar-se com facilidade, favorece a surpresa da operação;

5) — que as manobras devem ser realizadas com frequência, com a participação de todas as armas nos exercícios de transposições de cursos d'água e zonas difíceis de terreno, bem como na defesa de obstáculos e amplas instalações de intercepções;

6) — que esta classe de operações exige que as tropas participantes possuam uma verdadeira disciplina de transposição, iniciativa e audacia comprovando o conceito regulamentar (R. R. M. 35 — I. P. — N.º 10) de que, seja qual for o adianto da técnica, continua sendo o homem o fator decisivo da guerra;

7) — que o domínio das características do terreno e cursos d'água são de capital importância para o êxito da transposição;

8) — que as desembocaduras dos afluentes navegáveis dos cursos d'água são lugares de atração para o desembarque das tropas inimigas, razão pela qual devem ser obstruídos pela colocação de minas e obstáculos semi-submersos;

9) — que em ataques através de cursos d'água muito largos devem empregar-se inicialmente numerosos meios levianos de transposição e fazer a travessia em grupos sucessivos.

DEFESA PASSIVA

Cap. JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO

1/2.º R.A.A.Aé.

— 1) — São, os meios de DEFESA ATIVA, suficientes para o impedimento completo dos bombardeios aéreos?

Não; muitas vezes, certas expedições de aviões inimigos aproveitando as condições atmosféricas favoráveis (nuvens, neblina, etc.), aproveitando as sombras da noite, conseguirão escapar à ação dos meios ativos e assim tentarão cumprir suas missões.

Tem mesmo, a experiência mostrado, na atual guerra, que a DEFESA ATIVA por si só não basta; outras medidas são necessárias a evitarem os danos ou, pelo menos, a diminuirem as formidáveis consequências dos ataques aéreos.

Assim, todas as medidas que visam diminuir os prejuizos, ou mesmo proteger as populações, os centros industriais, as bases aéreas, etc., são grupadas sob o nome: DEFESA PASSIVA.

2) — Qual será, pois, o fim da DEFESA PASSIVA?

Diminuir os perigos decorrentes dos ataques e bombardeios aéreos; atenuar os seus efeitos, por organizações apropriadas de socorro.

3) — Como são feitos os ataques aéreos?

- Pelo arremesso de bombas;
- Rajadas de metralhadoras.

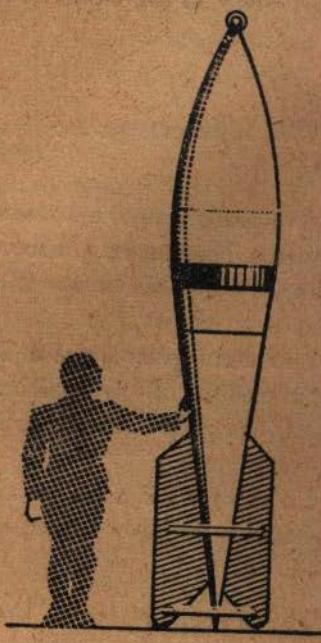
As bombas:

- Incendiárias,
- Explosivas,
- Tóxicas.

Podem ser empregadas simultaneamente as três espécies de projetos, visando a conjugação dos efeitos das mesmas.

4) — *Bombas incendiárias:*

São de pequeno peso; podem ser transportadas em grande número por um só avião. Elas se fundem a temperatura elevada, entre dois mil a três mil graus e não se deixam apagar pelos meios habituais. São pois, terríveis fôcos de incêndios.



Bomba de 2.000 quilos

5) — *Bombas explosivas:*

São de pesos variáveis e em certos casos atingem mesmo uma ou duas toneladas de explosivo, no interior do invólucro de ferro. São suscetíveis de grandes estragos sobre os objetivos.

6) — *Bombas tóxicas:*

São normalmente de peso médio — 10 a 20 kg — e além de uma porção de explosivos, são cheias de gases venenosos.

Tanto a bomba incendiária como a bomba tóxica arrebentam com um estampido muito mais fraco que a explosiva e abrem uma cratera muito mais rasa.

7) — *Ponto sensível:*

Sob a designação de ponto sensível compreendemos todos os:

- Centros industriais
- Arsenais
- Fábricas
- Bases navais
- Bases aéreas
- Centros ferroviários
- Depósitos
- etc., etc., isto é, todos os locais onde existam recursos nossos cuja destruição tragam benefícios ao inimigo.

8) — *Quem dirige e organiza, atualmente, a Defesa Passiva, em nosso país?*

O Ministério da Aeronáutica: dirige, coordena e controla a preparação e a realização da Defesa Passiva, em todo o conjunto do território Nacional.

9) — *Desde que época o país deve organizar a Defesa Passiva?*

Desde o tempo de paz.

10) — *Que comporta esta organização?*

O estudo e a realização de:

- Medidas de segurança geral;
- Medidas preventivas (visando colocar as populações e os nossos recursos de guerra, etc. ao abrigo dos efeitos das bombas adversárias);
- Medidas curativas (visando atenuar por meio de uma organização de socorro, apropriada, as consequências dos ataques que não puderem ser evitados).

11) — *Quais são as medidas de segurança geral?*

SÃO:

- A organização de postos de vigilância do ar locais;
- A extinção de luzes;
- A organização de um sistema de difusão de alerta;
- A organização de medidas de disfarce.

12) — *A que se destinam os postos de vigilância locais?*

São destinados a informar, durante os ataques, aos órgãos competentes, os pontos mais visados pelos inimigos, o momento em que estes se afastam, as manobras efetuadas pelos mesmos, etc..

13) — *Que visa a extinção de luzes?*

Tal medida dificulta grandemente a referenciação dos objetivos à noite. Normalmente, quando os aviões inimigos penetram no território amigo e se acham a cerca de 20 ou 30 minutos de vôo de um ponto sen-

sivel, o serviço de vigilância do ar, da Defesa Anti-Aérea, ordena às usinas de força elétrica, com as quais tem ligação telefônica, que apaguem completamente as luzes do ponto ameaçado.

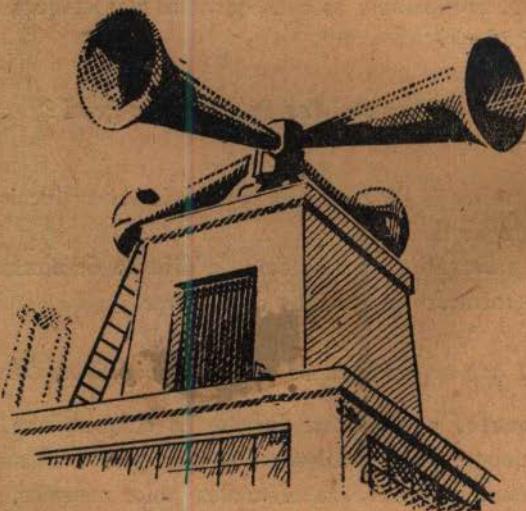
Isto realizado, os aviões inimigos, na impossibilidade de amarrarem com precisão o objetivo, muitas vezes, atirarão as suas bombas a esmo.

14) — *Organização de um sistema de difusão de alerta:*

Compreende:

— A instalação nos pontos sensíveis, de linhas telefônicas, ligadas diretamente ao Centro de Informações com as partes vitais dos pontos sensíveis e com os diferentes órgãos interessados no momento dos bombardeios: Corpo de Bombeiros, Polícia, etc..

— A instalação de aparelhos de transmissão instantânea e automática, das ordens de alarme: campainhas, sirenes, sinos, etc.



Sirenes de alarme

— Utilização de altos-falantes, previamente localizados, em lugares que assegurem o conhecimento por parte dos habitantes das proximidades do ataque, etc. etc..

15) — *Organização de medidas de disfarce:*

Postos em prática por pessoal especializado, visam dissimular os objetivos, dificultando, pois, a localização dos mesmos.

1) — *Quais são as medidas preventivas?*

SÃO:

- Organização de abrigos anti-aéreos;
- Distribuição de material contra gases de combate (máscaras, roupas, etc.);
- Redação de todos os documentos públicos destinados a informar ou ensinar certas prescrições à coletividade;
- Medidas destinadas a assegurar a proteção do material precioso, monumentos, etc.

17) — *Abrigo anti-aéreo:*18) — *Vestimenta especial:*

19) — *Redação de todos os documentos públicos destinados a informar ou ensinar certas prescrições às populações:*

Cartazes são afixados nos pontos de grande divulgação, contendo explicações das providências a serem tomadas nos casos de ataques aéreos; muitas vezes, serão, mesmo, distribuidos projectos contendo as instruções a serem seguidas pela coletividade.

20) — *Exemplo de um prospecto:*

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Aviso à população

MEDIDAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL CONTRA OS EFEITOS DOS BOMBARDEIOS

As bombas podem ser:

- Explosivas (as mais temíveis)
- Incendiárias
- Tóxicas (bombas a gás).

C I D A D Ã O !

A aplicação correta de medidas simples limitará os efeitos deste triplice perigo e evitará o pânico.

I — MEDIDAS PREVENTIVAS

Conhecer a localização do abrigo que lhe está reservado.

Conhecer as taboletas indicadoras dos abrigos em geral.

Saber o nome e endereço do chefe de seu abrigo.

Ter sempre ao alcance da mão: A máscara, ou, pelo menos certos dispositivos de fortuna (óculos de automobilismo para proteção dos olhos; um pedaço de linho embebido numa solução de bicarbonato de soda concentrado para ser colocado diante do nariz e da boca).

Trazer:

A sua casa prevenida com material necessário à obturação das aberturas dos recipientes de água potável e dos alimentos.

Madar do sotão toda e qualquer espécie de material combustível ou inflamável.

Na adega manter todos os objetos dispensáveis; prever um reservatório de água potável e renovável frequentemente; ter alguma ferramenta: pá, picareta, machado.

II — SINAL DE ALARME

O sinal de alarme é dado por sirenes ou por sinos: sons continuados das sirenes; badalar dos sinos.

III — CONDUTA A SEGUIR AO SINAL DE ALARME

a) — *Se estiver em casa:*

Feche as janelas;
apague totalmente a iluminação;
feche os interruptores de água, gás e eletricidade;
coloque a máscara em posição de alerta;
dirija-se para o abrigo que lhe está reservado;
vivacidade, porém permaneça calmo: haverá tempo necessário.

b) — *Se estiver longe de seu domicílio:*

Procure o abrigo mais próximo: ele é indicado de dia por uma taboleta, à noite por um sinal luminoso.
Se não tiver tempo, procure um fosso ou um canto de duas paredes grossas.

IV — CONDUTA A SEGUIR DURANTE O ALARME

Permaneça no abrigo de acordo com as instruções existentes no mesmo e de acordo com as diretrizes do Chefe do abrigo. Se a queda das bombas lhe surpreendem fora, deite-se rapidamente para evitar os estilhaços.

V — SINAL DE FIM DE ALARME

O fim de alarme é assinalado por sirenes alternadas e por pancadas de sinos.

VI — PRECAUÇÕES A TER DEPOIS DO ALARME

Os sons de fim de alarme indicam somente que o ataque foi afastado. Em consequência se a cidade foi bombardeada não regresse a sua resi-

dência, senão após a ordem do chefe do abrigo, que deverá ser preventivo da inexistência de gases ou que foram terminadas as operações de desinfecção das bordas do abrigo.

Após um bombardeio por gás, não toque em nenhum objeto suspeito de infecção; não consuma antes da visita sanitária, nenhum alimento que não tenha sido conservado em recipiente estanque.

21) — *Medidas destinadas a assegurar a proteção do material precioso:*

Certos maquinismos importantes de fábricas, usinas, etc.; monumentos, objetos de arte, podem ser vestidos de chapas de ferro ou de coberturas em concreto visando proteger os mesmos.

22) — *Quais são as medidas curativas?*

Compreendem:

- A desinfecção de produtos tóxicos;
- O controle das vítimas civis da guerra;
- Os primeiros cuidados a serem tomados: hospitalização, etc.;
- A desobstrução das ruas danificadas;
- A luta contra incêndios;
- As reparações das canalizações de água, gás, eletricidade e esgoto;
- A remoção dos projéctis que não funcionaram.

23) — *A desinfecção dos produtos tóxicos:*

E' feita normalmente pela turma Z, isto é, turma de homens especializados nestes trabalhos e que trajando roupas próprias e máscaras, realizam a aplicação de outras substâncias sobre as zonas gasadas, substâncias estas que têm a propriedade de anular os gases venenosos.

24) — *Controle das vítimas civis:*

Muitas vezes, uma surpresa perfeita da aviação inimiga poderá apanhar as populações desabrigadas. Há, pois, uma organização com-

petente para controlar o número de vítimas. Primeiros socorros, hospitalização, etc.: assistência médica, com enfermagem, etc., são previamente preparadas para no fim do alarme tomarem sob seus cuidados as vítimas do bombardeio.

25) — *Observações:*

Das medidas curativas, a luta contra incêndios merece uma explanação mais detalhada:

— *O perigo* — O incêndio é um dos principais perigos provenientes dos bombardeios, sobre os grandes centros. E', entretanto, possível diminuir-se o risco do mesmo, pela adoção de um conjunto de medidas semelhantes às que são tomadas para ser evitado o incêndio em tempo de paz.

— *Aplicação das medidas.* — Exige um conhecimento sumário das bombas incendiárias e de seus efeitos.

BOMBAS INCENDIÁRIAS: São de diferentes tipos: de 1 kg, 5 kg, 10 kg ou mais, não sendo limitado o peso destes engenhos; normalmente não ultrapassam a 20 kg.

A mais conhecida é a "Eletron", que é envolvida em magnesium carregada de termite; existem outras carregadas de fósforo, ou de líquidos inflamáveis.

— *Efeitos das bombas* — As bombas incendiárias leves tem pouca força de penetração e normalmente os tetos das construções são as partes mais diretamente expostas.

Agindo principalmente pelo efeito incendiário elas se queimam de baixo de uma temperatura muito elevada.

Certas bombas se fragmentam em vários estilhaços incendiários.

Torna-se interessante saber que:

— A combustão da bomba se efetua sem a produção de longas chamas; o foco de incêndio permanece assim localizado; entretanto, se estas bombas atingem material combustível são perigosíssimos focos de incêndios.

— *Medidas gerais.* A rápida intervenção é um fator decisivo na luta contra incêndio. Assim, é grande o trabalho do Corpo de Bombeiros, durante e após um ataque aéreo.

As bombas não se apagam com a aplicação de água sobre as mesmas; comumente, para extinguí-las utiliza-se areia, terra, etc..

EXIGÊNCIAS DA LEI QUE REGULA O SERVIÇO DE DEFESA PASSIVA NO BRASIL

26) — *E' obrigatório o Serviço de Defesa Passiva no país?*

E'. A ele estão sujeitos brasileiros e estrangeiros residentes ou em trânsito no país, de ambos os性os, maiores de 16 anos.

27) — *Quais são os encargos relativos à defesa passiva?*

São encargos ou serviços de defesa passiva em tempo de paz ou de guerra:

I) — Para todos os habitantes:

- a) receber instruções sobre o serviço e o uso de máscaras;
- b) possuir os meios de defesa individual;
- c) recolher-se ao abrigo;
- d) interdição de ir e vir;
- e) sujeitar-se às ordens prescritas para a dispersão;
- f) atender ao alarme;
- g) extinguir as luzes;
- h) proibição de acionar ou pôr em movimento veículo de qualquer natureza.

II) — Para os homens de 16 a 21 e de 45 a 60 anos de idade, os de 21 a 45 não convocados para o serviço militar e as mulheres de 16 a 40 anos, desempenhar, de acordo com as suas aptidões e capacidades, as funções que lhes forem determinadas pelos órgãos executores da defesa passiva, como sejam:

- a) dar instruções sobre os serviços;
- b) proteção contra gases;

- c) remoção de intoxicados;
- d) enfermagem;
- e) vigilância do ar;
- f) prevenção e extinção de incêndios;
- g) limpeza pública;
- h) policiamento e fiscalização de ordens;
- i) construção de trincheiras e abrigos de emergência.

II) — Encargos de grandes empresas:

A construção pelo proprietário, de abrigos e outras medidas de proteção desde que o prédio tenha cinco ou mais andares, ou grande área quadrada (mais de 1.200 metros) :

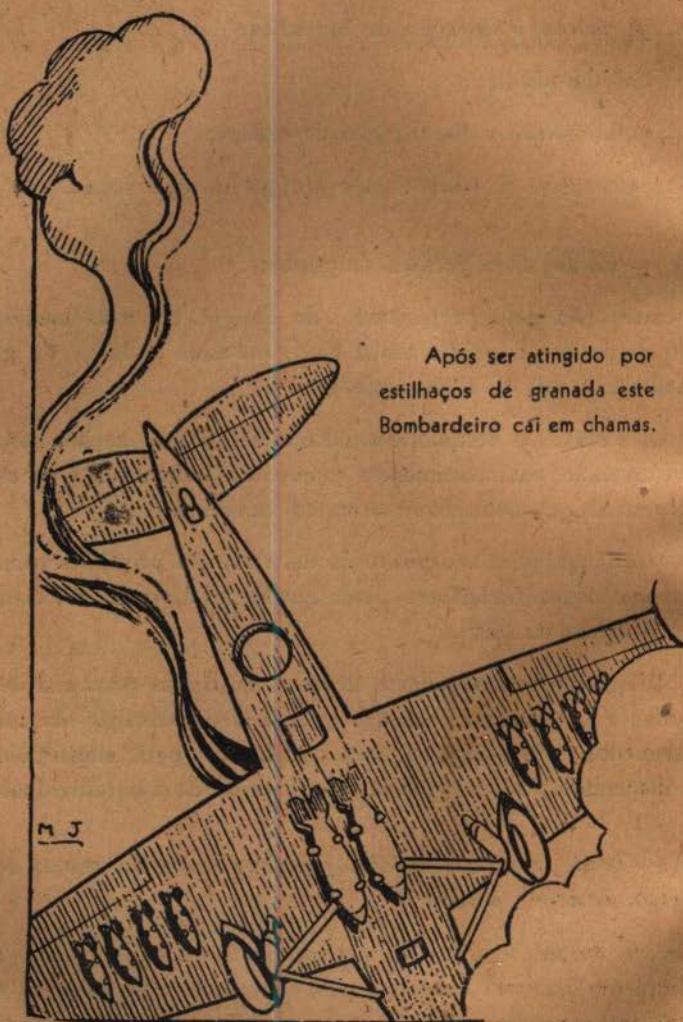
- a) nos edifícios destinados a habitação coletiva, hotéis, hospitais, casas de diversão, estabelecimentos comerciais, industriais e de ensino, para o pessoal que neles habitar ou trabalhar;
- b) da maquinária e depósito de materiais ou provisões existentes nos estabelecimentos, anteriores, desde que sejam classificados como necessários à defesa da Pátria.
- c) adquirir o empregador o material de defesa para uso de seus empregados e providenciar sobre a guarda e conservação do mesmo. Parceladamente, o empregador será indenizado pelo empregado, da quantia dispendida com a aquisição do material de uso individual.

28) — *Pode, qualquer cidadão, ser convocado em tempo de paz para serviço de defesa passiva?*

Pode. É durante o prazo de convocação para prestação do serviço, nenhum prejuízo terá o mesmo, pois continuará a perceber os vencimentos de seu emprego, e ficar-lhe-á garantida a referida colocação.

29) — *A que ficam sujeitos os cidadãos que não observarem os encargos da defesa passiva?*

A multas (durante o tempo de paz) podendo as mesmas atingirem contos de réis. No tempo de guerra, a pena sobe a prisão.



O SISTEMA LEGAL DE UNIDADES DE MEDIDAS

Major ALBERTO RIBEIRO PAZ

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Lemos recentemente no Boletim Interno da Secretaria
eral do Ministério da Guerra, transcrita para efeito de
gorosa observância pelas divisões e repartições subordina-
as, a Circular n.º 18 da Comissão de Metrologia, do Ministé-
rio do Trabalho, Indústria e Comércio.

Nessa Circular se recomenda a adoção imediata das dis-
posições relativas ao uso das **unidades legais de medidas**,
entro em breve, obrigatório no Distrito Federal e Capitais
os Estados.

Assim sendo, pareceu-nos util realizar um trabalho de
mpilação daquelas disposições, tendo em vista principal-
ente sua maior divulgação, tão necessária quanto grande é a
portância do assunto.

A-pesar-de ter sido regulamentado há mais de dois anos
sistema de unidades de medidas, é raro ainda hoje encon-
trar-se um jornal, uma revista, enfim uma publicação qual-
quer, mesmo oficial, em que de uma maneira geral o enuncia-
, a representação ou a escrita de unidades, medidas, nú-
eros, etc., venham feitos rigorosamente na forma legal.

E isso pode ser atribuido à pequena difusão que teem tido
publicações referentes ao assunto.

Ainda agora acham-se esgotados o "Diário Oficial" que
blicou o Regulamento do Sistema Legal, o Boletim do Exér-
cito que o transcreveu na íntegra e a edição em separata feita
la Imprensa Nacional, de forma que será grande a dificul-
de em obter-se, no momento, a fonte principal de estudo
materia.

Nosso trabalho baseou-se inteiramente nos seguintes atos oficiais:

— Decreto-lei n.º 592 de 4 de agosto de 1938 ("Diário Oficial" de 10-VIII-38) que "dispõe sobre o sistema de unidade de medidas, sobre o uso de medidas e instrumentos de medir, cria a Comissão de Metrologia e dá outras provisões".

— Decreto-lei n.º 886 de 24 de novembro de 1938 ("Diário Oficial" de 26-XI-38) que "altera disposições do Decreto-lei n.º 529 de 4 de agosto de 1938 e estabelece os moldes por que se há de organizar a Comissão de Metrologia até à expedição do respectivo regulamento".

— Decreto n.º 4.257 de 16 de junho de 1939 ("Diário Oficial" de 17-VI-39) que "expede regulamento para execução do decreto-lei n.º 592 de 4 de agosto de 1938, sobre o sistema legal de unidades de medidas".

— Recomendações diversas da Comissão de Metrologia

AS UNIDADES LEGAIS

"São consideradas legais, no Brasil, as unidades baseadas no sistema métrico decimal e nas resoluções das Conferências Gerais de Pesos e Medidas, reunidas por força da Convenção Internacional do Metro, de 20 de maio de 1875 bem como as que se derivam das referidas unidades".

Tais unidades, com seus múltiplos e sub-múltiplos, vêm a seguir definidas e discriminadas pelas respectivas grandezas a que se referem.

A) — MEDIDAS GEOMÉTRICAS

I) — Comprimento

Nome de unidade: metro.

Símbolo: m.

Definição: Distância à temperatura de 0°C, dos eixos dos dois traços médios gravados sobre a barra de platina iri-

ada depositada na Repartição Internacional de Pesos e Medidas e considerada como protótipo do metro pela 1.^a Conferência Geral de Pesos e Medidas, estando subetida à pressão atmosférica normal e suportada por dois rolos com um diâmetro mínimo de 1 centímetro, situados simetricamente em mesmo plano horizontal e à distância de 571 milímetros um do outro.

últiplos e sub-múltiplos:

Nomes	Símbolos	Valores
quilômetro	km	1 000 m
hectômetro	hm	100 m
decâmetro	dam	10 m
decímetro	dm	0,1 m
centímetro	cm	0,01 m
milímetro	mm	0,001 m
micron	μ	0,000 001 m
milimicron	$m\mu$	0,000 000 001 m
decimilimicron	$dm\mu$ ou \AA	0,000 000 000 1 m
micromicron	$\mu\mu$	0,000 000 000 001 m

Notas — 1) Para as medidas de distâncias marítimas pode ser utilizada a **milha marítima** internacional (mi) considerada como equivalente a 1 852 m.

2) Para as mesmas medidas, pode, ainda, ser utilizada a **milha náutica** considerada como equivalente a 1 853,25 m.

II) — Á R E A

Nome da unidade: metro quadrado.

Símbolo: m^2

Definição: Área de um quadrado cujo lado tem o comprimento de um metro.

Múltiplos e sub-múltiplos usuais:

Nomes	Símbolos	Valores
quilômetro quadrado	km^2	1 000 000 m^2
hectômetro quadrado	hm^2	10 000 m^2
decâmetro quadrado	dam^2	100 m^2
decímetro quadrado	dm^2	0,01 m^2
centímetro quadrado	cm^2	0,000 1 m^2
milímetro quadrado	mm^2	0,000 001 m^2

Notas: —

- 1) Outras unidades de área podem ser obtidas substituindo-se no nome, na definição e no símbolo respectivos o metro por qualquer unidade legal de comprimento.
- 2) Para o decâmetro quadrado podem-se usar a denominação **are** e o símbolo **a** quando utilizado nas medidas agrárias. Nesse caso terá o múltiplo **hectare** (símbolo: **ha**; valor: 10 000 m^2) e o sub-múltiplo **centiare** (símbolo: **ca**; valor: 1 m^2).

III) — VOLUME

Nome da unidade: metro cúbico.

Símbolo: m^3

Definição: Volume de um cubo cuja aresta tem o comprimento de um metro.

Múltiplos e sub-múltiplos usuais:

Nomes	Símbolos	Valores
quilômetro cúbico	km^3	1 000 000 000 m^3
decímetro cúbico	dm^3	0,001 m^3
centímetro cúbico	cm^3	0,000 001 m^3
milímetro cúbico	mm^3	0,000 000 001 m^3

Notas: 1) Outras unidades de volume podem ser obtidas substituindo-se no nome, na definição e no símbolo respectivos o metro por qualquer unidade legal de comprimento.

2) Para o metro cúbico podem-se usar a denominação **estéreo** e o símbolo **st**, quando utilizados nas medidas de volume aparente de lenha. Seu múltiplo usual será o **decastéreo** (símbolo: **dast**; valor: 10 m^3) e sub-múltiplo o **decistéreo** (símbolo: **dst**; valor: $0,1 \text{ m}^3$).

IV) — CAPACIDADE

Nome da unidade: litro.

Símbolo: l

Definição: Volume de um quilograma de água, distilada isenta de ar, à temperatura de 4°C e sob a pressão atmosférica normal.

Múltiplos e sub-múltiplos usuais:

Nomes	Símbolos	Valores
hectolitro	hl	100 l
decalitro	dal	10 l
decilitro	dl	0,1 l
centilitro	cl	0,01 l
mililitro	ml	0,001 l

Notas: —

1) — O litro é também utilizável nas medidas de volume de gases e líquidos, cereais e materiais pulverulentos ou granulosos.

2) — Para fins legais o litro pode ser considerado como equivalente a 1 decímetro cúbico.

V) — ÂNGULO PLANO

Para essa grandeza três unidades podem ser indiferentemente usadas:

a) — Ângulo reto

Nome da unidade: ângulo reto.**Símbolo:** r**Definição:** Qualquer dos menores ângulos determinados por duas retas concurrentes que formam entre si ângulos adjacentes iguais.**Sub-múltiplos usuais:**

Nomes	Símbolos	Valores
grado	g ou gr	0,01 r
decigrado	dgr	0,001 r
centigrado	egr	0,000 1 r
miligrado	mgr	0,000 01 r

Notas:—

1) Os múltiplos e demais sub-múltiplos do ângulo reto não tem designação própria.

2) O símbolo g será usado quando não possa haver dúvida sobre sua significação.

b) — Grau sexagesimal ou grau

Nome da unidade: grau sexagesimal ou grau.**Símbolo:** °**Definição:** Ângulo equivalente a 1/90 de 1 ângulo reto.**Sub-múltiplos sexagesimais:**

Nomes	Símbolos	Valores
minuto de ângulo ou minuto	'	1° — 60
segundo de ângulo ou segundo	"	$1'$ — 60

Notas: —

- 1) Seus múltiplos e sub-múltiplos decimais não teem designação própria.
- 2) As denominações **grau**, **minuto** e **segundo** só podem ser usadas quando não possa haver dúvidas quanto ao seu significado.

c) — Radiano**Nome da unidade:** radiano.**Símbolo:** rd.

Definição: Ângulo central que subtende um arco de círculo cujo comprimento é igual ao comprimento do raio do mesmo círculo.

Valor: Um radiano equivale a $2/\pi$ de 1 reto.

Nota: Os múltiplos e sub-múltiplos do radiano não teem designação própria.

VI) — ÂNGULO SÓLIDO**Nome da unidade:** esfero-radiano.**Símbolo:** não usado.

Definição: Ângulo sólido que subtende na superfície de qualquer esfera com centro no seu vértice, uma área igual a $\frac{1}{4\pi}$ da área total da mesma esfera.

Nota: —

- 1) Seus múltiplos e sub-múltiplos não teem designação própria.

B) — MEDIDAS DA MECÂNICA**I) — Tempo****Nome da unidade:** segundo.**Símbolo:** s ou seg.

Definição: Intervalo de tempo igual à fração $\frac{1}{86\ 400}$,

do dia solar médio definido de acordo com as convenções da astronomia.

Múltiplos usuais:

Nomes	Símbolos	Valores
dia	d ou da	86 400 s
hora	h	3 600 s
minuto	m ou min	60 s

Notas: —

- 1) Seus múltiplos e sub-múltiplos decimais não tem designação própria.
- 2) Os símbolos **s**, **d** e **m** serão usados quando não possa haver dúvida quanto ao seu significado.
- 3) Serão admitidas também as unidades de tempo estabelecidas pelas convenções usuais do calendário civil e da astronomia.

II) — VELOCIDADE

Nome da unidade: metro por segundo.

Símbolo: m/s

Definição: Velocidade de um movel que, animado de um movimento retilíneo e uniforme, percorre uma distância de 1 metro durante 1 segundo.

Sub-múltiplos usuais:

Nomes	Símbolos	Valores
metro por minuto	m/min	$\frac{1}{60}$ m/s
centímetro por segundo	cm/s	$\frac{1}{100}$ m/s
quilômetro por hora	km/h	$\frac{1}{3,6}$ m/s

Notas: —

1) Outras unidades de velocidade podem ser obtidas substituindo-se no nome, na definição e no símbolo acima mencionados, o metro por qualquer unidade legal de comprimento e o segundo por qualquer unidade legal de tempo.

2) Para medir a velocidade de embarcações pode ser utilizado o **nó**, considerado como equivalente a 1 milha náutica por hora. (Valor: 0,514 78 m/).

III) — VELOCIDADE ANGULAR

Nome da unidade: radiano por segundo.

Símbolo: rd/s

Definição: Velocidade angular de um movel que, animado por um movimento de rotação uniforme, gira de um ângulo de 1 radiano durante 1 segundo.

Múltiplos e sub-múltiplos usuais:

Nomes	Símbolos	Valores
rotação por segundo ou volta por segundo	r.p.s	2π rd/s
rotação por minuto ou volta por minuto	r.p.m	$\frac{2\pi}{60}$ rd/s

Nota: —

1) Outras unidades de velocidade angular podem ser obtidas substituindo-se no nome, na definição e no símbolo acima mencionados, o radiano por qualquer unidade legal de tempo.

IV) — ACELERAÇÃO

Nome da unidade: metro por segundo por segundo.

Símbolo: m/s / s

Definição: Aceleração de um movel animado de um movimento retilíneo uniformemente variado e cuja velocidade sofre em 1 segundo um acréscimo de 1 metro por segundo.

Sub-múltiplo usual:

Nome	Símbolo	Valor
centímetro por segundo por segundo	cm/s / s	$0,01\ m/s$ / s

Nota: —

1) Outras unidades de aceleração podem ser obtidas substituindo-se no nome, na definição e no símbolo acima mencionados, o metro por qualquer unidade legal de comprimento e o segundo por qualquer unidade legal de tempo.

V) — MASSA

Nome da unidade: quilograma.

Símbolo: kg

Definição: Massa do protótipo internacional do quilograma de platina iridiada que foi sancionado pela 1.^a Conferê-

cia Geral de Pesos e Medidas e que se acha depositado na Repartição Internacional de Pesos e Medidas.

Múltiplos e sub-múltiplos usuais:

Nomes	Símbolos	Valores
tonelada	t	1 000 000 g
hectograma	hg	100 g
decagrama	dag	10 g
grama	g	1 g
decigramma	dg	0,1 g
centigramma	cg	0,01 g
miligramma	mg	0,001 g

Notas: —

- 1) Os múltiplos e sub-múltiplos designam-se tomando por base o **grama** que é igual à fração 0,001 da massa do protótipo internacional do quilograma.
- 2) A massa de 2 decigramas pode ser denominada **quilate** quando utilizada nas medidas relativas a pedras preciosas e metais preciosos. (quilate igual a 0,2 g).

VI) — MASSA ESPECÍFICA OU DENSIDADE ABSOLUTA

Nome da unidade: grama por centímetro cúbico.

Símbolo: g/cm³

Definição: Massa específica de um corpo homogêneo no qual cada centímetro cúbico tem a massa de 1 grama.

Notas:

- 1) Outras unidades de massa específica podem ser obtidas substituindo-se no nome, na definição e no símbolo acima referidos, o grama por qualquer unidade legal de massa e o centímetro cúbico por qualquer unidade legal de volume.

São usuais:

Nomes	Símbolos	Valores
quilograma por decímetro cúbico	kg/dm ³	1 g/cm ³
tonelada por metro cúbico	t/m ³	1 g/cm ³
quilograma por metro cúbico	kg/m ³	0,001 g/cm ³
grama por metro cúbico	g/m ³	0,000 001 g/cm ³

2) Para fins legais a massa específica da água distilada e isenta de ar, à temperatura de 4°C pode ser considerada como equivalente a 1 g/cm³.

3) Quando se usar a expressão **densidade** para exprimir a relação entre a massa específica de um corpo e a massa específica de outro corpo tomado como termo de comparação, deve-se mencionar explicitamente, em cada cas, qual o corpo que serve como termo de comparação e denominar essa grandeza **densidade relativa**.

4) Poderá ser omitida essa menção explícita quando se tomar para termo de comparação um corpo cuja massa específica seja igual a 1 g/cm³.

(Continua no próximo número)

A ARTILHARIA DE APOIO NUMA DIVISÃO BLINDADA

Tradução do "The Field Artillery Journal"

Resumo de um artigo do Maj. EDWARD H. METZGER

Pelo Cap. ANTÓNIO H. A. DE MORAES

Esse delicado problema tem sido objeto de muitas discussões entre os artilheiros, sobretudo entre aqueles que se esmeravam na execução do tiro com dados topográficos precisos e dispondão de todos os elementos meteorológicos.

A guerra atual nos tem dado indicações preciosas nesse sentido.

ORGANIZAÇÃO

A artilharia das nossas divisões blindadas compreende:

- 1 Regimento de 4 baterias de 6 peças de 105 C.
- 1 Grupo de 3 baterias de 105 C. e 1 bateria de 8 peças de 75, para a defesa anti-tank.

O Regimento faz parte da Brigada blindada que por sua vez tem ainda:

- 2 Regimentos de tanks leves.
- 1 Regimento de tanks médios.

Esse conjunto tem a denominação de escalão de "choque".

Desde o começo foi reconhecida a necessidade de ter a organização de Grupos nesse escalão e por isso as 1.^a e 2.^a Divisões blindadas dividiram o Reg. em 2 Grupos, a título de experiência em seus exercícios táticos.

O Grupo com a bateria anti-tank, faz parte do escalão de "apoio". Ele opera com o R. I. transportado, formando um conjugado (combat team).

A bia. anti-tank é empregada normalmente para a proteção dos escalões de apoio e serviços.

O oficial de artilharia da Divisão (Coronel) não tem a função de comando, mas tem uma pequena secção anexa ao E. M. da Divisão.

Em operações com outras Divisões, ficou patente a necessidade de controle e coordenação dessa artilharia.

A opinião geral é que a existência de 3 a 4 Grupos de 105 e de 1 Grupo anti-tank constituem um mínimo. Outros ainda ajuntam que o Grupo anti-tank deve ter também a finalidade anti-aérea.

As opiniões se dividem quando se encara a existência de 3 Grupos separados ou constituindo um Regimento sob as ordens diretas do Cmt. da A. D..

As vantagens da organização de 3 Grupos independentes sobre a organização regimental parecem incontestes. Isto é, devemos sempre acompanhar a organização das D. I. terciárias.

De qualquer modo, o E. M. da artilharia, na D. I. ou no Reg. deve ser pequeno. Os Grupos teriam organização semelhante à das D. I., isto é, 3 baterias de 4 canhões de 105 C., 1 bateria de serviços e 1 bateria de remuniciamento. Reconhecendo que somente pela prática qualquer organização pode ser consagrada, o Cmt. da 2.^a Divisão blindada organizou a artilharia da sua Divisão (sómente para emprego tático) em 4 Grupos sob o comando do oficial de artilharia da Divisão.

Essa organização provisória estava realizada em Abril e foi experimentada durante as manobras de verão do II Ex.

O Regimento de artilharia funcionava com 2 Grupos e o E. M. do mesmo só intervinha nas questões administrativas.

O Grupo de artilharia do escalão de apoio continuava com as suas 3 baterias. A bateria anti-tank com alguns elementos do pessoal de comando do Grupo, ficou constituindo

um Grupo de 2 baterias de 4 canhões de 75 para ser empregado contra tanks.

O Cmt. da artilharia era capaz de controlar e coordenar toda a artilharia com o auxilio de um pequeno grupo de comando constituído de 3 oficiais e 20 praças. Um oficial de ligação com o respectivo destacamento ficava sempre com o Cmt. da Brigada de tanks (escalão de choque) como representante do Cmt. da artilharia e poderia pedir diretamente o apoio dos diferentes Grupos.

Quando o R. I. transportado fosse apoiado por 2 ou mais Grupos, o oficial de ligação era destacado junto do seu Cmt.

O oficial de reconhecimento operava com o Cmt. do Batalhão de Reconhecimento da Divisão. Sua missão era informar o Cmt. da A. D. e os Cmts. de Grupos sobre a evolução da situação.

O reconhecimento e escolha de posição de bateria não era feito por esse oficial e sim pelos Cmts. de Grupo e baterias, pessoalmente ou por elementos para isso destacados.

Como ficou dito, o E. M. da A. D. teria uma organização reduzida e teria grande mobilidade.

Comparando a sua organização com a da D. I. ternária, vemos que foram suprimidas as secções topográfica, telefônica e meteorológica, por serem desnecessárias.

EMPREGO TÁTICO

A Divisão Blindada opera geralmente em 2 ou 4 grupos de forças.

Esses destacamentos são constituídos de acordo com a situação. O elemento normal de apoio a cada destacamento é o Grupo. Nas marchas antes do contacto, todas as bias. do Grupo marcham na testa da coluna com uma bateria bem avançada na vanguarda.

O princípio geral é de que a artilharia deve estar sempre para a frente. Quando o contacto está iminente ou quando o apoio da artilharia for pedido, o Cmt. do Grupo coloca uma

ou mais bias. em posição e com movimento contínuo, ele desloca as bias. do seu Grupo por lances e escalões, sempre com o máximo de seus canhões ou em posição bem avançada. Isso pode violar o princípio de que os canhões sobre a estrada não podem atirar, mas a artilharia que apoia um ataque de tanks, vê que o limite de seu alcance cêdo será ultrapassado e as dificuldades de transmissões e de controle aumentam a cada passo.

Deve-se ainda levar em conta que durante o tempo em que os tanks estão se deslocando há pouca necessidade de artilharia, mas quando eles são detidos, a artilharia deve estar em posição bem na frente.

Algumas vezes o grupamento de forças de que faz parte o Grupo de artilharia, tem necessidade de ser dividido e alguns de seus comandantes dividem a artilharia em baterias e secções. Embora esse emprego seja imposto em face de situações especiais, na generalidade dos casos ele deve ser evitado. O seguinte parágrafo de um relatório de um Cmt. de Divisão esclarecerá o caso: Nem todos os Cmts. de coluna compreendem perfeitamente o emprego do Grupo de apoio.

“Casos há em que Cmts. de colunas dividem baterias para empregar seus canhões como simples elementos anti-tanks e em outros dividem o Grupo em baterias isoladas. Embora, algumas vezes tal emprego da artilharia se imponha, é geralmente erroneo e disso resultará a falta de um apoio eficiente quando a situação o exigir.

“Deverá ser esclarecido aos Cmts. de colunas que os Grupos de artilharia fazem parte das mesmas como elemento de apoio, unicamente. Os detalhes do apoio ficarão sob a alçada do Cmt. do Grupo”.

Às vezes baterias de um certo Grupo podem estar vários quilômetros afastadas. Isso é admissivel para operação de algum grupamento de combate para o qual o Grupo foi designado para apoiar e nesse caso ele deverá ficar tão largamente desdobrado que permita o mutuo apoio entre suas baterias.

Defendo a idéia do controle de apoio da artilharia ser feito pelo Grupo para não dar a falsa impressão de que as baterias do Grupo se deslocam em escalão de uma área geral do Grupo para outra, mas antes que as posições de bateria srão escalonadas em considerável profundidade e em outros casos dispersas em largura.

Os deslocamentos são controlados normalmente pelo Cmt. do Grupo, que vive a situação através das informações prestadas pelo oficial de ligação junto ao elemento apoiado e também pelos seus reconhecimentos pessoais.

E normalmente não se detem em seu P.C. mas se comunica com as suas baterias pelo rádio do seu carro de comando. Os Cmts. de bateria terão autorização para o deslocamento de suas baterias, quando isso se tornar necessário.

FOGOS DE APOIO

Há uma crença geral de que os fogos de apoio da artilharia de uma Divisão blindada se revestirão da forma de tiros diretos.

Essa concepção é errônea, exceto quando a posição da bateria for atacada pelo inimigo.

Os fogos de artilharia são desencadeados com o auxílio de um regular número de oficiais de reconhecimento e observadores avançados em tanks ou em carros blindados, utilizando o rádio como meio de transmissão. Durante o ataque os objetivos são designados às baterias ou à central de tiros com rapidez.

O método normal de observação é o do observador avançado.

Os elementos iniciais podem ser determinados com o auxílio da carta empregando, para isso, os processos conhecidos.

O método normal de observação é o do observador avançado. Os elementos iniciais podem ser determinados com o auxílio da carta empregando, para isso, os processos conhecidos.

Quando, porém não houver cartas, o observador avançando do local aonde se achar, solta um artifício pirotécnico que ascende a uma altura fixa. A bateria determina, então, os elementos de direção e de alcance com o auxílio do goniômetro ou do telemetro.



Canhão de 75 mm tipo M2 usado provisoriamente nas Divisões Blindadas

TRANSMISSÕES

O principal meio de transmissão é o rádio suplementado pelo motocicleta. Se a situação permite são estendidas linhas telefônicas. O rádio do Cmt. da A. D. trabalha na rede do Cmt. da Divisão. A rede do Cmt. da A. D. compreende:

- 4 Grupos
- oficial de ligação junto à Bda.
- oficial de reconhecimento da A. D.

A rede do Cmt. do Grupo compreende:

- bias. de tiro
- C.L.M.
- oficial de ligação do Grupo.

A rede de tiro compreende:

- central de tiro
- bias. de tiro
- observadores do Grupo e bias.
- oficiais de reconhecimento das bias. e do Grupo.

Há vários sistemas de redes de tiro, mas cada Grupo tem no mínimo três dessas redes.

Além disso, cada Grupo tem uma rede com a aviação.

OBSERVAÇÃO AEREA

E' essencial o funcionamento pelo menos de um observador aéreo com cada Grupo. O uso de aviões civis capazes de



Carro blindado de reconhecimento para qualquer arma em uso nas unidades das Divisões blindadas.

descer em pequenos campos parece responder às necessidades dos artilheiros.

Nesse sentido novas experiências serão conduzidas nas próximas manobras.

CONCLUSÃO

O apoio da artilharia pode ser dado às Divisões blindadas com agressivos Cmts. de Grupo, pela posição avançada dos seus canhões e mantendo sempre os seus observadores (do Grupo e Bia.) com os elementos mais avançados e ainda pelo funcionamento contínuo de um seguro sistema de transmissões rádio.

Na batalha, as perdas da artilharia blindada serão maiores que as das unidades menos móveis. Mas a artilharia blindada trabalha com veículos blindados e é equipada com um poderoso armamento.



LIVROS DO EXÉRCITO

AUTORES MILITARES

Orientação sobre o futuro da guerra no Extremo Oriente

Pelo 1.º Ten. UMBERTO PEREGRINO

IV

TEN-CEL. LIMA FIGUEIREDO — Um ano de observação no Extremo Oriente — Biblioteca Militar — 1941.

“Se se acredita — diz o Ten.-Cel. Lima Figueirêdo — nos observadores estrangeiros qualificados e nos espetáculos vistos na China Central, parece que a Artilharia japonesa faz jus à falta de confiança que lhe testemunha sua Infantaria”.

E logo em seguida a sempre precisa e lucida explicação: “Ela tem talvez sofrido, ainda mais que esta última, da falta de experiência prática, em virtude da ausência de um conflito sério depois de 1905. Assim a fraqueza da ligação com a Infantaria, em si já difícil, não tem podido ser ainda tornada mais cerrada pela mediocridade da técnica de tiro” (p. 160).

Esmiuçando essa situação o nosso observador militar assinala que o “Cmt. do Btl. ignora geralmente o auxílio que a artilharia poderia lhe trazer, porquanto as ações das duas armas foram ordenadas independentes uma da outra. Ele se contenta por consequência em assinalar ao representante da Artilharia o que impede a sua progressão, sem dar-lhe indicações precisas sobre sua própria situação, nem sobre as suas intenções”. Quanto à defensiva “a situação é semelhante. Evitam fazer os tiros de deter, difíceis de realizar tão próximos das linhas e em proveito duma infantaria que a todo o momento pode sair dos seus abrigos para lançar-se contra o inimigo. Além disso, a quantidade de artilharia já fraca na ofensiva, é insignificante na defensiva em virtude da extensão dos fronts”. (p. 161)

Mas não é somente insuficiência numérica, precariedade dos meios de transmissões, idéias antigas, o de que padece a Artilharia niponica. O Ten.-Cel. Lima Figueirêdo alude com muita insistência à "mediocridade da técnica de tiro". (pags. 158, 160 — 2 vezes, 161, 168).

Sobre a Engenharia há boas observações e umas aproximações brasileiras muito oportunas.

"Aqui no nosso Exército, — comenta o autor de "Um ano de observação no Extremo Oriente" — descuidamo-nos, totalmente, da instrução de reparação das obras permanentes, assim como da sua destruição. Considero esta instrução essencial, depois que visitei os campos de batalha — 50% da engenharia japonesa foi empregada nesse mister". (p. 192).

Lá o tempo de serviço é de dois anos e o soldado de Engenharia, "além de sapador e pontoneiro, é também um respeitável soldado de Infantaria", para o que leva metade do dia na instrução do fuzileiro.

Um exemplo da capacidade técnica da Engenharia japonesa é o seu feito da reparação da ponte de Tsinam, sobre o rio Amarelo. Nove dos seus treze lances, um dos quais de 185 metros, haviam sido destruídos e foram reparados em 117 dias, não obstante duas intervenções perturbadoras da aviação chinesa. Mas também empregaram-se 90.000 operários!

No combate não é menos eficiente a arma de Engenharia niponica. O Ten.-Cel. Lima Figueirêdo conta da sua ação contra as chamadas "tochikas" (abrigos de concreto para metralhadora, usados pelos chineses nas suas posições de resistência). Quando a Infantaria se acha a menos de 200 metros desses pontos de apoio só a Engenharia pode reduzi-los. Então é lançado um grupo com a seguinte constituição: "1 sgt., 1 soldado com aparelho lança-chamas a gasolina, 4 soldados para o lançamento de bastões fumígenos, 2 com grandes tesouros para cortar arame, 2 com pacotes de explosivos e um homem de ligação. Utilizando os fumígenos, o grupo avança até que os cortadores abrem brecha no arame, pela qual passam o homem do lança-chamas e os transportadores de explosivos, os quais vão, protegidos pela fumaça, colocar a carga bem próxima das "tochikas", quando não jogam os petardos pela própria seteira do reduto..." (p.191). É uma empresa, como se vê, extremamente audaciosa e de grande precisão. Contudo, uma missão típica da Engenharia como arma.

Já os explosivos empregados não impressionaram bem o nosso observador, que sempre criterioso e atento, denuncia a falha e desmoraliza a explicação japonesa: "em cada lote de dez, (petardos) explodiam somente cinco ou seis. Explicou o coronel que aqueles petardos já eram muito velhos. Todavia, vi em vários a data de fabricação — setembro de 1937" (p.195)

A propósito da Aeronáutica a primeira informação é esta, que tem aliás um sentido muito geral, denunciando uma fraquesazinha, lembrando-nos que os automatos amarelos tambem experimentam puros momentos de humanidade: "Há uma certa ciumada entre as duas forças da defesa nacional (exército e marinha) e, apenas por este motivo, estão as duas aeronáuticas separadas" (p. 173). Contudo, "a aviação da Marinha é muito mais eficiente do que a do Exército em virtude, principalmente, de existir há mais tempo, e, por esta razão, possuir melhor material e mais exercitado pessoal".

Na "Escola de Bombardeio" o treinamento é feito semanalmente com bombas de cimento armado, carregadas de areia, e uma vez por ano com bombas reais. O bombardeio é horizontal e efetuado por vagas, com aparelhos cuja velocidade máxima não excede 420 km/hora. A defesa dos aviões pesados orienta-se no sentido de dar-lhes grande velocidade e numerosa tripulação para manejá-los com o máximo de eficiência o copioso armamento.

Quanto à aviação de caça, ficamos sabendo que, em razão da fraca combatividade aérea dos chineses, os nipônicos entraram a empregar seus bombardeiros sem a competente proteção, mas em verdade, procuraram utilizar o caça sempre na proporção de três para um. São vantagens que, evidentemente, não desfrutarão fóra da China ou das escaramuças de fronteira na Sibéria...

Entre os empregos da aviação exercitados pelos japoneses figuram: o reabastecimento, por meio de paraquedas, das colunas moto-mecanizadas autônomas; a repressão aos motins nas cidades ocupadas; a substituição da artilharia por aviões leves de bombardeio, porque dadas "as pessimas condições das estradas, a "pesada" quasi nunca está perto da sua irmã de combate". (p. 174) O primeiro e o último, conquanto não encerrem novidade (o reabastecimento pelo ar era previsto e ensaiado em todos os exércitos modernos, e o emprego da aviação para cobrir deficiência de Artilharia foi da guerra civil espanhola), têm incontestável valor militar e devemos anotá-los como particularmente interessantes para nós, cujas condições naturais determinarão, sem dúvida, o apelo a essas soluções.

Do ponto de vista industrial as informações do Ten. Cel. Lima Figueirêdo, mesmo descontando as naturais falhas decorrentes da reserva (moita) japonesa, são muito significativas. Falando de uma das fábricas de aviões ele nos diz que o técnico "esteve vários anos em alguns países da Europa". De outra refere que teve "técnicos franceses em suas oficinas". Tudo isso revela um estadio inferior no terreno industrial. Tambem dá na vista a notícia sobre "uma economia louca de matéria prima", quando vinha longe ainda o conflito com os aliados. E' tambem para se tomar nota o fato de que os japoneses adquiriram na Itália alguns tipos de aviões destinados ao exército. (p. 180)

'A Defesa Anti-Aérea merece a maior atenção por parte dos nipo-nicos. Basta lembrar que é controlada por um orgão especial, cujo Chefe do Estado Maior "é de nomeação exclusiva do Imperador". (p. 117)

O Ten.-Cel. Lima Figueirêdo não vai, porém, atrás disso. E num desenvolvido capítulo estuda à luz da técnica moderna, a tendência atual da artilharia anti-aérea no tocante ao calibre, para concluir pela insuficiência do canhão 75 mm adotado no exército japonês. Em abono dessa conclusão revela que "o emprego da D. C. A. no conflito nipo-russo, na fronteira mongol-mandchú deixou muito a desejar". — "Por várias vezes o transiberiano e estações importantes do Mandchuquo foram bem danificadas". (p. 268)

(Continua)

BIBLIOTECA DO "TROUPIER"

Ten.-Cel. Alcibiades Tamoio da Silva e Cap. Amilcar Dutra de Menezes — GUIA PARA O COMANDANTE DO PELOTÃO DE FUZILEIROS — 1.^a Parte — 1942.

Pouco se pode dizer desse *livro* que, entretanto, é de largo merecimento. O título — "Guia para o Comandante do Pelotão de Fuzileiros" — está indicando a sua natureza, e os autores — Ten.-Cel. Alcibiades Tamoio da Silva, nome consagrado nas nossas Escolas de ensino militar pelos seus invulgares dotes de instrutor e pela sua conhecida capacidade como oficial de Estado Maior, e o Cap. Amilcar Dutra de Menezes, por sua vez, dono de apreciáveis recomendações traduzidas na valiosa experiência de instrutor da Escola das Armas e numa extraordinária flexibilidade de inteligência, posta à prova em outras funções de suma delicadeza, tudo isso, se não tolhe, certamente dispensa o critico de falar aos seus bravos leitores. Todos avaliam, prontamente o mérito, o interesse, a importância, as vantagens, enfim todas as qualidades do volume em apreço.

Em todo caso poderei adiantar alguns elementos sobre a sua organização material.

Trata-se tão somente da primeira parte da obra, de sorte que apenas a "Ofensiva" é estudada. Mas tudo que se refere ao Pelotão, do ponto de vista das ações ofensivas, surge, capítulo a capítulo, numa esquematização intelligentíssima, que não exclue a iniciativa, antes, ao revés, pre-dispõe a ela com as agudas observações preparatórias de cada assunto, as quais os autores denominam: "Características da situação tática".

Nessas "características" são fixadas idéias diretrizes que, uma vez assimiladas, assegurarão a plena autonomia do comandante de Pelotão,

sem embargo do partido que possa tirar da esquematização geral, indiscutivelmente necessária pelos reflexos que engendra.

Tomando para exemplificar o capítulo — “O Pelotão na Tomada de Contacto” — leiamos as “características da situação tática”:

“A tomada de contacto é a fase preliminar do combate ofensivo que se sucede à aproximação”.

“Verdadeiro combate de reconhecimento, constitue tarefa a cargo das Vg. Seu objetivo é rechaçar e destruir os elementos avançados do inimigo e chegar ao contacto com a sua verdadeira posição de resistência, onde ele deseja efetivamente oferecer combate”.

“Caso o inimigo esteja também em movimento, a finalidade da tomada de contacto será deter e recalcar seus elementos avançados e, em seguida, conter seu grosso, para depois, conforme a missão e as circunstâncias assumir, seja uma atitude defensiva, seja prosseguir no avanço”.

Depois dessa definição pode vir o esquema (papel do Pelotão, dispositivo do Pel., fases da tomada de contacto, conduta ao ser detido, ao ter a frente livre, ligações e transmissões, lugar do Cmt. Pel., atribuições do Cmt. Pel. antes do inicio da tomada de contacto, atuação do Cmt. Pel. durante a tomada de contacto, intervenções possíveis do inimigo, incidentes que poderão sobrevir) porque o Comandante de Pelotão não será escravo dele e sim seu senhor. Mas como se não bastasse toda essa cuidadosa preparação surgem, a-miude, advertências que reiteram as noções gerais estabelecidas, como é o caso da seguinte, a propósito ainda da tomada de contacto: “E” preciso ficar patente que a tomada de contacto, ação essencialmente oscilante, se desenvolverá de acordo com as circunstâncias, sendo impossível, em qualquer escalão, prever os acontecimentos. Nestas condições, competirá ao Tenente impulsionar o Pelotão na direção fixada e, atento, aguardar o que vier, para proceder em consequência”.

Os quatro últimos capítulos estudam quatro situações particulares do Pelotão: “O Pel. de Fz. no ataque, na transposição de um curso d'água por surpresa” — “O Pel. Fuz. em um golpe de mão de ocupação” — “O Pel. Fuz. no ataque em um bosque ou em zona coberta de mata” — “O Pel. Fuz. no ataque a uma localidade”.

Com a mesma orientação e com abundância de elementos são nesses capítulos, fixadas ações cuja dificuldade nós bem conhecemos. Do que se refere à transposição de cursos d'água destaco essas observações sem dúvida interessantíssimas:

“Será realizada (a transposição) sem sinal algum, a horário, segundo combinação prévia. Empregando remadas soturnas, às vezes entre-gues à própria correnteza, navegando à deriva, os grupos de assalto se dirigirão aos pontos de destino”.

“Cada elemento entregue à própria sorte, assaltará o objetivo reconhecido e prefixado, dominará e liquidará os defensores, a arma branca e se instalará face à direção perigosa, conforme indicação prévia. Nenhum elemento se regulará pelos outros; cada um tratará de cumprir a missão recebida sem hesitação e sem perda de tempo”.

Porém, verdadeiramente precioso é o esquema, calcado nas últimas informações desta guerra, “do moderno processo utilizado para transposição de um curso d'água à viva força, sem mesmo recorrer à tentativa da surpresa”. Ei-lo:

“1.º tempo — Preparação demorada e violenta de Art. e de Av., empregando aviões de bombardeio em mergulho e visando reduzir ao silêncio os órgãos da defesa”.

“2.º tempo — Passagem de duas vagas de carros anfíbios que vão limpar a margem inimiga, abrindo caminho para a Inf.”.

“3.º tempo — Criação de densa e profunda cortina de fumaça sobre o curso d'água para proteger a passagem da Inf.”.

“4.º tempo — Passagem da Inf., desembocar na outra margem e progressão no interior do dispositivo de defesa inimigo”.

“5.º tempo — Passagem das reservas. Ampliação das cabeças de ponte”.

“6.º tempo — Passagem da Art. leve”.

“Durante todo o tempo, forte proteção aérea da operação criando verdadeiras cabeças de ponte aéreas, afim de impedir a ação da aviação da defesa, e forte contra-bateria, afim de não permitir a cooperação da Art. inimiga no plano de jogos da defesa”.

Muito bem. O parentese para inserir essa matéria que se afasta do quadro do Pelotão, aberto confessadamente “a título de ilustração”, mais do que se justifica, porque valoriza o volume, num flagrante do esforço e da elevada preocupação dos autores. Seria lícito, porém, estranhar, em que pese a autoridade deles, o desembaraço, ou antes, o tom definitivo, com que é atribuído papel aos “carros anfíbios”. Ora, este material, apenas tentado, está, ao que parece, tecnicamente muito distante da perfeição. Nas revistas militares americanas, tão bem informadas, tão explícitas e prodigas em dados atualíssimos, não se nos deparou ainda nada que indicasse a utilização sistemática de carros anfíbios. E da Rússia, onde os saltos fluviais, à viva força, se reproduzem todo dia, só chegam notícias de pontes lançadas e pontes destruídas...

Transportaríamos ao terreno técnico, até idonea documentação em contrário, as seguintes judiciosas considerações do prefácio (p. 6) referentes à tática:

“Os assuntos de tática em seus multiiformes aspectos encontram-se na angustiosa fase que o mundo atravessa, em um período de grande e servescência e franca evolução. Recursos materiais e processos de

combate de dia para dia sofrem modificações, algumas ligeiras e outras com aspecto de profundas e que são, ou não, sancionadas pelo campo de batalha”.

“Mas, tal estado de coisas, tais detalhes, a custo nos chegam com a devida clareza para o respectivo exame. Por certo, somente finda a hecatombe poderemos ter em mãos dados para um estudo objetivo e completo”.

“E cedo, muito cedo, mesmo, para que se pretenda imprimir novos rumos ou sugerir quaisquer modificações de d'utrina, que somente poderão nos conduzir a mutilações ou deformações que, certamente, terão a desvirtude de criar um estado de coisas caótico, impenetrável e incompreensível”.

Os comandantes de Pelotão de Fuzileiros terão no trabalho do Ten.-Cel. Tamoio e Cap. Amilcar um roteiro seguro e fácil, mas nenhum vá se fiando que ficará dispensado do esforço pessoal, da iniciativa do exercício intelectual. São os próprios autores que, antes de entrar na matéria, em seis itens advertem sobre o que “cumpre ao comandante do pelotão”, e um deles reza assim:

— “Ser psicólogo experimentado, sem o que, jamais será um verdadeiro condutor de homens capaz de dirigir o pelotão sob o fogo”.

Livros à venda na Biblioteca da A Defesa Nacional

História Militar do Brasil — Gustavo Barroso	13\$000
Indíos do Brasil — Ten.-Cel. Lima Figueiredo	13\$000
Indicador Paranhos até 1935	13\$000
Invasão e Tomada das Ilhas Bálticas	5\$000
Impressão de Estágio no Exército Francês — Cel. J. B. Magalhães	3\$000
Instrução na Cavalaria — Cap. Mena Barreto	11\$000
Instrução da Observação nos Corpos de Tropa — Major Armando Batista Gonçalves	9\$000
Limites do Brasil — Ten.-Cel. Lima Figueiredo	11\$000
Leis gerais da Língua Portuguesa — Ten.-Cel. Altamirano Nunes Pereira	6\$500
Legiões Aladas — Italo Balbo	16\$000
Lições de Topometria e Agrimensura — Cel. Artur Paulino	17\$000
Legislação sobre Su-Tenentes — Cap. Ayrton Nonato de Faria	2\$000
Morteiros — Cap. Guttenberg Ayres Miranda	10\$000
Manual de Orientação em Campanha — Cap. Antônio P. Lira	19\$000
Manual Colombofilo — Dr. Freitas Lima	9\$000
Manobras de Nioac — Gal. Klinger	5\$000
Mais Uma Carga, Camaradas! — Gal. Benício da Silva	21\$000
Manual do Sapador Mineiro — Ten.-Cel. Benjamin Galhardo	16\$000
Noções de Topografia — Cel. Arthur Paulino	6\$000
Noções de Desenho Topográfico — Cel. Arthur Paulino	13\$000

Cousas Práticas

ADQUIRIR livros
pelo serviço de reem-
bolso postal da seção
de publicidade de “A
Defesa Nacional”.

CAIXA POSTAL N.º 32
MINISTERIO DA GUERRA
RIO DE JANEIRO

Serviço rápido e seguro

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

EMBAJADA DEL URUGUAY

AGREGADO MILITAR Y AERONAUTICO

Rio de Janeiro, 4 de Agosto de 1942

Señor Teniente Coronel Lima Figueiredo

Rio de Janeiro.

Estimado amigo:

He leido su obra "Um ano de observação no Extremo Oriente" con el interes que siempre despiertan en mi espíritu, los estudios que como el realizado por Usted, trasuntan un elevado exponente de realización personal.

Independiente del valor intrínseco que ese trabajo representa por si mismo, por su riqueza de documentación criteriosamente discriminada, evidencia en su autor, un elevado espíritu critico unido a una esclarecida facultad de análisis, resultante lógica de una sólida a la vez que esmerada capacidad profesional.

Esa obra, repito, enaltece a su autor a la vez que refleja en su robusta personalidad un concepto claro y preciso de la misión que la superioridad le confiara en el Extremo Oriente.

Al felicitar á tan dilecto amigo por la realización de un trabajo que requito de verdadero valor, ruegole quiera aceptar la expresión de mi mas elevada consideración y estima.

Coronel CIPRIANO OLIVERA

Agregado Militar y Aeronautico a la
Embajada del Uruguay

Esculturas, Decorações e Artes aplicadas
REVESTIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS

J. CONFALONIERI

Praça Getúlio Vargas, 2-13.^o and.

Edifício Odeon

Telefone 22-7359

RIO DE JANEIRO

Leiteria 7 de Setembro

RUA PIRICUMAN, 20

Braz de Pina

Rio de Janeiro

CONFEITARIA ESTORIL

Serviço especial para CASAMENTOS, BATISADOS e BANQUETES

Rua dos Romeiros, 10-B e 16-A — Telefones 30-3073 e 30-1894

PENHA

Rio de Janeiro

PADARIA NOVA AMÉRICA
FLORINDO L. CRUCES

Av. Suburbana, 3883 — Telefone 29-3091

Filial: PADARIA E CONFEITARIA 1.^o DE JANEIRO
Avenida Suburbana, 3531 — Telefone 29-3431

Del Castillo — Rio de Janeiro

ARMAZEM MONTANHA

A CASA DOS BONS GENEROS — Líquidos e Comestíveis de 1.^a qualidade — Bebidas Nacionais e Estrangeiras

Abel Teixeira Sobrinho

Matriz: Rua Irapuá, 212 - Fone 30-3931
FILIAIS: Bar e Leiteria Montanha - Rua Irapuá, 210-Braz de Pina
Rua José Maria, 89 - Penha - RIO DE JANEIRO

Armazem Guarany — Líquidos e Comestíveis Finos
Rua Lobo Junior, 149 — Penha Circular — Telefone 30-2510

ATOS OFICIAIS REFERENTES AO MINISTÉRIO DA GUERRA, PUBLICADOS NO "DIÁRIO OFICIAL" NO PERÍODO DE 20 DE JULHO A 20 DE AGOSTO DE 1942:

TESTAMENTO MILITAR — (mapa)

Est aprovado o Mapa demonstrativo dos Contingentes que os Estados abaixo deverão fornecer para o preenchimento dos claros do Exército a serem incorporados no 1.^º dia útil de novembro de 1943, nas Unidades das 1.^a, 2.^a, 6.^a, 7.^a, 8.^a e 9.^a Regiões Militares, que compreendem a 1.^a Zona de Alistamento Militar, organizado de acordo com o § 1.^º do artigo 96 do R. S. M. e Aviso n. 3.677-Quad. 63, de 11 de dezembro de 1941 ("Quadros de efetivos da organização do Exército para 1942").
 (Despacho de 13 — D. O. de 15-8-942).

AU1

TESTAMENTO DE RESERVISTAS — (autorização)

Est autorizado, na 1.^a Região Militar, o alistamento de voluntários e de reservistas (cabos e soldados) de 1.^a e 2.^a categoria de fileira, especialistas e artífices de artilharia, com destino ao II.^º Grupo do 3.^º Regimento de Artilharia Anti-Aérea.

O alistamento deverá obedecer às condições estabelecidas por lei e regulamento para o alistamento de voluntários.

Aos soldados reservistas são devidos os vencimentos de mobilizável.

(Aviso n. 2.006, de 30 — D. O. de 1-8-942).

ALISTAMENTO DE VOLUNTÁRIOS — (autorização)

Est autorizado o alistamento de voluntários no território da 4.^a Região Militar para o preenchimento dos claros existentes no efetivo orçamentário de todos os Corpos dessa Região.

(Aviso n. 1.971, de 25 — D. O. de 28-7-942).

Est autorizado, na 1.^a Região Militar, o alistamento de voluntários e de reservistas (cabos e soldados) da arma de engenharia, com destino ao 1.^º Batalhão de Engenharia.

O alistamento deverá obedecer às condições estabelecidas por lei e regulamento, relativamente à idade, saúde e conduta.

Aos soldados reservistas têm vencimentos de mobilizável.

(Aviso n. 2.004, de 30 — D. O. de 1-8-942).

APRESENTAÇÃO DE OFICIAIS E PRAÇAS — (ordem)

As Diretorias de Armas e Serviços providenciem para que se recolham às respectivas unidades, com urgência, os oficiais e praças que, por motivo de férias e dispensa de serviço, se acham delas afastados, bem como aqueles que, por motivo de transferência, classificação e conclusão de cursos se acham adidos às mesmas Diretorias, devendo ser desligados e mandados seguir destino na primeira oportunidade.

(Aviso n. 2.155, de 18 — D. O. de 20-8-942).

ASPIRANTES A OFICIAL DA RESERVA — (residência)

1. Os aspirantes a oficial da reserva de 2.^a classe, como os demais reservistas, estão obrigados às comunicações de mudança de domicílio, aplicando-se-lhes, no caso de infração, o disposto no art. 199 da lei do serviço militar.

2. Os referidos aspirantes devem ser relacionados na Região Militar em cujo território fixarem residência.

FÁBRICA DE ESQUADRIAS
G. F. MAIA

LAMBRINS, INSTALAÇÕES COMERCIAIS
CARPINTARIA EM GERAL

Fone 29-6791

Av. Suburbana, 4057

Rio de Janeiro

ARMAZEM UNIÃO

GERENOS DE 1.ª QUALIDADE — Completo sortimento de artigos Nacionais e Extranjeros por PREÇOS BARATISSIMOS
Entregas Rápidas a Domicilio

J. S. JACOB

Rua João Rego, 88

Tel. 30-3053

Rio de Janeiro

Armazem Sta. Therezinha

Líquidos e Comestiveis finos de primeira qualidade Nacionais e Extranjeros, Conservas, Licores, etc. — Vendas só a dinheiro
O MAIOR BARATEIRO NA

Rua João Rego, 126

Telefone 30-1218

Estação de Olaria

Fábrica de Sabão Bonsucesso Ltda.

Rua Senador Antonio Carlos, 227

Telefone 30-1286

Rio de Janeiro

Leiteria e Sorveteria Sta. Cecilia

ENTREGA-SE A DOMICILIO

Lauro, Fonseca & Cia.

Rua Piriá, 16-A — Telefone 30-3127

Braz de Pina

Rio de Janeiro

CASA JAYME

Móveis de estilo e fantasia — Fábrica de Colchões — Grande e variado sortimento de Tapetes, Congoleums, Rádios e Lustres de todas as marcas — A Prazo e a Vista

JAYME VAINBOIM

Rua Ibiapina, 155 — Entre Olaria e Penha — (Em frente ao Posto 11)
Telefone 30-1628

Rio de Janeiro

Esse relacionamento é feito pelo Serviço de Estado-Maior da respectiva Região Militar, devendo, para fins de exclusão, ser imediatamente comunicado à Região de procedência e à Diretoria de Recrutamento para as devidas alterações.

3. Os referidos aspirantes a oficial que, antes da data da publicação do presente aviso, tenham mudado de domicílio, estão, igualmente, sujeitos às penalidades do disposto no item I, caso não façam as imediatas comunicações à Região Militar de domicílio.

4. A cargo do comando da Região Militar do domicílio do aspirante fica a sua convocação para estágio de instrução.

(Aviso n. 2.125, de 13 — D. O. de 15-8-942).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (concessão)

O Hospital Militar de Fortaleza e o de Campina Grande passam a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado pelo decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 1.982, de 27 — D. O. de 29-7-942).

O II Grupo do 3.º Regimento de Artilharia Anti-Aérea passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 1.888, de 17 — D. O. de 22-7-942).

A 2.ª Companhia Independente de Carros de Combate Leves passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 2.106, de 11 — D. O. de 13-8-942).

O 2.º e 3.º Grupo Móvel de Artilharia de Costa passam a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 1.923, de 21 — D. O. de 23-7-942).

O Estabelecimento de Material de Intendência da Sétima Região Militar passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para a Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 2.077, de 10 — D. O. de 12-8-942).

BOLETINS DO EXÉRCITO — (assinaturas)

Recomendo às unidades administrativas que terham de enviar à Secretaria Geral do Ministério da Guerra importâncias para pagamento de assinaturas do "Boletim do Exército" e do "Boletim do Pessoal Civil", indenizações de medalhas, passadeiras, etc., que o façam doravante em cheque ou vale postal, afim de vitar o inconveniente de remessas em valor declarado ou entregas de dinheiro por meio de portadores.

(Aviso n. 2.144, de 17 — D. O. de 19-8-942).

CANÇÕES MILITARES — (autorização)

Autoziro a inclusão, em caráter facultativo, no repertório de canções da tropa motorizada, da canção "Vanguarda da Vitória", de autoria do capitão Gilberto Pessanha.

(Aviso n. 2.099, de 11 — D. O. de 13-8-942).

CENTRO DE INSTRUÇÃO DE TRANSMISSÕES — (criação)

De acordo com a letra a, do art. 8.º da Lei do Ensino Militar, ficam as 3.ª, 5.ª, 7.ª e 9.ª Regiões Militares autorizadas a criar nas Companhias de Transmissões Centros de Instrução de Transmissões Regionais, onde

Armazem Globo de Ouro

Líquidos e Comestíveis finos Nacionais e Estrangeiros

Gratuliano J. da Motta

Estrada Engenho da Pedra, 694

Estação de Olaria

Rio de Janeiro

Armazem Cruzeiro

Líquidos e Comestíveis finos de 1.ª qualidade Nacionais e Estrangeiros

BOM E BARATO — — Preços sem competidor

Castanheira & Silva

Rua Conselheiro Paulino, 121

Telefone 30-1918 Estação de Olaria
E. F. LEOPOLDINA - RIO DE JANEIRO

Os melhores tecidos
pelos menores preços!

Casas Pernambucanas

Organização genuinamente BRASILEIRA

Filiais em todo o País - Preços fixos

Ginásio Santo Antônio (Sob inspeção permanente)

São João del-Rei - Minas

O maior ginásio de Minas Gerais.

Mantém cursos primário, de admissão e secundário. Possui ótimas salas de aula, excelentes gabinetes de Física, Química e História Natural e uma piscina olímpica de natação. Há absoluta separação entre maiores e menores. — Preços módicos — Peçam estudos.

Café e Bar da Paz — Francisco Ferreira

Rua Maria Rodrigues, 2 — Telefone 30-1855 — Olaria

serão matriculadas praças de engenharia e das outras armas, afim de se habilitarem com o Curso B e BI de que trata o decreto n. 8.889, de 2 de março de 1942.

O Centro da 7.^a Região Militar, atenderá também às necessidades das 6.^a e 8.^a Regiões Militares.

A instrução das praças das 1.^a, 2.^a e 4.^a Regiões Militares será feita na Escola de Transmissões.

Os novos cursos devem funcionar a partir de 1.^o de setembro.
(Aviso n. 1.953, de 23 — D. O. de 25-7-942).

CLAROS NOS CORPOS DE TROPA — (preenchimento)

Resolve aprovar as Instruções para o preenchimento de claros nos Corpos de Tropa, Formações, etc., por voluntários e conscritos.

(Portaria n. 3.515, de 6 — D. O. de 14-8-942).

COMPANHIA IND. DE FRONTEIRA — (efetivo)

Declaro que a Companhia Independente de Fronteira, criada por decreto n. 4.491, de 17 de julho do corrente ano, com sede em Brasília (Território do Acre), terá o efetivo previsto no quadro n. 4, dos Quadros de Efetivos, tipos das Unidades das Armas e Serviços, aprovados por Aviso n. 4.527-Quad. 39, de 17 de dezembro de 1940.

(Aviso n. 1.938, de 27 — D. O. de 29-7-942).

COMPANHIA IND. DE INFANTARIA — (criação)

Fica criada, a partir da presente data, com sede em Amapá (Estado do Pará) uma Companhia Independente de Infantaria, com efetivo a ser fixado por ato do Ministro de Estado da Guerra.

(Dec.-lei n. 4.591, de 17 — D. O. de 19-8-942).

CONTINGENTE — (8.^a R. M.)

O Contingente do Quartel General da 8.^a Região Militar é, nesta data, acrescido de: 1 1.^o sargento, 1 3.^o sargento, 1 cabo (motorista), 8 soldados (motoristas), para atender à necessidade do Serviço de Transporte Regional.

(Aviso n. 2.059, de 7 — D. O. de 10-8-942).

CORPOS DE TROPA — (claros)

O Diário Oficial de 8-8-942, publica, na íntegra, as Instruções para o preenchimento de claros nos Corpos de Tropa, Formações, etc., por voluntários e conscritos.

CURSO DE A. DE SARGENTOS DE ENGENHARIA — (permissão)

Torna extensivo à 3.^a, 5.^a, 7.^a e 9.^a Região Militar o Aviso n. 1.367, de 29 de Maio de 1942, que permite a organização do curso regional para aperfeiçoamento de sargentos de engenharia.

Início do curso — 1.^o de setembro.

(Aviso n. 2.031, de 3 — D. O. de 5-8-942).

CURSO DE P. DE OFICIAIS DA RESERVA — (monitores)

E' mandada extender ao C. P. O. R. da 8.^a R. M. a providência relativa ao quadro de monitores do Centro de Preparação da 7.^a Região, aprovada por Aviso n. 3.823-Quad. 67-I, de 24-12-1941.

(Aviso n. 2.069, de 8 — D. O. de 11-8-942).

DEPÓSITO DE MATERIAL SANITÁRIO — (efetivo)

O efetivo do Depósito Regional de Material Veterinário da 3.^a Região Militar, previsto no quadro 22 dos quadros de efetivos e organização do Exército para 1942, é acrescido de 1 (um) 2.^o sargento.

(Aviso n. 2.122, de 13 — D. O. de 15-8-942).

Banco Hipotecario "Lar Brasileiro"

S. A. DE CRÉDITO REAL

RUA DO OUVIDOR, 90 — FONE: 23-1825

CARTEIRA HIPOTECARIA — Concede empréstimos a longo prazo para construção e compra de imóveis. Contratos liberais. Resgate em prestações mensais, com o mínimo de 1 % sobre o valor do empréstimo.

SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO — Encarrega-se de administração de imóveis e faz adiantamentos sobre aluguéis a receber, mediante comissão módica e juros baixos.

CARTEIRA COMERCIAL — Faz descontos de efeitos comerciais e concede empréstimos com garantia de títulos da dívida pública e de empresas comerciais, a juros módicos.

DEPÓSITOS — Recebe depósitos em conta corrente à vista e a prazo, mediante as seguintes taxas: CONTA CORRENTE À VISTA, 3 % ao ano; CONTA CORRENTE LIMITADA, 5 % ao ano, CONTA CORRENTE PARTICULAR, 6 % ao ano; PRAZO FIXO, 1 ano, 7 % ao ano; 2 anos ou mais, 7 ½ % ao ano; PRAZO INDEFINIDO: Retiradas com aviso prévio de 60 dias, 4 % ao ano e de 90 dias, 5 % ao ano; RENDA MENSAL: 1 ano, 6 % ao ano; 2 anos, 7 % ao ano.

SECÇÃO DE VENDAS DE IMÓVEIS — Residências, Lojas e Escritórios modernos, a partir de R\$ 55.000\$000. Ótimas construções no Flamengo, Avenida Atlântica, Esplanada do Castelo, etc. Venda a longo prazo com pequena entrada inicial e o restante em parcelas mensais equivalentes ao aluguel.

Encarrega-se da venda de imóveis

Fábrica de Colchões e Malas

Especialidade em materiais elétricos. — Encarregam-se de qualquer instalação elétrica e concertos em geral.

Irmãos Cardoso & Cia.

Rua Artur Bernardes, 10A — Telefone 91
São João del-Rei Estado de Minas Gerais

Banco Almeida Magalhães S/A

Depósitos, Descontos e Cauções

RIO DE JANEIRO - RUA GENERAL CAMARA, 57
S. JOÃO DEL-REI - AV. EDUARDO MAGALHÃES

CASA DA BARATEZA

Compram e vendem gêneros do país
Armazém de Secos, Molhados e Mantimentos

Abilio Mansur & Sobrinho

Santos Dumont — Fone 63 — Minas Gerais

DEPÓSITO REGIONAL DE MATERIAL BÉLICO — (desdobramento)

E' autorizado o desdobramento do Depósito Regional de Material Bélico da 7.^a Região Militar em duas seções: uma, de munições; e outra, de armamento, viaturas, material topográfico e de observação.

(Aviso n. 2.128, de 18 — D. O. de 20-8-942).

DIRETOR TÉCNICO — (comissão)

E' considerado de interesse para o serviço militar o exercício, em comissão, do cargo de Diretor Técnico da "Companhia Federal de Fundição", nesta capital.

(Decreto n. 10.199, de 7 — D. O. de 10-8-942).

ESCOLA DE ESTADO MAIOR — (oficiais médicos)

Atendendo ao que expõe o Diretor de Saúde do Exército, em Ofício número 1.186, de 20 de junho último, autoriza a fréquência de oficiais médicos à Escola de Estado Maior afim de acompanharem o curso de Tática Geral e das Armas (1.^º e 2.^º anos).

A Diretoria de Saúde do Exército indicará anualmente, dois capitães médicos dentre os que tiverem demonstrado especial aptidão no estudo de Tática Sanitária, os quais deverão participar de todas as provas e trabalhos práticos, na parte referente ao Serviço de Saúde, sem prejuízo das funções que exerçam, exceto durante o período de manobras.

Esses oficiais quando tiverem terminado o curso serão considerados *Especialistas de Estado-Maior*.

(Aviso n. 2.080, de 8 — D. O. de 11-8-942).

ESCOLA DE INTENDÊNCIA — (contingente)

O efetivo do Contingente da Escola de Intendência do Exército, aprovado pelo Aviso n. 3.677-Quad. 63, de 11 de dezembro de 1941, que estabeleceu os quadros para 1942, fica aumentado de mais um segundo sargento monitor de equitação.

(Aviso n. 1.921, de 21 — D. O. de 23-7-942).

ESCOLA DE MOTO-MECANIZAÇÃO — (instrutores)

São mandados pôr à disposição da Escola de Moto-Mecanização, devendo ser ali aproveitados na função de instrutor e no comando de elementos moto-mecanizados em formação na citada Escola, os oficiais possuidores do curso dessa especialidade das armas e postos abaixo discriminados: *Infantaria*: Major, 1 (um); Capitães, 4 (quatro); Tenentes (1.^º ou 2.^º), 12 (doze). *Cavalaria*: Major, 1 (um); Capitães, 2 (dois); Tenentes (1.^º ou 2.^º), 8 (oito).

Os oficiais de que trata o presente Aviso são considerados adidos à Escola de Moto-Mecanização a partir da data de conclusão do curso da referida Escola.

(Aviso n. 2.061, de 7 — D. O. de 10-8-942).

A Escola de Moto-Mecanização é encarregada de preparar o pessoal de enquadramento necessário à constituição dos elementos moto-mecanizados de formação das sub-unidades e unidades dessa categoria a serem organizadas.

Para atender a novos encargos que por este lhe são cometidos, a Escola de Moto-Mecanização disporá de oficiais instrutores e praças dos corpos de tropa que serão postos à sua disposição, independentemente de outros dos quadros privativos (instrutores, monitores e alunos da Escola) como tudo é regulado por avisos desta data.

(Aviso n. 2.029, de 5 — D. O. de 7-8-942).

São mandados pôr à disposição da Escola de Moto-Mecanização, ficando considerados adidos ao Grupamento Escola Moto-Mecanizado, cabos e soldados, das armas de infantaria e cavalaria pertencentes aos corpos das

Padaria e Confeitaria São José

Movida a eletricidade — Premiada com Diploma de Honra e medalha de ouro, pelo Instituto Agrícola Brasileiro do Rio de Janeiro

José Lino do Nascimento

Av. 15 de Novembro, 425 - Fone 185

Santos Dumont - Minas Gerais

INDUSTRIAS "SAGO" LIMITADA

O Bêbê "SAGO" tem expressão como a propria vida!

Caixa Postal, 6 — Endereço Telegráficoo "SAGO"

Santos Dumont - Minas Gerais - BRASIL

C A S A A D N O

Artigos Dentários, Joias, Relogios, Bijouteria, Cutelaria, Artigos para presentes — Compram-se ouro, prata e platina — Comprador autorizado pelo Banco do Brasil — Ourivesaria — PREÇOS MÓDICOS
Francisco Assis Gomes

Rua Marechal Deodoro, 18 - Fone, 5

S. João del-Rei - Minas Gerais

TECELAGEM TRAJANO

de LAURO TRAJANO

Fábrica de Artefatos de Tecidos e de Couros para Montaria Civil e Militar

RUA MANOEL JUSTINO

Dóres de Campos

Minas Gerais

ESTABELECIMENTO GRÁFICO IDEAL

Livraria, Papelaria, Tipografia, Encadernação, Carimbos de Borracha, Vidros, Quadros, Molduras e Espelhos

CAMPOS & SÁ

Rua Antônio Ladeira, 181 - Caixa Postal, 12 - Telefone, 147

SANTOS DUMONT

MINAS GERAIS

1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a Regiões Militares, num total de 510 praças fornecidas pelas citadas Regiões, segundo o critério abaixo:

Infantaria: Cabos, 60; Soldados, 250; *Cavalaria*: Cabos, 40; Soldados, 160, distribuindo os contingentes pelas Regiões Militares na forma abaixo:

Infantaria: 20 % (cabos e soldados) por R. M.; *Cavalaria*: 20 % (cabos e soldados) na 1.^a R. M.; 50 % (cabos e soldados) na 3.^a R. M.; 10 % (cabos e soldados) nas demais R. M.

As praças indicadas deverão satisfazer as condições de idade, conduta, saúde e robustez física estabelecidas para a matrícula, no art. 56 do Regulamento da Escola de Moto-Mecanização (decreto n. 5.131, de 15-1-40), relativamente a sargento, que sejam alfabetizadas e se comprometam a engajar por dois anos após a declaração de mobilizáveis na instrução privativa das unidades motorizadas e moto-mecanizadas, instrução essa a que serão submetidas durante o período em que estiverem adidas ao Grupamento. Os comandantes das Regiões Militares anteriormente declaradas, deverão Escola Moto-Mecanizado.

providenciar para que, a 1.^º de setembro p. vindouro, os cabos e soldados dos contingentes respectivos estejam nesta Capital, prontos, apresentados à Escola de Moto-Mecanização.

(Aviso n. 2.049, de 6 — D. O. de 8-8-942).

FORMAÇÃO DE INTENDÊNCIA — (subordinação)

A 1.^a Formação de Intendência fica subordinada disciplinar e administrativamente, a partir da presente data, à Diretoria de Intendência do Exército, que tomará as necessárias providências no sentido de colocar a referida Formação em condições de prestar efetiva colaboração aos serviços do "Estabelecimento de Material de Intendência do Rio" e ao "Estabelecimento de Subsistência Militar do Rio".

(Aviso n. 2.146, de 17 — D. O. de 19-8-942).

FORMAÇÃO SANITÁRIA — (efetivo)

E' mandado dar efetivo, para instalação a partir de 15 de agosto do corrente ano, à 5.^a Formação Sanitária Regional, com sede em Curitiba (decreto-lei n. 2.989, de 27 de janeiro de 1941).

(Aviso n. 2.005, de 31 — D. O. de 1-8-942).

A 5.^a Formação Sanitária Regional tem organização e efetivo idênticos aos da F. S. R. da 2.^a Região Militar.

(Aviso n. 2.015, de 31-7-942 — D. O. de 3-8-942).

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CONVOCADOS — (situação)

Os funcionários públicos, interinos, em estágio probatório, efetivos ou em comissão e os extrumerários de qualquer modalidade, da União, dos Estados, dos Territórios, dos Municípios e da Prefeitura do Distrito Federal, quando convocados para a prestação de serviço militar ou de quaisquer outros obrigatórios por lei ou, no caso de oficial ou aspirante a oficial da Reserva de 2.^a classe, quando incorporados ao Exército para estágios, período de instrução ou serviço ativo, serão considerados licenciados, sem prejuízo de quaisquer direitos ou vantagens, devendo optar, em tempo de paz, se for o caso, pelo vencimento do posto ou pelo vencimento, remuneração ou salário que receber como funcionário ou extrumerário.

Para efeito do disposto na parte final deste artigo, o Comandante respectivo fará a devida comunicação à repartição ou serviço a que pertencer o interessado.

Os alunos de estabelecimento de ensino de qualquer ramo ou grau, quando convocados para prestação de serviço militar ou incorporados ao Exército, na forma do artigo anterior, serão dispensados da frequência e dos trabalhos escolares a que, por esses motivos, lhes for impossível comparecer, de-

Além das organizações industriais e comerciais cujos anúncios estão inseridos no corpo da revista — a A DEFESA NACIONAL recomenda — não só pela qualidade dos produtos que vendem como pela lisura e urbanidade com que atendem os que a procuram — as seguintes Casas:

S. JOÃO DEL REI — (ESTADO DE MINAS GERAIS)

Agencia Geral, Jornais, Revistas e Figurinos — José Imbroisi — Av. Ruy Barbosa, 23 — São João Del Rei.

Alfaiataria Gonçalves — "Civil e Militar" — José Francisco Gonçalves — Av. Ruy Barbosa, 35-A — S. João Del Rei.

J. Assis Sobrinho — Livraria de Boa e Util Leitura" — Rua Arthur Bernardes, 7 e Marechal Deodoro, 15 — São João del Rei.

SANTOS DUMONT (ESTADO DE MINAS GERAIS)

Armazem Novo — Felippe Mansur & Comp. — Rua Antonio Ladeira, 139. — Fone 99 — Santos Dumont.

A Primavera — Fazendas e Armarinho — Couri & Irmão — Rua Antonio Ladeira, 117 — Fone 62 — Santos Dumont.

Casa Combate — A casa que sempre vende por menos — Antonio Pedro — Praça Benedito Valladares, 37 — Fone 106 — Santos Dumont.

Jorge Massralla, comerciante — Rua Antonio Ladeira, 157 — Santos Dumont

J. Couri & Comp. Ltda. — Padaria, confeitaria e Bar — Avenida Getulio Vargas, 227 — Santos Dumont.

Pensão Salomão — Miguel Salomão Mansur — Cosinha de 1.ª ordem — Asseio e prontidão — Rua João Pessôa, 58 — Fone 164 — Santos Dumont.

Fábrica Nacional Duplicadores — "Duplicadores Rotativos Brasil" — Indústria Nacional — Santos Dumont.

Casa Jacob Dittz — Albuquerque & Dittz — Materiais para construção em geral — Rua Antonio Ladeira, 83 — Fone 45 — Santos Dumont

A Popular — Joósé Farah & Primo — Comerciante — Rua Antonio Ladeira, 63 — Santos Dumont

Electro-Mecânica — Scaldaferr & Comp. Ltda. — Material Elétrico em Geral — Rua Antonio Ladeira, 120 — Santos Dumont

vendo, porém, submeter-se, em estabelecimento adequado, federal ou reconhecido, no local onde estiverem servindo ou onde lhes for indicado pelo Departamento Nacional de Educação, a exame das disciplinas da série em que estiverem matriculados.

O disposto no artigo 1.º é extensivo aos servidores das organizações e entidades que exerçam função por delegação do poder público ou sejam por este martidas ou administradas.

(Decreto-Lei n.º 4.548, de 4 — D. O. de 6-8-942).

Gabinetes de Identificação (organização)

Fica autorizada a organização, sem onus para o orçamento da Guerra, dos Gabinetes de Identificação das das 4.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª e 9.ª Regiões Militares, bem assim dos Postos de Identificação da Guarda n.º 2 (Niterói), n.º 3 (Santa Maria), n.º 4 (Bagé) e n.º 5 (Belo Horizonte).

(Aviso n.º 2.012, de 31-7-42 — D.O. de 3-8-942).

GRUPO DE R. A. D. C. — (Constituição)

O II Grupo do 5.º R.A.D.C. é constituída de S. E. e duas Baterias.

(Aviso n.º 2.106, de 11 — D. O. de 13-8-942).

GUARDAÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA

Fica o comando da Guarda de Fernando de Noronha autorizado a reimir, no Q.G. do Destacamento, os veículos automóveis não especializados e redistribuí-los de acordo com as necessidades dos serviços gerais da guardação, assim como a aproveitar os especialistas e artífices de todas as unidades constitutivas do Destacamento para o funcionamento do Escalão de Parque previsto pelo aviso n.º 809 — Auto 2, de 26 de março de 1942.

(Aviso n.º 1.969, de 25 — D. O. de 28-7-942).

E' assegurado aos oficiais em serviço na Guarda de Fernando de Noronha o direito à transferência desta para qualquer outra de 2.ª Zona desde que tenham doze meses de efetivo serviço prestado naquela Guarda.

(Aviso n.º 1.973, de 25 — D.O. de 28-7-942).

IDADE — (Cabos e soldados)

Em aditamento ao aviso número 1.942, de 23 de julho de 1942, fica elevado até 30 anos, inclusive, o limite de idade para os cabos e soldados reservistas que forem radiotelegrafistas, motoristas ou mecânicos.

(Aviso n.º 2.016, de 31-7. — D.O. de 3-8-942).

MEDICAMENTOS (Pedidos)

Atendendo ao que expõe o Diretor de Saúde do Exército, em Ofício n.º 1.540, de 5 do corrente, fica alterado o disposto na "Tabela de medicamentos e drogas, aparelhos, utensílios e acessórios de farmácia, pensos, etc.", aprovada por Aviso n.º 720 — Tabl. 1, de 10-3-1941 e publicada em B. E. n.º 46, de 22-3-1941, para:

1.º — que os pedidos ordinários de artigos constantes das Tabelas I, II, IV, V, VI e VII sejam trimestrais e dirigidos, dentro de oito dias do trimestre começado (janeiro, abril julho e outubro) para suprimento do trimestre seguinte, por hierarquia e por intermédio das autoridades competentes;

2.º — que, como medida transitória e para regularização dos fornecimentos, os pedidos referentes ao quarto trimestre de 1942 sejam dirigidos simultaneamente com os referentes ao primeiro trimestre de 1943, os dois iguais;

3.º — que, na mesma Tabela, onde se lê "Depósito de Medicamento" leia-se "Depósito de Material Sanitário".

(Aviso n.º 2.134, de 14 — D. O. de 17-8-942).

ORDEM DO MÉRITO MILITAR — (Nomeação)

Concessão:

As Insígnias dessa Ordem à Bandeira da Guarda de Fernando de Noronha.

Nomeação:

Farmácia Central — Antonio Carlos de Paula — Av. Getulio Vargas,
262 — Fone 6 — Santos Dumont

J. Campos Henriques — Fábrica de Balas e Doces São José — Av. Getúlio Vargas, 361 — Fone 77 — Santos Dumont

Assed Couri Iunes — Assed & Irmãos — Av. Getúlio Vargas, 265 — Santos Dumont

Carmine Cassini — Couro, Calçados, Malas Etc. — Rua Antonio Ladeira, 54 — Santos Dumont

José Abud — Comerciante — Fabricante do afamado Café Vencedor — Rua Antonio Ladeira, 57 — Santos Dumont

DORES DE CAMPOS (ESTADO DE MINAS GERAIS)

Cortume Santo Antonio — José Irineu Teixeira — Solas Para Seleiros — Dores de Campos — Minas.

Altivo Filgueiras Moncorvo — Arreios e Artefatos de Couros — Para Civil e Militar — Av. Governador Valladares — Dores de Campos — Minas.

Pedro Marques de Mello — Arreios por atacado e a varejo — Dores de Campos.

A DEFESA NACIONAL é do Exército

Trabalhar para ela é trabalhar
PARA O EXÉRCITO

**MANDEM SUAS
COLABORAÇÕES**

Para o Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos dessa Ordem: Com o grau de "Comendador" — os Generais de Brigada Manoel Alexandre Ferreira da Cunha e José Silvestre de Melo e General de Brigada Médico Dr. João Afonso de Souza Ferreira;

Com o grau de "Oficial" — os Coronéis Edgard de Oliveira e Djalma Poli Coelho e Coronel Intendente do Exército Anápio Gomes; os Tenente-Coronéis Aguialdo Caiado de Castro, Paulo Mac Cord, Eugênio Rubens Vieira da Cunha, Oscar Nepomuceno da Silva, Florêncio José Carneiro Monteiro, Artur da Costa e Silva e Tenente Coronel Médico Dr. Emanuel Marques Porto;

Com o grau de "Cavaleiro" — o Major Aluízio de Miranda Mendes.

— Para o Quadro Suplementar do Corpo de Graduados Especiais:

Com o grau de "Comendador" — os Drs. Agamenon Sérgio de Godói Magalhães e Benedito Valadares Ribeiro;

Com o grau de "Cavaleiro" — o Sr. Aurélio Valporto de Sá.

Na qualidade de Grão Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve promover:

— No Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos dessa Ordem:

Ao grau de "Comendador" — os Generais de Brigada Renato Paquet, Mário Xavier, Anor Teixeira dos Santos, Alvaro Fiúza de Castro, João Pereira de Oliveira, Dermeval Peixoto, José Agostinho dos Santos e General de Brigada Intendente do Exército Emílio Fernandes de Souza Doca;

Ao grau de "Oficial" — o General de Brigada Canrobert Pereira da Costa; Coronéis Estevão de Souza Lima, Artur Joaquim Pamphiro, Luiz Procópio de Souza Pinto, Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, Franklin Emílio Rodrigues, João Carlos Barreto, Nicanor Guimarães de Souza, Antonio de Freitas Brandão, Alexandre Zácarias de Assunção, Odílio Denis, Cândido Caldas, Aristoteles de Souza Dantas, Zeno Estilac Leal, João Teodureto Barbosa, Nestor Figueira Pegado, Mário Travassos, João de Andrade Ninô, João Bonifácio da Silva Tavares, Tristão de Alencar Araripe, Tito Coelho Lamego, Paulo Figueiredo, Lamartine Peixoto Paes Leme, Coronel Médico Dr. Oscar Pinto de Carvalho e Coronel Intendente do Exército Alcebíades Ribeiro dos Santos.

(Diário Oficial de 10-8-942).

I — A entrega das condecorações da Ordem do Mérito Militar, conferidas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, por decreto de 7 do corrente, de verá ser feita, com toda a solenidade, no "Dia do Soldado".

II — A Bandeira da Guarda do Forte de Coimbra, os civis e oficiais nomeados as receberão nesta Capital, diante do Monumento de Caxias, já se tendo providenciado sobre a vinda da Bandeira e dos oficiais que servem nas diversas Regiões Militares.

III — Os promovidos pelos mencionados decretos, pertencentes à 1.^a Região Militar, receberão as condecorações com os oficiais a que se refere o item II e os pertencentes às demais Regiões na sede de cada uma delas, de acordo com o disposto no art. 14 do Regulamento da Ordem do Mérito Militar.

IV — A Secretaria da O. M. M. já providenciou sobre a remessa aos comandantes de Região das condecorações e diplomas dos promovidos, em serviço nas mesmas.

V — Os oficiais promovidos deverão restituir à Secretaria da Ordem (10.^o andar do Edifício da Guerra), logo depois do dia 15 de agosto, a condecoração anterior, com o competente estojo.

(Aviso n.^o 2.154, de 18 — D. O. de 20-8-942).

PAGAMENTOS A JAPONESES, ALEMÃES E ITALIANOS — (Normas)

— Para cumprimento das disposições do decreto-lei n. 4.166 de 11 de março deste ano, publicado no "Diário Oficial" de 12, no que diz respeito a paga-

Biblioteca da A DEFESA NACIONAL

Livros à venda

Anuario Militar do Brasil, 1935	17\$500
Anuario Militar do Brasil, 1936	22\$500
Anuario Militar do Brasil, 1937	17\$500
Anuario Militar do Brasil, 1938	22\$500
Anuario Militar do Brasil, 1939	22\$500
A Campanha da Africa Oriental — Gal. Waldomiro Lima	31\$500
A Campanha da Africa Oriental — Gal Waldomiro Lima (para oficiais)	21\$000
Anuario Militar do Brasil, 1940	27\$500
Aspéto Geográficos Sul-Americanos — Ten.-Cel. Mario Travassos	6\$000
A. C. P. — Cap. Geraldo Cortes	16\$000
A. C. P. (blocos para o)	3\$000
A acentuação gráfica — Cap. Antônio Pereira Lira	2\$500
Atestado de Origem e Inquerito Sanitario de Origem — Ten.Cel. Dr. E. Marques Porto	4\$000
As Condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro — Ten.-Cel. Mario Travassos	5\$500
Boletim n.º 2 — Ten.-Cel. Araripe e Ten.-Cel. Lima Figueirêdo	11\$000
Bandeira do Brasil — Ten. Janary Gentil Nunes	11\$000
Balistica Externa — Cel. A. Morgado da Hora	65\$000
Cadernetas de ordens e partes	11\$000
Cadernetas de ordens e partes (blocos para)	3\$000
Caderneta do Comandante	1\$500
Cannae e nossas batalhas — Cap. Wiederspahn	8\$000
Caxias (Eudoro Berlink)	20\$000
Coletanea de Leis e Decretos de 1544 a 1938 — Maj. Bento Lisboa	13\$000
Combate e Serviço em Campanha — Ten.-Cel. Araripe	13\$000
Contribuições para a Historia da Guerra entre Buenos Aires e Brasil — Trad. do Gal. Klinger	13\$000
Código da Justiça Militar — Cel. José Faustino da Silva Filho	27\$000
Dispersão do Tiro — Ten.-Cel. A. Morgado da Hora	13\$000
Duque de Caxias — Cap. Orlando Rangel Sobrinho	2\$500
Do Brasil á Italia — Gal. Newton Braga	7\$500
Defesa Pessoal — Cap. Waldemar de Lima e Silva	17\$000
Ensaio sobre Instrução Militar — Cmt. Braillon — Tradução dos Caps. Garcia e Salm	13\$000
Elogio de Caxias	2\$500
Escola do Pelotão — Ten.-Cel. Araripe	13\$000
Equitação em Diagonal — Major Osvaldo Rocha	13\$000
Exemplo de Sessões de Estudos de Elementos, lições de Educação Física e Jogos — Cap. Jair Jordão Ramos	3\$000
Estudos sobre granadas de mão e de fuzil — Ten. Moacir Nunes de Assunção	11\$000
Educação Física Feminina — Cap. Jair	3\$000
Educação Física Militar — Cap. Guttenbergh Ayres	10\$000
Exercício de Combate de Companhia — Maj. Alcebiades Tamoio	18\$000
Fichário para Inst. de Ed. Física — Cap. Jair Jordão Ramos	16\$000
Formulário do Contador — Cap. José Sales	5\$000
Formulário Processual — Major Niso Montezuma	7\$000
Guia para Instrução Militar — Cap. Ruy Santiago — 1940	13\$000
História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai — Gal. Tasso Fragoso	70\$000

mentos que tenham de ser efetuados por qualquer unidade administrativa a súditos japoneses, alemães e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, ficam adotadas as seguintes normas:

1 — Todos os pagamentos serão efetuados em cheques contra o Banco do Brasil, esclarecendo-se, no verso dos mesmos, que a totalidade da importância deverá ser escriturada como depósito, de acordo com o art. 2.º, § 1.º do citado decreto-lei, ficando tal depósito escriturado e com o seu levantamento regulado pelo disposto no § 2.º do mesmo artigo.

2 -- Quando se tratar de pagamentos a firma coletiva ou sociedade por quotas, cumpre ao tesoureiro ou pagador exigir para exame o contrato social ou outro documento igualmente hábil, afim de verificar se faz parte da firma ou sociedade algum súdito das nacionalidades citadas no item anterior.

3 — No caso de não existir, na guarnição, agência do Banco do Brasil, as importâncias a serem pagas serão entregues à repartição mais próximas, encarregadas da arrecadação de impostos devidos à União, em guia que conteña todos os esclarecimentos necessários.

4 — Nas respectivas faturas ou contas, substituirá o recibo uma declaração assinada pelo tesoureiro ou pagador, com a declaração de "conferido" do Fiscal Administrativo da unidade e na qual tomará ciência, subscrevendo-a, o credor interessado, nos seguintes termos:

"Foi feito no Banco do Brasil, de acordo com o art. 2.º, parágrafos 1.º e 2.º, do decreto-lei n. 4.166, de 11-3-1942, o depósito da importância de de que trata a presente conta".

5 -- Para o caso eventual, de entrega a uma repartição arrecadadora de imposto devidos à União far-se-á na declaração acima a alteração correspondente.

6 — Os agentes da administração, nas unidades administrativas, deverão ter em vista a disposta no art. 5.º, do citado decreto-lei, quanto à responsabilidade que resulta da inobservância de seus dispositivos.

(Aviso n. 2.036, de 4 — D. O. de 6-8-942).

PLANO PARA DISTRIBUIÇÃO DE CASAS (Operações)

Declara que fica aprovado o incluso Plano de Distribuição de Casas, organizado por essa Região, de acordo com o aviso n. 1.690-Locp. 1, de 4 de junho de 1941, devendo ser no mesmo introduzidas as modificações decorrentes da adoção da seguinte lista de locatários:

Número de casas:

Q.C. da Região (Porto Alegre) — Cmt. da Região, 1; 7.º B. C. (Porto Alegre) Subtenentes e sargentos (apartamentos), 1; Escola Preparatória de Cadetes (Porto Alegre) — Comandante 1; Subcomandante, 1; Ajudante, 1; Médico, 1; 6.º R. C. I. (Alegrete) — Comandante, 1; Q. G. da A. D. da 3.ª D. I. (Cruz Alta) — Cmt. da A. D. 3.ª, 1; Reg. João Manoel (S. Borja) — Cmt., 1; Sub-cmt., 1; Cmt. de Esq., 1; Chefe da Formação Sanitária, 1; Chefe da Formação Veterinária, 1; Aprovisionador, 1; Subalternos, 5; 3.º R.C.I. (S. Luiz Gonzaga) — Cmt., 1; Sub-cmt., 1; Cmts. de Esq., 2; 14.º R.C.I. (D Pedrito) — Cmt. 1, Sub-cmt., 1; Cmts. de Esq. 2; — Q. G. da 2.ª D.C. (Uruguaiana) — Cmt. da D.C., 1; Chefe do E.M., 1; Chefes de Scc. do E. M., 2; 8.º R. C. I. (Uruguaiana) — Cmt., 1; Sub-cmt., 1; Cmts. de Esq., 4; Chefe da Formação Sanitária, 1; Chefe da Formação Veterinária, 1; Aprovisionador, 1; Subalternos, 5; II-2.º R. A. D. C. (Uruguaiana) — Cmt., 1; Sub-cmt., 1; Cmts. de Bia. e ajudante, 3; Médico, 1; Aprovisionador, 1; Subalternos, 3; Hospital Militar (Uruguaiana) — Diretor, 1; Aprovisionador, 1; 5.º R.C.I. (Quaraí) — Cmt., 1; Sub-cmt., 1; Cmts. de Esq., 4; Chefe da Formação Sanitária, 1; Chefe da Formação Veterinária, 1. — Soma, 71.

Biblioteca da "A DEFESA NACIONAL"

Livros à venda:

Notas sobre o emprego do Batalhão no terreno — Cmt. Audet	3\$500
Notas de Aula — Cap. Cyro Sodré	9\$000
Ortografia Simplificada Brazileira — Gal. Klinger	4\$500
O Serviço de Informações e de Transmissões em Campanha durante uma ação dum regimento de infantaria (caso concreto) — Cap. Geraldo Cortes	10\$500
Organização de Competições entre equipes — Cap. Jair	3\$000
O Oficial de Cavalaria — Gal. V. Benicio da Silva	11\$000
Oeste Paranaense — Ten.-Cel. Lima Figueiredo	9\$000
O Surto do Japão — Major Nicanor G. Souza	2\$000
O Tiro de Artilharia de Costa — Cap. Ary Silveira	5\$000
Os Pombos Correios e a Defesa Nacional - Dr. Freitas Lima	4\$000
O Livro do Soldado — Ten.-Cel. Araripe	7\$000
O Oficial de Informações — A. Mermet — Trad. e aplic. Cap. José Horacio Garcia	6\$500

**Por que o Sr.
não arranja
Esta Protecção
para sua família?**



Se o Sr. não possue fortuna e vive apenas de seu trabalho, pense no futuro da familia. Faça um seguro de Vida e assegure á esposa e filhos uma renda mensal fixa, na eventualidade de seu desaparecimento. Para isso, conte com a boa vontade de um Agente da Sul America, que possue planos adaptáveis á sua situação.



Sul America

Companhia Nacional de
Seguros de Vida



A distribuição de casas aos locatários reunidos em um mesmo grupo obedecerá ao princípio de antiguidade de apresentação dos mesmos aos corpos e estabelecimentos.

A ocupação das casas pelos oficiais contemplados no Plano é obrigatória, com as restrições previstas na alínea "d" do capítulo "Distribuição" do aviso n.º 1.690, citado.

Aqueles que se acharem no momento ocupando casas sem estarem incluídos na relação acima, serão, a partir desta data, considerados ocupantes a título precário, na forma do disposto na alínea "e" do mesmo capítulo.

REGISTO DE INFORMAÇÕES — (Consulta)

— O tenente-coronel Alfredo de Carvalho Dias, do 6.º R.A.M., tendo em vista o disposto nos artigos 28, parágrafo 1.º, alínea "j", 30, parágrafos, 1.º e 2.º, e 31, parágrafo 2.º, da lei de Promoções e artigos 9.º, 17.º, parágrafos 2.º e 2.º, 19.º 20. e 21.º, do respectivo Regulamento (decreto n.º 5.786, de 10 de junho de 1940), consulta:

1.º — Se, nas substituições por afastamento normal ou ausência temporária (R. I. S. G., artigo 421 — parágrafos 2.º e 3.º), tem o substituto e detentor interino de cargo, quando comandante de corpo, unidade ou subunidade incorporada, o dever de anotar no caderno "Registo de Informações" que, pessoalmente, fizer sobre os oficiais subordinados, ou forem determinadas por autoridade superior competente;

2.º — Caso afirmativo, se, para esse efeito deve o substituído entregar ao substituto, no ato da substituição, o referido caderno;

3.º — Caso negativo, como deve proceder o substituto, para dar cumprimento aos supramencionados incisos do Regulamento citado e não incidir nas penalidades previstas no parágrafo 1.º do artigo 30 da aludida lei.

Em solução, declara o Snr. Ministro:

O registo de informações sobre oficiais é função peculiar ao cargo de comandante, ou diretor, salvo nos casos de ausência eventual, em que o afastamento do substituído é de pequena duração (art. 421, parágrafo 4.º, do R. I. S. G.).

O Caderno "Registo de Informações" deve ser entregue pelo comandante substituído, ao seu substituto, toda vez que houver a passagem de cargo, letras "a", "b" e "c", do artigo 421 do R. I. S. G.).

Quando, porém, a substituição for motivada por ausência eventual (letra "d" do citado artigo do R. I. S. G.), a transmissão do caderno em apreço não será feita, e neste caso, o comandante substituto deve, ao reassumir o comando, reele inserir as observações transmitidas pelo seu substituto.

(Aviso n.º 2.032, de 3 — D.O. de 5-8-42).

REGULAMENTO DO CORPO DE OFICIAIS DA RESERVA (Alteração).

Passa a ter a seguinte redação o inciso 1.º, letra "a", do artigo 66, do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva, aprovado por decreto n.º 15.231, de 31 de dezembro de 1921:

"1.º — Os julgados incapazes definitivamente para o Serviço do Exército". (Decreto n.º 10.265, de 17 — D.O. de 19-8-42).

RESERVISTA CONVOCADO (Apresentação).

— O reservista convocado para o serviço ativo do Exército na conformidade do decreto-lei n.º 4.237, de 8 de abril último, ora residindo no território de Região Militar, diferente daquela por onde foi convocado, deve ser encorporado nesta, despesas de transporte por conta própria, se não houver comunicado a sua mudança de residência; e, no outro caso, em unidade da Região Militar em que reside.

(Aviso n.º 1.941, de 23 — D.O. de 25-7-942).

A venda em
"A Defesa Nacional"

Curso de Transmissões

Ten. Cel. Paulo Bolívar Teixeira

11 temas resolvidos e comentados

Preço 15\$000

Pelo Correio - 18\$000

— Os cabos e soldados reservistas de primeira categoria, maiores de 27 anos convocados para o serviço ativo na conformidade do decreto-lei n. 4.237, de 8 de abril último, teem a encorporação adiada.

(Aviso n. 1.942, de 23 — D.O. de 25-7-942).

— Os soldados reservistas convocados e encorporados ao Exército ativo por força do decreto-lei n. 4.237, de 8 de abril transato, teem os vencimentos de mobilizável.

(Avisos n. 1.943, de 23 — D.O. de 25-7-942).

RESERVISTAS DE 1.^a CATEGORIA (Encorpuração).

— Os reservistas de primeira categoria com mais de nove anos de serviço, convocados para encorpuração em face do que dispõe o decreto-lei n. 4.237, de 8 de abril do corrente ano, teem a encorpuração adiada, providenciando-se, em consequência, com relação áqueles que já foram mandados encorporar nos diversos corpos.

(Aviso n. 1.940, de 23 — D.O. de 25-7-942).

RESERVISTAS DO EXÉRCITO (Exclusão).

— Devem ser excluídas da reserva do Exército e, consequentemente, dos respectivos registo os reservistas (praças) que forem incluídos na Armada ou na Aeronáutica.

Essa exclusão é feita pelos órgãos que possuam os respectivos registo, tão logo tenham conhecimento da referida inclusão.

(Aviso n. 2.126, de 13 — D.O. de 15-8-942).

N. 2.124 — Os reservistas do Exército pertencentes à disponibilidade, praças das Forças Policiais dos Estados, devem ser considerados com "destino especial" e, consequentemente, dispensados da convocação de que trata o decreto-lei n. 4.237, de 8 de abril último.

(Aviso n. 2.124, de 13 — D.O. de 15-8-42).

SECÇÃO DE ENGENHARIA — (C. P. O. R.)

Aprova o ato do comandante da 2.^a Região Militar criando no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da mesma Região, uma Secção de Engenharia, com organização semelhante à que funciona em Itajubá, e o do Diretor de Engenharia nomeando Instrutores da mesma Secção os primeiros Tenentes Luiz de Assis Duque Estrada e Alberto Garcez Duarte.

(Aviso n. 1.879, de 17 — D. O. de 22-7-942).

SEDES DE GRUPOS — (Determinação)

Os segundos Grupos dos 4.^o e 8.^o R.A.M. e 5.^o R.A.D.C. teem suas sedes em Maceió (Alagoas), João Pessoa (Paraíba do Norte) e o Fortaleza (Ceará), respectivamente.

(Aviso n. 1.972, de 25 — D.O. de 23-7-942).

SERVIÇO DE EMBARQUE — (Regulamento)

— O "Diário Oficial" de 12, publica o Decreto n.^o 10.204, de 10-8-942, que aprova o Regulamento para o Serviço de Embarque do Pessoal do Ministério da Guerra. (Pública o Regulamento na íntegra).

SERVIÇO GEOGRÁFICO E H. DO EXÉRCITO — (Técnicos).

O disposto no aviso n. 1.759, de 4 de julho último, não se aplica aos oficiais da reserva que, naquela data, já estavam convocados, exercendo atividades técnicas no Serviço Geográfico e Histórico do Exército.

(Aviso n. 2.127, de 18 — D. O. de 20-8-942).

SÍMBOLOS NACIONAIS — (Apresentação)

— O "Diário Oficial", de 5-8-42, publica o Decreto-Lei n. 4.545, de 31-7-942, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências.

SOCIEDADES DE TIRO DE GUERRA — (Terrenos)

Em complemento ao aviso número 3.621, imov. 1, de 24 de setembro de 1940, fica dispensado, para os terrenos destinados a linhas de tiro da Sociedade Tiros de Guerra, o parecer da Comissão da Escolha de Terrenos, bastando, para aceitação do imóvel em exame, as informações do inspetor regional de Tiro de Guerra.

(Aviso n. 1.967, de 25 — D. O. de 18-7-942).

UNIFORMES DO EXÉRCITO — (Regulamento)

— O "Diário Oficial", de 12, publica o Decreto n.º 10.205, de 10-8-942, que aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército e dá outras providências.



PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A DEFESA NACIONAL recebeu, no período de 20 de Julho a 20 de Agosto, as seguintes publicações: "Revista Militar del Peru", n.º 3, Março de 1942, Lima, Perú. "Revista de Medicina Militar", n.º 2, Abril a Julho de 1942, Rio. "Revista del Suboficial", n.º 280, Junho de 1942, Argentina. "Novas Diretrizes", n.º 39, Agosto de 1942, Rio. "Revista Municipal de Engenharia", n.º 2, Março de 1942, Rio. "Revista Militar del Peru", n.º 4, Abril de 1942, Lima, Perú. "Revista Militar", n.º 6, Julho de 1942, Argentina. "Revista de La Escuela Militar", n.º 197, Maio de 1942, Chorillos, Peru. "Novas Diretrizes", n.º 40, Agosto de 1942, Rio. "Visão Brasileira", n.º 49, Agosto de 1942, Rio. "Ejército", n.º 75, Março e Abril de 1942, Cuba. "Revista del Suboficial", n.º 281, Julho de 1942, Argentina. "Boletim Jurídico Militar", n.º 5 e 6, Maio e Junho de 1942, México.

Redação e Administração:
QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO
Rio de Janeiro — Telefone: 43-0563

EXPEDIENTE

Diariamente das 14 às 18 horas.
O Gerente é encontrado diariamente das 14 às 17 horas.

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

“A Defesa Nacional” mantém uma secção de informações destinada a atender aos Snrs. Socios e Assinantes que servem fóra da guarnição do Rio-de-Janeiro.

- a) Fornecer-lhes todas as informações solicitadas sobre interesses pessoais ou militares.
- b) Fazer, mediante encomenda, a aquisição de objetos na praça do Rio-de-Janeiro.

SECÇÃO DE PUBLICIDADE

Diretor: Cel. Orozimbo Martins Pereira
Diariamente — das 9 às 12 horas e das 14 às 16 horas.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência relativa à Gerência deve ser remetida para a Caixa Postal 32, Ministério da Guerra. As colaborações deverão ser endereçadas ao Ten.-Cel. Lima Figueirêdo, Caixa Postal, Ministério da Guerra, ou Escola de Educação Física do Exército, Barra do Rio de Janeiro, Urca.

P R E Ç O S

Oficiais e sub-tenentes	ano	30\$000
	semestre	15\$000
Sargentos.....	ano	25\$000
	semestre	14\$000

Os assinantes avulso, caso desejem que a revista siga registrada, e os assinantes do estrangeiro, devem pagar mais 2\$400 por semestre.

Os oficiais que desejarem ser socios de “A Defesa Nacional”, deverão pagar uma joia de 50\$000 de uma só vez ou em diferentes prestações durante um ano comercial.

Colaboram neste número:

Gen. Eurico Gaspar Dutra
Cel. T. A. Araripe
Cel. Silveira de Mello
Ten.-Cel. Paulo Mac Cord
Major Ivano Gomes
Major Olimpio Mourão Filho
Major Xavier Leal
Major A. de Lyra Tavares
Major Alberto Ribeiro Paz
Cap. Antonio H. A. de Moraes
Cap. José Campos de Aragão
1.^º Ten. Umberto Peregrino
1.^º Ten. Fernando Belfort Bethlem
Antonio M. Espanha



4\$000